



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS INTERDISCIPLINARES
MESTRADO ACADÊMICO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RENAN SANTOS PINHEIRO

**UMA AVALIAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE: OLHARES E
NARRATIVAS SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO DE
FORTALEZA, CEARÁ**

FORTALEZA

2022

RENAN SANTOS PINHEIRO

UMA AVALIAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE: OLHARES E
NARRATIVAS SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO DE
FORTALEZA, CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito de obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P722a Pinheiro, Renan Santos.
Uma avaliação do sistema socioeducativo cearense : olhares e narrativas sobre as trajetórias de unidades de internação de Fortaleza, Ceará / Renan Santos Pinheiro. – 2022.
114 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.
1. Avaliação. 2. Abordagem etnográfica. 3. Sistema socioeducativo. 4. Adolescente em conflito com a lei.. I. Título.

CDD 320.6

RENAN SANTOS PINHEIRO

UMA AVALIAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE: OLHARES E
NARRATIVAS SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO DE
FORTALEZA, CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito de obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.

Aprovado em 05/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi (Orientador).
Universidade Federal do Ceará (UFC).

Prof.^a Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC).

Prof. Dr. Luiz Fábio Paiva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Camila Holanda Marinho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Então como devemos ver a violência de eventos que delimitam a etnografia – devemos ver a violência como aquela que excede os limites do mundo, do modo como este era conhecido? São esses intrincados quadros do que é fazer e refazer um mundo, trazendo à baila os panoramas de totalidades, partes, fragmentos e limites que nós podemos encontrar. Esses panoramas se associam à questão do que é escrever uma etnografia da violência – uma etnografia que não se vê como testemunho objetivo dos eventos, mas como tentativa de localizar o sujeito por meio da experiência de tais limites.

Veena Das

Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela oportunidade de desfrutar da incrível, intensa e saborosa experiência da vida. À minha mãe, Regina Lúcia Santos Pinheiro, e ao meu Pai, José Valdir Pinheiro, por todo o amor concedido e por me fazerem ser quem eu sou. Aos meus irmãos Helton e Rian, e à minha irmã Suyanne, pelo amor fraterno que apenas a irmandade pode proporcionar.

À minha namorada Gabriela de Almeida Lima, por me trazer momentos de alegria e leveza. Aos meus amigos e amigas, pelas risadas, pelos afetos e por toda a cumplicidade. À Thaynara Araripe, minha melhor amiga, minha maior apoiadora e inspiração na minha vida. Obrigado por todo o amor que existe na nossa amizade. Aos meus companheiros e companheiras do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará), pelos anos de amizade, parceria e companheirismo.

Ao meu orientador, Professor Alcides, pelas partilhas intelectuais, paciência e dedicação. Aos meus professores e professoras do mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, por todo o aprendizado e inspiração. Às pessoas que conversaram comigo nas entrevistas da pesquisa de campo, suas histórias de vida são inspiração não só para o trabalho, mas para minha vida.

A mim, por não ter desistido.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma avaliação da política de atendimento socioeducativo em meio fechado do estado do Ceará, a partir de incursões de campo, de cunho etnográfico, às unidades de internação do município de Fortaleza. São analisadas as observações de campo em três unidades de atendimento socioeducativo, que acompanham a execução de medidas de internação definitiva: o Centro Socioeducativo Dom Bosco, o Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider e o Centro Socioeducativo Patativa do Assaré. Entrevistei um conjunto de pessoas que tiveram suas vidas atravessadas pelas unidades pesquisadas: familiares, egressos, profissionais e ativistas dos direitos humanos. Por meio de entrevistas em profundidade, observações em campo, análise de documentos e notícias jornalísticas, reconstruí as trajetórias institucionais das três unidades, apresentando os principais eventos, fenômenos e disputas que ocorreram ao longo dos últimos anos, especificamente entre 2010 e 2022. Como resultados da pesquisa, verificou-se as seguintes dimensões avaliativas: i) relatos e observações de registros de inúmeros episódios de violência institucional contra os internos por agentes públicos, como policiais militares e agentes socioeducadores; ii) as narrativas de trabalhadores e trabalhadoras que apontam a vivência de contextos bastante hostis quanto ao ambiente de trabalho, em que sentimentos como medo e ansiedade são comuns; iii) a presença de facções criminosas atuantes no sistema socioeducativo e nas periferias da cidade de Fortaleza, que cria novos dilemas à política socioeducativa, como a rivalidade entre os internos, culminando em seguidos episódios de violência interpessoal e até mesmo homicídios; iv) a rotina das unidades pesquisadas no período referente à pandemia global de coronavírus e seus impactos nas dinâmicas internas; e v) a história do CEDECA Ceará e da sociedade civil cearense no controle social da política socioeducativa por meio de disputas de narrativa, denúncias e cobranças judiciais (no âmbito nacional e internacional). Após análise dos dados coletados nas três unidades, o estudo avaliativo argumenta que o sistema socioeducativo em meio fechado foi e permanece estruturalmente sendo uma instituição marcada pela violência e pela crueldade, de maneira que não tem cumprido sua finalidade de pretensa ressocialização.

Palavras-chave: avaliação; abordagem etnográfica; sistema socioeducativo; adolescente em conflito com a lei.

ABSTRACT

This dissertation presents an evaluation of the socio-educational service policy in a closed environment in the state of Ceará, based on field incursions, of an ethnographic nature, to the inpatient units of the city of Fortaleza. For this, field observations are analyzed in three socio-educational care units, which accompany the execution of definitive internment measures: the Centro Socioeducativo Dom Bosco, the Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider and the Centro Socioeducativo Patativa do Assaré. I interviewed a group of people who had their lives crossed by the units surveyed: family members, graduates, professionals and human rights activists. Through in-depth interviews, field observations, analysis of documents and news in newspapers, I briefly reconstructed the trajectories of the three units, presenting the main events, phenomena and disputes that occurred over the last few years, more specifically between 2010 and 2022. As a result of the research, the following dimensions and phenomena were verified: i) reports and observations of records of numerous episodes of institutional violence against inmates by public agents, such as military police and socio-educational agents; ii) the narratives of workers that point to the experience of very hostile contexts regarding the work environment, in which feelings such as fear and anxiety are common; iii) the presence of criminal factions active in the socio-educational system and in the outskirts of the city of Fortaleza, which creates new dilemmas for socio-educational policy, such as rivalry between inmates, culminating in repeated episodes of interpersonal violence and even homicides; iv) the routine of the units surveyed in the period referring to the global pandemic of coronavirus and its impacts on internal dynamics; and v) the history of CEDECA Ceará and Ceará civil society in the social control of socio-educational policy through narrative disputes, complaints and judicial demands. After analyzing the data collected in the three units, the study argues that the socio-educational system in a closed environment was and remains an institution marked by violence and cruelty, so that it has not fulfilled its intended purpose of resocialization.

Keywords: evaluation; ethnographic approach; socio-educational system; teenager in conflict with the law.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA AVALIATIVA.....	17
2.1	Delineando o campo da avaliação de políticas públicas: pluralidades de concepções analíticas em meio a um contexto de hegemonia neoliberal.....	17
2.2	Avaliação de políticas públicas e etnografia: aproximações epistemológicas possíveis e a proposta metodológica de uma avaliação de cunho etnográfico do sistema socioeducativo cearense.....	25
2.3	Observar, ouvir e interpretar – percorrendo os caminhos da pesquisa, afetações e as questões éticas pertinentes.....	31
3	CONTEXTOS DA PESQUISA AVALIATIVA – O SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL E A REALIDADE DO ESTADO DO CEARÁ.....	35
3.1	A constituição do menorismo no Brasil (1890-1990): o legado jurídico para a infância na passagem do século XIX ao século XX.....	36
3.2	Novas formas de tratamento jurídico-social para a infância e a promessa da proteção integral (1980-2012).....	41
3.3	Juventude, criminalidade e controle biopolítico: uma análise genealógica das unidades socioeducativas do estado do Ceará enquanto instituições disciplinares e de repressão violenta.....	43

4	TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS DAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO: EXPERIÊNCIAS, RELATOS E NARRATIVAS.....	49
4.1	“Quem se danar vai pro CECAL”: narrativas e olhares sobre a trajetória do Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider.....	51
4.2	“O presídio”: narrativas e olhares sobre a trajetória do Centro Socioeducativo Patativa do Assaré.....	57
4.3	“Onde os sonhos mudam”: narrativas e olhares sobre a trajetória do Centro Socioeducativo Dom Bosco.....	62
4.4	Disputas e vivências nas três unidades estudadas: conexões de trajetórias que se cruzam e fragmentam.....	67
5	DIMENSÕES AVALIATIVAS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE.....	69
5.1	Violência institucional praticada por Agentes de Estado e as Rebeliões como resposta a uma ordem injusta.....	70
5.1.1	<i>A atuação dos Agentes de Estado no Sistema Socioeducativo: violência institucional, impunidade estrutural e um estado de exceção normalizado.....</i>	73
5.2	Percepções de trabalhadoras e trabalhadores no sistema socioeducativo: lutas árduas em um ambiente hostil.....	74
5.3	Impactos das facções criminosas nas unidades socioeducativas de Fortaleza: surgimento, moralidades e repercussões nas dinâmicas institucionais.....	79

5.3.1	<i>O surgimento das facções criminosas no Brasil e no Ceará</i>	80
5.3.2	<i>As facções criminosas e o sistema socioeducativo cearense: violência, conflitos e homicídios</i>	84
5.4	Vivências no sistema socioeducativo em meio a pandemia do novo coronavírus (COVID-19)	87
5.5	O CEDECA Ceará e a luta da sociedade civil por direitos humanos no sistema socioeducativo cearense (2006-2022)	91
5.5.1	<i>Histórias de amor e de luta: o Grupo de Mães na luta por dignidade e justiça para seus filhos</i>	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS DA AVALIAÇÃO – O QUE SE NARRA E O QUE SE VIVE NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS DE FORTALEZA	100
	REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

“Aqui o absurdo é comum, senhor”. Essa foi uma das primeiras frases que ouvi conversando com um adolescente privado de liberdade em uma unidade socioeducativa de Fortaleza. Eu o ouvia do outro lado das grades de seu dormitório, com um pequeno caderno que fazia anotações à mão. Com paciência, parei para escutá-lo com atenção. Disse meu nome e com quem estava acompanhado, qual era a intenção da visita do coletivo de pessoas que chegavam à ala do centro socioeducativo. O diálogo segue entre mim e esse interno, que estava acompanhado de mais um adolescente que era seu companheiro de dormitório, quem passava os dias.

– Como andam as coisas por aqui?

– Embaçado, senhor. Tudo parado por aqui. Os socioeducadores são agressivos, só atribulando a mente do sujeito. Não tem quem aguente. Ficam dizendo que a gente num vai sair é nunca daqui.

– Tão saindo pra fazer nada? Tem nada pra passar o tempo?

– Nada, meu amigo, o dia todim trancado. Se tivesse pelo menos algum serviço pra fazer. Tão fazendo uma obra lá na ala sete, tamo já querendo ajudar pra ver se passa o tempo, mas nem isso deixam. Dizem que a gente vai se aproveitar pra fugir. Mas ei, o menino aqui que ta no dormitório comigo, ele é do interior e a mãezinha dele não conseguiu ver ele nenhuma vez, ele num teve atendimento ainda nem nada, tá sem colchão... vê se consegue pedir pra alguém pra ele fazer pelo menos uma ligação pra mãezinha dele pra matar a saudade.

O diálogo segue. Pergunto um pouco das histórias de cada um, o que tinham vivido até aquela data que estavam ali. Ambos pareciam ser bem jovens, cada um devia ter, no máximo, dezessete anos. Ambos vieram do interior do Ceará, sentenciados pela prática de um homicídio. A história que haviam passado era simples e comum, apesar de bastante atribulada para a pouca idade. Eram de bairros pobres em seus municípios e a dinâmica do tráfico de drogas e das facções criminosas se instalaram nos locais que moravam. Simpatizantes de uma facção criminosa, foram ameaçados por outros criminosos de uma facção rival. Para defender a própria vida, vitimar o adversário era a única opção possível caso quisessem viver. Me contaram que foram dias de terror, de extrema ansiedade, com um medo extremo de morrer. O final inevitável aconteceu: vitimaram o adversário que os ameaçava. Mas as suas vidas nunca mais foram a mesma coisa. Acusados de um ato infracional considerado bastante grave como homicídio, os policiais que os prenderam não aliviaram e acabaram sendo severamente agredidos. Ao chegar na nova unidade, um misto de sensação de tranquilidade com a ansiedade da ameaça que ele não sabia se havia sido encerrada mesmo. Será que os

integrantes da facção rival sabem o que eu fiz com um integrante do coletivo deles? A ameaça contra mim, acabou mesmo? O relato acima é apenas um dos tantos casos de adolescentes e jovens que participaram da criminalidade urbana de Fortaleza e do Ceará, tão presentes nos corredores das unidades socioeducativas cearenses. São sempre histórias muito intensas, o que demonstra que esses jovens são submetidos a experiências muito radicais, mesmo sendo tão jovens.

Depois de alguns anos vivenciando o universo deste tipo de local, posso afirmar que a frase que abre esta pesquisa, embora aparentemente contraditória, possui uma verdade de fácil percepção. Nas unidades de internação do Ceará, o absurdo se torna coisa comum. Diante de um contexto de completa ausência de atividades socioeducativas (como aulas, esportes, atividades culturais, cursos profissionalizantes), os adolescentes internos passam longas horas confinados em seus dormitórios, que mais se assemelham a celas de presídios. O tédio e a monotonia tomam conta do cotidiano dos adolescentes, os quais reclamam de uma cruel similitude entre os dias: *“todo dia é igual aqui, nunca muda nada”*.

Em grande medida, o drama que esses adolescentes vivem em dias de monotonia e tédio me faz recordar o mito de Sísifo. Segundo a Mitologia Grega, o herói Sísifo teria enganado os Deuses em busca da vida eterna, de maneira que acabou castigado com a penitência de viver a eternidade carregando diariamente uma enorme pedra montanha acima. Porém, todos os dias a rocha cairia novamente. Em uma repetição eterna e monótona através do tempo, Sísifo seria levado pelo trabalho inútil e sem propósito. Tal qual o herói grego que sofreu com a penitência divina, os adolescentes e jovens do sistema socioeducativo cearense padecem com a punição de passarem dias e dias de clausura, isolamento e sofrimento, em uma experiência que parece não ter uma finalidade clara ou útil para eles.

Mas, não se pode dizer que todos os dias do sistema socioeducativo sejam apenas de dor e de histórias difíceis. Existem, ainda, os dias de efusiva alegria entre os internos, profissionais e visitantes (sobretudo familiares), em que as piadas e o tom pueril dos adolescentes irradiam por toda a unidade, afastando-se um pouco do tom duro do ambiente. Assim, é preciso lembrar o que Albert Camus nos disse: *“a própria luta em direção aos cimos é suficiente para preencher um coração humano. É preciso imaginar Sísifo feliz”*.

Após alguns anos imerso no universo do sistema socioeducativo, iniciei pesquisas e estudos sobre o universo das unidades de internação do Ceará. Em um dos meus primeiros

registros sobre o sistema socioeducativo cearense, por ocasião do meu trabalho monográfico de conclusão do curso de Direito, narrei que:

Ao se adentrar em uma Unidade Socioeducativa, algumas cenas dificilmente saem da memória, até mesmo do mais breve passageiro: as grades, os ferros, os funcionários com os olhares cerrados, as muralhas altas que lembram um presídio antigo. Em dias de *agitação*, a inquietação e a angústia atingem a todos os presentes na Unidade. Dos dormitórios, os adolescentes reiteradamente gritam e *batem grades*, bradando por reconhecimento, trazendo um som estridente que perpassa toda a Unidade, causando um clima de medo e nervosismo, sobretudo pela imprevisão do futuro (PINHEIRO, 2018, p. 17).

Em 2019, ingressei no curso de mestrado acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, com o intuito de realizar uma pesquisa avaliativa sobre as políticas públicas para egressos do sistema socioeducativo em meio fechado. Todavia, o início do ano de 2020 foi marcado pelo evento mais drástico e imprevisível do século XXI: a pandemia global de Coronavírus, que viria a vitimar fatalmente milhares de brasileiros, trazendo grandes consequências para as mais distintas áreas da vida humana em todo o planeta. A primeira consequência foi a adoção do isolamento social rígido. Por se tratar de doença respiratória de fácil transmissão comunitária, a principal medida de contenção do vírus era o distanciamento social. Em meio às incertezas que marcaram os anos de 2020 e 2021, optei por iniciar um longo período de coleta de dados qualitativos sobre o sistema socioeducativo em meio fechado, em uma atividade similar a de um jornalista que deseja escrever uma longa matéria sobre temas de seu interesse.

Assim, especificamente durante o ano de 2021, comecei a realizar entrevistas livres e abertas com pessoas que tinham, de algum modo, suas vidas atravessadas pelo sistema socioeducativo, dividindo-os entre as seguintes categorias: a) jovens egressos: jovens adultos que foram internados em unidades socioeducativas e estavam em liberdade à época das entrevistas; b) ex-profissionais (socioeducadores e socioeducadoras, assistentes sociais, defensores públicos que prestaram assistência jurídica nas unidades pesquisadas, etc.); c) familiares de adolescentes e jovens internados; e d) ativistas de organizações de direitos humanos que trabalharam junto ao sistema socioeducativo.

Ao mesmo tempo, busquei reconstruir, de forma reflexiva, como haviam sido todas as minhas incursões em unidades socioeducativas de Fortaleza, de modo que optei por escolher três unidades em específico para me debruçar sobre suas histórias: o Centro Socioeducativo Dom Bosco, o Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider e o Centro Socioeducativo

Patativa do Assaré. As três unidades são destinadas à internação definitiva de adolescentes sentenciados por prática de atos infracionais graves, de idades distintas.

Dessa maneira, a pesquisa de campo, de caráter etnográfico, pretende englobar análise das observações realizadas em visitas presenciais que realizei em ações de inspeção e monitoramento em unidades de internação definitiva do município de Fortaleza. Nesse caminho, a coleta de dados da pesquisa foi conduzida a partir de registros de diários de campos, que são base para a composição de relatos sobre minhas vivências com o sistema socioeducativo. Por isso, construí inicialmente diários para cada unidade em que eu já havia visitado no município de Fortaleza, para ampliar o campo de visão sobre o sistema socioeducativo. A partir dos diários de campo, reconstruí historicamente as trajetórias de vida das unidades socioeducativas, a partir dos relatos e narrativas que eram apresentados por meus interlocutores que possuíam diversas histórias sobre as unidades pesquisadas.

Com efeito, esta dissertação configura-se como uma avaliação do sistema de atendimento socioeducativo do estado do Ceará em meio fechado, a qual implica na privação ou restrição da liberdade de adolescentes e jovens¹ que foram sentenciados judicialmente pela prática de atos infracionais. Assim, a pesquisa se realiza por meio dos olhares e narrativas acerca das trajetórias de vida de três unidades de internação localizadas na cidade de Fortaleza, capital do Ceará.

Esta proposta de avaliação decorre de muitas histórias que pude ouvir ou vivenciar nos últimos anos. São histórias com muitos personagens, com muitos cenários, com muitos sonhos e com muitos obstáculos. Muitas histórias, por exemplo, narram sobre os *dias de visita*, momento de reencontro de familiares com seus filhos e filhas que estão privados de liberdade. As visitas são hegemonicamente realizadas por figuras femininas: mães, tias, namoradas, avós. Em um ambiente tão hostil, o dia da visita sempre foi historicamente

¹ Compreendo que existe uma pluralidade de sentidos em torno da ideia de juventude, de modo que a produção social da juventude decorre de fatores históricos e políticos. Isto é, a juventude não se trata de uma categoria natural, mas é fruto de um processo social e, como tal, é constituída historicamente. Por isso, existe uma pluralidade de juventudes a serem consideradas pelas pesquisas em ciências humanas. Nesse sentido, Dayrell (2007) descreve o conceito de *condição juvenil*, que se refere ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia. No entanto, esta pesquisa opta por utilizar a terminologia proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Estatuto da Juventude, em que se considera aspectos relacionados à idade: de 12 a 18 anos são considerados adolescentes e de 18 anos a 29 anos são considerados os jovens adultos.

considerado como um dia que exige grande respeito pelos internos e profissionais, de maneira que deve ser respeitado com regras rígidas de convivência: não falar alto, evitar brigas e conflitos a qualquer custo e, além disso, respeitar os familiares de outros internos. Vários interlocutores sempre me falaram: “*quem erramos fomos nós, nossas famílias não tem nada a ver com isso, por isso nunca podem ser destratadas*”.

Existe, ainda, o sonhado dia de conquistar a **liberta**: voltar a sonhada liberdade. A palavra – que é uma derivação da palavra liberdade –, é uma expressão comum no universo socioeducativo, dita muitas vezes pelos adolescentes internos. É utilizado para fazer menção à liberdade perdida ou que será reconquistada. Por isso, o dia da liberação normalmente é comemorado como o dia em que se vai voltar para a *liberta*.

Por outro lado, existem dias que não são tão felizes como o dia de voltar a liberdade. Alguns dias tensos desembocam em *agitação*, momento de tensão e revolta entre os internos, que pode inclusive anteceder momentos críticos de conflitos, como rebeliões e motins, em que os adolescentes e jovens internos começam a *bater grades* dos dormitórios como forma de protesto. O som ensurdecedor de grades sendo atacadas sucessivamente pelos adolescentes com chutes, junto com os gritos altos que ecoam nos corredores, traz muita tensão e medo à unidade. Bater grades é compreendido pelos internos como uma forma de reivindicação e resistência, principalmente por mudanças necessárias na Unidade (como melhoria da alimentação, limpeza das alas ou um ato de resistência contra práticas de violência institucional perpetradas por agentes do Estado).

A grande maioria das minhas histórias junto ao sistema socioeducativo é intimamente ligada à história do CEDECA Ceará e sua atuação em defesa do sistema socioeducativo nos últimos anos. Desde 2015, a instituição é peticionária no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) do caso 14.040, intitulado de *mil adolescentes privados de liberdade no estado do Ceará vs. Brasil*, que trata de denúncia por sistemáticas e seguidas violações dos direitos humanos no Sistema Socioeducativo Cearense praticadas pelo Estado Brasileiro.

Diante da minha aproximação com as unidades de internação, minhas experiências de vida acabam, de alguma maneira, por conduzir a construção da pesquisa que orienta este trabalho, uma vez que me vejo atrelado ao seu objeto reiteradamente durante os últimos anos. Isso me leva ao propósito de realizar uma pesquisa avaliativa a partir de uma perspectiva

etnográfica, englobando olhares e narrativas de jovens egressos, de seus familiares, de ativistas dos movimentos sociais de defesa da infância e juventude, além das minhas observações de campo das dinâmicas das instituições de privação de liberdade do sistema socioeducativo, a qual realizei a partir de minha atuação profissional no CEDECA Ceará.

Quanto à abordagem teórico-metodológica da pesquisa avaliativa adotada, opto por uma perspectiva crítica no campo da avaliação de políticas públicas, com o objetivo de que a pesquisa possa conter uma nítida opção política em prol do reconhecimento dos direitos humanos de adolescentes e jovens, sobretudo daqueles que foram historicamente oprimidos pelas estruturas de classe e raça do país – alvos preferenciais dos seletivos sistemas de segurança pública e justiça criminal –, me afastando de possíveis pretensões de neutralidade científica, perspectiva predominantemente hegemônica no campo das avaliações de políticas públicas (GUSSI, OLIVEIRA 2015).

O texto está dividido, assim, em quatro capítulos distintos. O primeiro é dedicado aos fundamentos teórico metodológicos da pesquisa, em que são delineados os aportes que sustentam a ideia de realização de uma pesquisa avaliativa a partir de uma perspectiva de caráter etnográfico. Ainda neste capítulo, são apresentados os caminhos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa, minha experiência durante a pesquisa de campo e, por fim, os posicionamentos éticos adotados.

O segundo capítulo é destinado a apresentação do contexto político e social em que é implementada a política de atendimento socioeducativo. Com isso, é reconstruída a trajetória histórica das concepções jurídicas e sociais que permeiam a noção de criminalidade juvenil e responsabilidade penal de adolescentes, desde o século XIX até a contemporaneidade. A partir de um olhar genealógico, busco compreender como o sistema penal juvenil cearense se constitui atualmente, mesclando aspectos de repressão, normalização, mas também de crueldade e violência.

O terceiro capítulo reconstrói as trajetórias institucionais das três unidades de internação pesquisadas: o Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider (CSCAL), o Centro Socioeducativo Patativa do Assaré (CSPA) e o Centro Socioeducativo Dom Bosco (CSDB). Mesmo sendo distantes geograficamente e possuindo públicos diversos quanto ao cumprimento das medidas de internação, as narrativas sobre as unidades demonstram conexões, aproximações e disputas de poder entre elas.

O quarto capítulo, por derradeiro, apresenta os achados da pesquisa de campo nas três unidades a partir das seguintes dimensões avaliativas: i) relatos, observações e registros de inúmeros episódios de violência institucional contra os internos por agentes públicos, como policiais militares e agentes socioeducadores; ii) narrativas de trabalhadores e trabalhadoras apontam a vivência de contextos bastante hostis quanto ao ambiente de trabalho, em que sentimentos como medo e ansiedade são comuns; iii) presença de facções criminosas atuantes no sistema socioeducativo e nas periferias da cidade de Fortaleza cria novos dilemas à política socioeducativa, como a rivalidade entre os internos, culminando em seguidos episódios de violência interpessoal e até mesmo homicídios; iv) rotina das unidades pesquisadas no período referente à pandemia global de coronavírus e seus impactos nas dinâmicas internas; e v) história do CEDECA Ceará e da sociedade civil cearense no controle social da política socioeducativa por meio de disputas de narrativa, denúncias e cobranças judiciais.

No último capítulo, referente às considerações finais, apresento a síntese e as reflexões teóricas conclusivas da pesquisa avaliativa. A partir da sistematização do material de campo – entrevistas com interlocutores, relatos dos diários de campo, matérias jornalísticas, relatórios, dentre outros –, busco apresentar as mudanças internas vivenciadas no sistema socioeducativo, nos últimos anos, a partir das evidências coletadas na pesquisa etnográfica, sintetizando sentidos, narrativas e interpretações.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA AVALIATIVA

Desde o seu surgimento, a palavra avaliação está associada ao ato de dar valor ou importância a algo. O vocábulo tem origem na palavra em latim *aestimare*, que significa o ato de dar estima ou importância a algo. Apesar de que o ato de avaliar tenha sido sucessivamente compreendido e representado como uma ação simples e objetiva, isto não condiz com a realidade. Avaliar trata-se de um processo complexo de apreensão da realidade, que induz inúmeros desafios ao seu pesquisador, de modo que deve ser construído sob bases epistemológicas precisas e coerentes. Em virtude disso, o presente capítulo apresenta as ideias centrais que são utilizadas como fundamentos epistemológicos e metodológicos da pesquisa avaliativa em comento, optando por escolher perspectivas críticas no campo da avaliação.

2.1 Delineando o campo da avaliação de políticas públicas: pluralidades de concepções analíticas em meio a um contexto de hegemonia neoliberal

Os estudos em torno das políticas públicas têm ganhado extrema relevância nas últimas décadas, de modo que se percebe um visível crescimento na produção intelectual sobre o tema, indicando um processo de maturidade de sua produção científica (SOUZA, 2006; ARRETCHE, 2003). A seu turno, Faria (2018) aduz que o surgimento dos estudos em torno das políticas públicas tem sua origem creditada ao pensamento de Harold Lasswell, em fins da década de 1940 e início da década de 1950, nos Estados Unidos. Para o autor, as compreensões teóricas em torno das políticas públicas – como campo autônomo de conhecimento – tinham por objetivo, desde sua origem, de orientar a aplicação rigorosa do conhecimento científico no âmbito de questões que afetem o governo. Além do mais, o autor destaca como o campo de pesquisas das políticas públicas possuía um visível caráter tecnocrático, visto que desejava ser uma perspectiva analítica (e de intervenção) explicitamente voltada para resolução de problemas (FARIA, 2018).

No cenário brasileiro, o interesse de estudos em torno das políticas públicas tem sido diretamente afetado pelo período político que se iniciou com a redemocratização pós-ditadura militar (1964-1985). O país acabou por retornar aos trilhos da democracia e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual garantia uma série de liberdades individuais e direitos sociais, tornou-se o principal marco da superação – ainda que parcial – de um passado autoritário.

Ademais, durante a década de 1990, o país sofreu forte influência diante do contexto internacional, ante um cenário de hegemonia neoliberal que impunha uma agenda de profundas transformações no Estado no contexto da Nova República (MORAIS, 2002). A doutrina neoliberal tornou-se como um verdadeiro fundamento das políticas públicas, configurando-se como uma ideologia conservadora e hegemônica no ocidente a partir do final das décadas de 1970 e 1980, notadamente a partir das experiências apresentadas pelos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (GROS, 2003).

Nesse sentido, Gros (2004) aponta como, no Brasil, foram criados por empresários inúmeros Institutos Liberais, no início dos anos de 1980, que possuíam o objetivo de propagar os ideais do neoliberalismo e suas concepções de políticas públicas, visando defender um programa liberal de governo. A ideologia neoliberal defendida por esses Institutos se pautava na liberalização das relações trabalhistas e na privatização de funções sociais do Estado, como a educação, a saúde e a previdência social.

Com essa gênese tecnocrática, tornou-se amplamente difundido uma abordagem em avaliação de políticas públicas de cunho *gerencialista*, a qual defendia que as funções precípuas das pesquisas avaliativas seriam as de medir e acompanhar os êxitos das reformas administrativas, todas norteadas por princípios da agenda neoliberal então vigente. Faria (2005) compreende a concepção *gerencialista* como aquela em que a avaliação é vista como um mero instrumento administrativo e, portanto, com funções supostamente alheias às disputas políticas da esfera pública, sendo a tônica dada nos sistemas de avaliação pelos organismos multilaterais e agências financiadoras internacionais.

Contudo, autores defendem que a avaliação de políticas pode ser compreendida como um campo científico – nos termos propostos por Pierre Bourdieu (2002) –, sendo, portanto, um espaço múltiplo e amplo, aberto às disputas simbólicas praticadas por atores que exteriorizam suas escolhas e suas estratégias de interação, cooperação e cooptação, a partir de uma rede de interesses políticos e econômicos que caracterizam esse espaço de disputa (BOULLOSA, OLIVEIRA, ARAÚJO e GUSSI, 2021). Nessa linha de pensamento, afirmam os autores:

Se a avaliação opera em um campo científico, as definições sobre o que é avaliar são porosas e polissêmicas. A depender da matriz analítica, assumem-se distintas conotações e há, portanto, diferentes definições e vertentes teóricas e

epistemológicas que tratam desse objeto a partir de paradigmas variados (BOULLOSA, et. al., 2021, p. 4).

Deste modo, mesmo diante da multiplicidade de compreensões em torno da ideia de avaliação, duas grandes acepções podem ser destacadas: de um lado, uma lógica dominante e hegemônica, a qual possui razoável prevalência entre as práticas avaliativas, compreende a avaliação como um fenômeno objetivo, orientado para aferir resultados, eficácia, eficiência e efetividade de determinada política ou programa social; por outro lado, uma nova concepção busca aproximar-se de uma ótica construtivista, que busca avaliar as políticas públicas por meio de ações de caráter processual, a partir de pesquisas que valorizem aspectos quantitativos e qualitativos, “gerando aprendizagens para dar suporte à decisão, às mudanças de rumo, à legitimação” (BOULLOSA, et. al., 2021, p. 4).

Constrói-se, por sua vez, um campo de estudos multidisciplinares acerca da temática da avaliação, de maneira que a literatura nacional começou a problematizar as intencionalidades no campo das avaliações de políticas públicas, bem como suas formas e utilizações, questionando sua visão tradicional que limita a avaliação a um mero instrumento de orientação das ações do Estado (GUSSI e OLIVEIRA, 2015).

Nessa linha de raciocínio, Gussi e Oliveira (2015) defendem que é necessário que a avaliação possa ser compreendida não como um campo neutro e com objetivos tão somente gerenciais, mas que seja visualizada a partir de condicionantes e construções teóricas que extrapolam objetivos meramente regulatórios e administrativos do Estado. Com efeito, quando se compreende que a avaliação não se limita a uma atividade técnica e racional, abre-se espaço para novos arranjos e disposições teóricas e metodológicas, em consonância com novos valores que possam orientar a proposta avaliativa, como o respeito à democracia, aos valores humanistas, ao desejo de construção de uma sociedade justa e igualitária.

No mesmo sentido, Jannuzzi (2020) defende que, em sociedades democráticas, as avaliações de políticas públicas não podem mais ser compreendidas apenas como instrumentos técnicos de solução de problemas, mas devem ser orientados e incorporarem valores que sustentam normativamente o desenho das políticas públicas (como, por exemplo, os princípios de igualdade, de democracia e dos direitos humanos). Deste modo, as políticas são desenhadas segundo princípios e valores constitucionais – fruto de longos processos de mobilização e transformação social –, de modo que as avaliações não podem ignorá-las.

A partir disso, emergem propostas de novas epistemologias e metodologias para avaliações de políticas públicas, objetivando dar conta da complexidade inerente à esta área. Despontam, como exemplo, as proposições analíticas da Avaliação em Profundidade (AP) de Programas Sociais realizadas por Rodrigues (2008, 2011), em conexão com o modelo experiencial proposto por Lejano (2012). Dessas proposições, derivam a noção de trajetórias das políticas públicas, como recurso analítico-metodológico da avaliação, proposta por Gussi (2008), *as quais visam a construção de uma metodologia de cunho etnográfico que focaliza as interpretações dos distintos sujeitos envolvidos nas políticas públicas*. Esses aportes teóricos posicionam-se de modo crítico ao campo hegemônico da avaliação de políticas públicas.

A proposta da Avaliação em Profundidade surge a partir da constatação da insuficiência teórica dos modelos clássicos de análise, visualizando a necessidade cada vez mais patente de que as pesquisas avaliativas levem em consideração os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais nas quais as políticas públicas são construídas (RODRIGUES, 2011).

Alicia Ferreira (2008) defende que as mediações socioculturais influenciam diretamente a performance e o desempenho das políticas públicas, porque estas são atravessadas por fatores de ordem simbólica. Consequentemente, as políticas são cotidianamente ressignificadas pelas visões de mundo das pessoas que integram a população de beneficiários, ao passo que “esta visão de mundo engendra-se nas relações que se tecem entre indivíduo e sociedade” (FERREIRA, 2008, p. 18).

Todavia, avaliar em profundidade requer a compreensão da complexidade da realidade social em que se insere a execução da política pública, sua pluralidade e a dialética de suas contradições. Em relação à realidade brasileira, esta importância se sobressai. O Brasil é um país de dimensões continentais e múltiplas realidades que surgem a partir de contextos regionais diversos, com culturas e identidades regionais próprias de cada localidade, de tal modo que não seria prudente desprezar a importância da influência de fatores sociais e culturais.

Em virtude disso, é necessário situar onde se insere na sociedade brasileira a política de atendimento socioeducativo. Adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais têm sido nas últimas décadas alvos preferenciais de estereótipos criminais de cunho racista,

colocados por programas de linguagem policialesca como os alvos a serem perseguidos pelo Estado Brasileiro. Constrói-se, portanto, um movimento de ódio contra esses adolescentes e jovens, que pode ser sintetizado na expressão que representa o culto ao espetáculo da morte social no Brasil: “bandido bom é bandido morto”.

Judith Butler (2017) nos diz que a vida só existe como tal, pois existem condições que lhe dão sustentação, que são predominantemente sociais e produzem uma interdependência entre as pessoas por reconhecimento. Assim sendo, só reconhecemos uma vida como passível de luto se ela passar pelos enquadramentos das condições que dão suporte ao reconhecimento da vida. Diz a filósofa: “*formas de racismo instituídas e ativas no nível da percepção tendem a produzir versões icônicas de populações que são eminentemente lamentáveis e de outras cuja perda não é perda, e que não é passível de luto*” (BUTLER, 2017, p. 34).

A autora aduz sobre o que ela considera ser a **condição precária** e como isso se relaciona intimamente com a violência perpetrada pelo Estado:

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem a opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual eles precisam de proteção. Em outras palavras, elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas (BUTLER, 2017, pp. 46-47).

Assim, é preciso considerar quando uma política for destinada àqueles que possuem *vidas precárias*, vidas precarizadas pelo Estado e seus tratamentos seletivos, violentos e desiguais. Consequentemente, uma indagação surge: como avaliar uma política pública visivelmente autoritária? É preciso um olhar sensível e interseccional para compreender acuradamente os processos e fenômenos que permeiam a violência perpetrada pelo Estado.

Avaliar políticas públicas – de um ponto de vista democrático – é uma tarefa que deve levar em conta toda a complexidade que perpassa a construção das identidades e as lutas que permeiam a consubstanciação da própria cidadania. Portanto, a atividade avaliativa deve ter um olhar interseccional para os fenômenos sociais e para todos aqueles que realizam as políticas públicas, de modo que os instrumentos e ferramentas da avaliação devem ser adequadas a esse desafio (LAISNER, *et. al.*, 2021).

Em vista de tamanha complexidade, a Avaliação em Profundidade defende que as ciências sociais – em particular, a antropologia – possuem uma especial importância para a área de estudo das políticas públicas, especialmente por permitir ao pesquisador uma visão crítica sobre as formulações e execuções das políticas, além de fornecer instrumentais teóricos e metodológicos inovadores, contribuindo com uma reflexão contínua sobre técnicas, conceitos e abordagens interpretativas que se dão no campo da avaliação (RODRIGUES, 2008).

Rodrigues (2011) afirma, ademais, que a AP se baseia em um modelo experiencial de avaliação, com base em um paradigma interpretativo, que surge a partir da própria imersão do avaliador na realidade concreta do campo das políticas. Deste modo, a autora defende que o modelo experiencial proposto por Lejano (2012) questiona o poder explicativo proposto pelos modelos clássicos de análise – baseado em metodologias quantitativas e em lógicas lineares –, pois não permitem a compreensão aprofundada de como realmente são executadas as políticas públicas quando ignoram as especificidades e complexidades da realidade social.

Desta maneira, a autora defende uma abordagem centrada na noção de experiência, isto é, como realmente são vividas as políticas públicas a partir de um olhar plural de todos os sujeitos sociais que as atravessam: os que formulam, os que executam e os que se beneficiam delas. Dessa maneira, aponta a autora sobre a importância da noção de experiência para as pesquisas avaliativas:

Para superar os limites dos modelos de análises de políticas vigentes na atualidade, Lejano propõe, em primeiro lugar, que uma análise de políticas deve considerar as múltiplas dimensões da experiência e do entendimento, atentando para a complexidade dos fenômenos – seu caráter processual, contextual, dinâmico e flexível, só apreensível pelo entendimento de sua realização na prática. Esta perspectiva dá à noção de experiência um lugar central nas formulações teórico-metodológicas propostas pelo autor. Isto implica que o desenho da avaliação muda, não comportando mais um modelo linear de teste de hipóteses, que tenha como objetivo apenas verificar se aquilo que foi colocado como meta da política se cumpriu (efetividade), ou se a relação custos benefícios é positiva (eficiência) ou, ainda, se os resultados obtidos foram positivos (eficácia). (RODRIGUES, 2011, p. 105).

Em virtude disto, o pesquisador se insere no campo da pesquisa avaliativa sem prejulgamentos e, a partir dessa interação entre o campo e o pesquisador que irão surgir as principais reflexões e análises da pesquisa avaliativa, a partir de um olhar multidimensional, em que se valoriza a multiplicidade de fontes de pesquisa, entre dados qualitativos e quantitativos (RODRIGUES, 2011).

Com efeito, Rodrigues (2008) defende uma avaliação mais aprofundada das políticas e programas sociais, considerando o contexto em que estas se inserem. Para isso, Rodrigues utiliza como base quatro eixos de análise: a) o conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, suas bases conceituais e sua coerência interna; b) a trajetória institucional da política; c) os aspectos temporais e territoriais abarcados pela política; e d) a análise do contexto político de formulação.

Quanto ao conteúdo da política (primeiro eixo de análise), a pesquisa avaliativa deve compreender a natureza da temática, focando-se em três aspectos principais. O primeiro aspecto é referente a formulação, compreendendo-se seus objetivos apresentados em documentos institucionais, bem com os critérios de implantação, execução e avaliação. O segundo aspecto é referente às bases conceituais, os paradigmas que constroem a política e os valores que lhe dão sustentação. Por fim, o último aspecto é o da coerência interna, a qual se trata da “não-contradição entre as bases conceituais que informam o programa, a formulação de sua implementação e os itens priorizados para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação” (Rodrigues, 2008, p. 11).

O segundo eixo, que versa sobre a trajetória institucional da política, trata-se de uma dimensão analítica que parte de um ponto de vista antropológico, construído a partir das contribuições teóricas de Gussi (2008), que busca avaliar a trajetória de vida de uma política pública a partir do conceito de trajetória de vida desenvolvida por Pierre Bourdieu. Desse modo, Gussi transpõe o conceito de trajetória para o âmbito das instituições, afirmando que elas, tal qual a vida social humana, podem ser compreendidas a partir dos inúmeros trajetos e percursos que a vida pode ter no campo social.

Ao realizar estudo etnográfico sobre os Programas de Microcrédito implementadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Gussi buscou reconstruir a trajetória institucional do Programa CredAmigo. Dessa forma, o autor parte da ideia de que um programa social “não tem um sentido único e está circunscrito a ressignificações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços institucionais que percorre, ou seja, de acordo com seus deslocamentos na instituição” (GUSSI, 2008, p. 34).

No mesmo sentido, as reflexões de Gussi e Oliveira sobre a trajetória institucional:

A partir desse ponto de vista antropológico, propomos que o avaliador deve percorrer as trajetórias da política, compreendendo-a como um devir submetido a

incessantes transformações, na medida em que essas trajetórias têm como base as dimensões culturais das instituições e dos grupos sociais envolvidos com as políticas, que circunscrevem os seus resultados. A noção de trajetória constitui um aporte fundamental para a ampliação da nossa perspectiva avaliativa. Para tanto, entende-se essa noção a partir de Bourdieu em seu ensaio “A ilusão biográfica” (1996). O autor compreende como trajetória “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”. Dessa maneira, Bourdieu não busca interpretar a vida como um conjunto coerente e orientado, que se desenrola seguindo uma ordem lógica, mas sim como algo que se desloca no espaço social e não está vinculada apenas a um agente, mas sim a distintos agentes sociais”. (GUSSI, OLIVEIRA, 2016, p. 95).

O terceiro eixo é referente aos espectros temporais e espaciais, que “se referem ao percurso de uma política pelas vias institucionais e espaços socioculturais, ao longo do tempo de sua implementação” (RODRIGUES, 2011, p. 60). Trata-se, dessa forma, de confrontar os objetivos previamente estabelecidos com as especificidades locais e sua historicidade.

Por fim, tem-se a análise de contexto, dimensão que busca considerar o momento político vivenciado ao tempo de execução da política pública, como as condições socioeconômicas, articulando isso a partir das esferas nacionais, regionais e internacionais. Para a autora, é de vital importância a apreensão do modelo político-econômico vigente no país, analisando como a política em análise se articula com outras políticas e/ou programas. Além disso, a autora dá especial ênfase na análise do contexto cultural:

Para compreender a dinâmica de políticas implementadas em diferentes momentos históricos, concebidas a partir de modelos político-econômico-sociais específicos, faz toda a diferença perceber como são acionados elementos de ordem simbólica – elementos étnicos e identitários; valores morais, cívicos e éticos; ideias e símbolos articulados a ideologias do progresso e da modernização, dentre outros. (RODRIGUES, 2011, p. 59).

Ressalto, portanto, que a Avaliação em Profundidade é uma proposta avaliativa ampla, detalhada e densa, seguindo as proposições de busca de significados defendida por Geertz (2008), no caso os significados da política de todos os sujeitos envolvidos: os que formulam, os que executam, os que se beneficiam e vivenciam (RODRIGUES, 2011). Possui, assim, visível caráter multidimensional.

Torres Júnior, Gussi, Silva e Nogueira (2020) apontam que a AP propõe uma primazia da experiência no campo avaliativo, valorizando a complexidade social que surge da execução das políticas públicas, de modo que os fazeres avaliativos devem se basear por isso.

Desse modo, o pesquisador/avaliador visa chegar mais perto da experiência da política a partir da análise de diferentes conhecimentos empíricos sobre ela, sem, contudo, pretender “tornar-se um nativo”, mas sim adentrar nas diferentes dimensões

e complexidades da experiência por meio de recursos metodológicos e técnicas de pesquisa distintas, como, por exemplo, entrevistas, pesquisas de artefatos documentais escritos, técnicas de observação, dentre outros (Lejano, 2012). A AP toma como referência o denominado “sentimento pós-constructivista”, traduzido pela abordagem experiencial da política, proposto por Lejano (2012), ao primar a experiência, valorizando a complexidade e a multidimensionalidade dos contextos onde as políticas são implementadas para construir uma nova perspectiva de avaliação de políticas públicas (Torres Júnior, Gussi, Silva e Nogueira, 2020, p. 152).

Em síntese, a avaliação em profundidade propõe uma imersão – um mergulho – na experiência da política pública, buscando compreender as dimensões culturais das ações do Estado. Trata-se, portanto, de livrar-se de pré-noções e concepções estabelecidas, na busca de uma interpretação sociológica sobre as políticas públicas. Danielle Cruz (2019) afirma que “trata-se de perceber como as políticas de desenvolvem, para que se destinam, qual sua extensão e multidimensionalidade, quais os efeitos alcançados, a que custo ocorreram e, ainda, que dados apontam para a construção de novos indicadores que permitam avaliar a política de forma ampla, densa e profunda” (CRUZ, 2019, p. 173).

A partir destas perspectivas avaliativas supracitadas, sobretudo, ancoradas nas noções de experiência da política (Lejano, 2012) e na noção de trajetória (Gussi, 2008), desejo realizar uma *avaliação de caráter etnográfico* do sistema de atendimento socioeducativo de privação de liberdade. Desta sorte, dou centralidade às experiências narradas por todas as pessoas que tiveram suas vidas cruzadas pelo sistema socioeducativo – adolescentes, profissionais, familiares e ativistas sociais –, para compreender as dinâmicas e rotinas das unidades de internação.

Nos tópicos a seguir, são apresentados os aportes teóricos que sustentam a ideia de uma avaliação de uma política pública a ser realizada por meio de uma pesquisa etnográfica, bem como as especificidades metodológicas de imersão no campo.

2.2 Avaliação de políticas públicas e etnografia: aproximações epistemológicas possíveis e a proposta metodológica de uma avaliação de cunho etnográfico do sistema socioeducativo cearense.

Geertz (2014) afirma que a etnografia possui uma semelhança com a poesia, com a navegação e com a jardinagem: todas estas ações humanas funcionam à luz de um saber local. O papel da antropologia, para Geertz, seria de se dedicar à tarefa artesanal de descobrir

princípios gerais em fatos pequenos, comuns e provincianos, a partir de uma imersão no campo que será observado.

Ademais, o estudo etnográfico não seria marcado somente pelo registro e pela observação, mas essencialmente por sua capacidade de interpretação (GEERTZ, 2008), defendendo que os estudos etnográficos não se baseiam somente na capacidade e sensibilidade do pesquisador em campo; mas em sua capacidade interpretativa das formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – de determinada sociedade (GEERTZ, 2014).

A etnografia, portanto, se trata de uma arte de descrever e interpretar um determinado grupo humano: suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças. Ainda, a pesquisa etnográfica visa compreender a complexidade de determinados fenômenos sociais, por meio de uma inserção no campo da pesquisa, a partir de uma visão holística (buscará uma visão ampliada e integrada dos fenômenos) e dialógica (compreende a existência de complexidades e contradições no seio dos fenômenos sociais) (ANGROSINO, 2009).

José Magnani (2009) defende que o fazer etnográfico possui características específicas, traçando uma definição que valoriza a etnografia como prática, como experiência e com base em uma certa noção de totalidade. Deste modo, “não se pode separar etnografia nem das escolhas teóricas no interior da disciplina, nem da particularidade dos objetos de estudos que impõem estratégias de aproximação com a população estudada e seus interlocutores” (MAGNANI, 2009, p. 133). Para o antropólogo, deve-se distinguir o que ele chama de experiência etnográfica e prática etnográfica: enquanto a prática é programada e contínua, a experiência é descontínua e imprevista. Além disso, o autor aponta que as pesquisas etnográficas devem partir de alguma noção de totalidade, definida da seguinte forma:

Uma totalidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em termos categoriais: se para aqueles constitui o contexto da experiência diária, para o segundo pode também se transformar em chave e condição de inteligibilidade. Posto que não se pode contar com uma totalidade dada, postula-se uma, nunca fixa, a ser construída a partir da experiência dos atores e com a ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas, como condição para que se possa dizer algo mais do que generalidades e platitudes a respeito do objeto de estudo. (MAGNANI, 2009, p. 138).

Em síntese, a etnografia é uma forma específica de operar em que o pesquisador se insere no universo novo dos pesquisados e divide seu horizonte, para “seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova” (MAGNANI, 2009, p. 135).

Tim Ingold, por seu turno, defende uma antropologia mais próxima das pessoas, baseada na presença, na experiência partilhada e no compartilhamento mútuo de conhecimento, de tal modo que “não se trata de descrever outras vidas, mas de unir-se a elas na tarefa comum de encontrar formas de viver” (INGOLD, 2019, p. 13). Sobre a etnografia, diz o autor:

A palavra que os antropólogos usam para descrever as pessoas é etnografia. A observação participante é, então, um meio para a etnografia? A maioria dos antropólogos diria que sim; de fato, na cabeça de muitos, método e resultado são tão confundidos que a própria prática da observação participante equivale ao trabalho etnográfico. Mas eu discordo. Reiterando, a observação participante é uma forma de estudar com as pessoas. Não se trata de descrever outras vidas, mas de unir-se a elas na tarefa comum de encontrar formas de viver. Aqui, eu afirmo, reside a diferença entre a etnografia e a antropologia. Assim, para o antropólogo, a observação participante não é, absolutamente, um método para a coleta de dados. Ela é um compromisso de aprender fazendo, semelhante ao do aprendiz ou do aluno. Afinal, não estudamos com nossos professores na universidade pensando em prestar conta do que eles dizem, ou em descrevê-los para a posteridade. Ao contrário, nos permitimos ser educados por eles. Para nós, assim como para nossos professores, essa educação é transformadora. Certamente, isso também vale para a educação a que nos submetemos durante a observação participante no campo. Em resumo, o objetivo primordial da antropologia não é etnográfico, mas educativo. Em minha opinião, a importância da antropologia reside precisamente no seu potencial de educar e, através dessa educação, de transformar vidas – as nossas próprias e as daqueles entre os quais trabalhamos. Mas esse potencial apenas se concretizará se estivermos dispostos a aprender com eles. E não aprenderemos nada se não os levarmos a sério. Levar os outros a sério é a regra número um do meu tipo de antropologia. (INGOLD, 2019, p. 13).

Considero possível e legítima a realização de uma avaliação de políticas ser feita por meio de uma inserção etnográfica, conforme abordado no item anterior. A experiência e a prática etnográficas permitem uma nova forma de ver e refletir sobre as políticas públicas, admitindo múltiplos olhares, cenas e narrativas sobre os cenários observados.

Nesse sentido, ao aproximarem abordagens antropológicas com o campo da avaliação, Gussi e Oliveira (2016) propõem um diálogo entre as pesquisas avaliativas e o campo da antropologia por meio do que se denomina de horizonte antropológico, sendo orientado por duas perspectivas: a postura relativista e a observação participante. A postura relativista se

trata de um modo de conduta do pesquisador em tentar se livrar de suas pré-noções e buscar compreender como os diferentes atores envolvidos concebem as políticas e entendem seus resultados, a partir de seus próprios referenciais culturais. Nessa linha de raciocínio, os autores discorrem sobre a importância da imersão em campo por meio da observação participante, como forma de valorizar a experiência e compreender o funcionamento da política:

Nessa postura, a avaliação tende a ser multirreferenciada, pois contempla os vários destinatários das políticas e os significados que dão a elas, sem que se atribua a esses significados uma hierarquia de valores que tende a julgar sob o prisma de um único agente envolvido na política. Contudo, essa postura não se constitui a priori: ela é uma construção do avaliador que deve fazer sua imersão no cotidiano da política, onde ela se implementa. Trata-se de ir a campo e construir, por meio da observação participante e das técnicas de pesquisa a ela concernentes, a experiência in loco das políticas públicas, que constituirá a base empírica de dados para a sua avaliação (Lejano, 2011). Posto o horizonte antropológico que orienta a nossa perspectiva metodológica, entendemos que, para avaliar, é necessário construir, nos dizeres de Geertz (1989), uma “descrição densa”, na qual se busca interpretar os diferentes significados acionados publicamente pelos atores no contexto das ações que envolvem as políticas. A partir desse ponto de vista antropológico, propomos que o avaliador deve percorrer as trajetórias da política, compreendendo-a como um devir submetido a incessantes transformações, na medida em que essas trajetórias têm como base as dimensões culturais das instituições e dos grupos sociais envolvidos com as políticas, que circunscrevem os seus resultados (GUSSI e OLIVEIRA, 2016, p. 95).

No mesmo sentido, do ponto de vista de uma epistemologia da avaliação, pesquisadores defendem a possibilidade de adoção de uma *epistemologia antropológica* em pesquisas avaliativas, prática já encontrada no campo da avaliação, definida do seguinte modo:

A epistemologia antropológica, particularmente pela sua relação com o método etnográfico, também pode ser encontrada no campo de estudos e práticas em avaliação. Ancorada em uma tradição mais construtivista da ciência, assume uma noção normativa e subjetiva de conhecimento, o qual também é considerado como estruturado, socialmente construído e não reproduzível. As avaliações nesta linha, de racionalidade subjetivista, são voltadas para a compreensão da rede de significados que permeiam e que estruturam o objeto em estudo, redes estas modeladas e compartilhadas por grupos, culturas e/ou territórios (BOULLOSA, et. al. 2021, p. 9).

No presente estudo, tenho o intuito de realizar uma pesquisa etnográfica do sistema de atendimento socioeducativo em meio fechado, por meio de incursões às unidades de internação do município de Fortaleza, realizadas no ano de 2021, mas antecedido por uma imersão nesse ambiente que data há mais de seis anos atrás. As unidades visitadas foram: o Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider (CSCAL), o Centro Socioeducativo Dom

Bosco (CSDB) e o Centro Socioeducativo Patativa do Assaré (CSPA), todas localizadas em Fortaleza, capital cearense.

Para a construção da etnografia, recorri às *narrativas* que meus interlocutores tinham sobre suas experiências de vida com o sistema socioeducativo. Muitas perguntas, enfim, surgiram: o que significa estar internado dentro de uma unidade de internação? O que significa ter um familiar (querido e amado como um filho, neto, sobrinho ou namorado) privado de liberdade em unidades de internação? E a experiência de quem trabalha nessas unidades, como é apresentada e contada? A pesquisa parte, então, de muitas histórias de vida que pude ouvir. Histórias dramáticas, por vezes, mas também recheadas de grandes afetos, amores e resistências. Me vi, reiteradamente, me reconectando com o que há de mais profundo no ser humano e sua compreensão sobre a vida, sobre valores e moralidades, mas também sobre o amor.

Squire (2014) considera as narrativas como uma “cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e históricos particulares, e não gerais”. Estes signos se movimentam temporalmente e operam na particularidade e não na generalidade. Assim, conclui a socióloga:

Um corolário desta definição é que as histórias não têm vigência universal; elas se valem de recursos simbólicos sociais, culturais e históricos particulares e operam dentro deles. A “leitura” de histórias pode, portanto, mudar ou se romper entre universos sociais, culturais e históricos distintos. Nessa definição, materiais visuais certamente podem constituir narrativas (SQUIRE, 2014, p. 273).

Além das narrativas presentes nas minhas entrevistas, busquei abordar também tudo o que pude observar em mais de seis anos inserido em unidades de atendimento socioeducativo. Com efeito, a observação participante também ganha extrema relevância para a presente pesquisa. São as cenas, os contextos e as situações que tantas vezes pude ver nos corredores e entrevistas em unidades de internação que inspiram e orientam o trabalho. O fato das imersões em campo terem sido realizadas com o fim específico de compreender todas as dinâmicas institucionais das unidades visitadas, como modo de compreender a forma de tratamento jurídico dado àqueles adolescentes e jovens ali privados de liberdade, contribuíram para que a pesquisa pudesse ter uma visão ampla sobre o sistema socioeducativo, pois foi necessário dialogar com funcionários das equipes técnicas, os diretores e as diretoras, os socioeducadores e socioeducadoras, os adolescentes e os jovens internados.

Ao falar sobre a importância da observação participante em pesquisas sociais, Florestan Fernandes (1997) aduz que quando se tem a oportunidade de realizar uma observação direta do mundo social, é necessário que não se tenha uma verificação passiva, mas uma interação ativa entre o sujeito-investigador e o seu campo de observação. Além disso, Fernandes (1960) também tece reflexões sobre a relação de *estranheza* entre as comunidades sociais que são pesquisadas e o universo do pesquisador(a), afirmando que não se trata de um problema, em si. Ao contrário, é possível que o sociólogo explore observações em lugares rotineiros como incomuns, pois existem muitas posições que um *estranho* pode ocupar em qualquer comunidade².

De fato, durante todas minhas permanências nas unidades de internação pesquisadas, eu sempre estive na condição de uma figura externa, um profissional de uma organização de defesa dos direitos humanos – o CEDECA Ceará – que estava ali para compreender como estava o funcionamento da instituição e o tratamento conferido aos internos, sobretudo. Minha presença era sempre momentânea, eventual. Eu não fazia parte do cotidiano da unidade, apesar de ser uma figura que representava a luta por “direitos humanos” nesses locais. Por outro lado, a experiência da visita sempre se mostrou bastante impactante. Ao reconstruir minhas lembranças e memórias dessas visitas, busquei narrar as cenas que mais me impactaram, tentando extrair significados e interpretações possíveis. Desse modo, concordo plenamente que o que traz um verdadeiro estatuto de etnografia a uma pesquisa é a sua capacidade interpretativa.

Ao tratar de pesquisas etnográficas envolvendo adolescentes que estiveram envolvidos em atividades criminais, sociólogos propõem um novo olhar transversal, multifacetado e complementar sobre a temática, buscando congregiar aspectos relacionados à pesquisa, militância e política, de modo que o “próprio texto não remete apenas à interioridade subjetiva de um único autor, mas a um conjunto de relações, lutas e forças que o fazem explodir enquanto unidade autocentrada”. (MALVASI, SALLA, MALLART e MELLO, 2018, p. 77). Portanto, os autores refletem a possibilidade de dar um estatuto aos saberes construídos coletivamente sobre o campo socioeducativo e, ao mesmo tempo, adicionar à etnografia um visível escopo político.

² Nesse sentido, argumenta o sociólogo: “como fundamento nesses raciocínios, seria legítimo admitir que o sociólogo pode explorar estrategicamente a observação participante, operando em ambientes em que sua presença faz parte da rotina. Em tais ambientes, muitas vezes, a condição de investigador não chega a tornar-se inibidora ou prejudicial”. (FERNANDES, 1980, p. 255).

Me inspiro, portanto, em Minayo (2016), quando aduz que o labor científico sempre caminha em suas direções próprias e está em permanente construção. Ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam “os critérios de historicidade, da colaboração e, sobretudo, revestem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado e construído e, portanto, passível de mudanças” (MINAYO, 2016, p. 12). Por sua vez, Bruyne et. al. (1995) aponta que a cientificidade em ciências sociais sempre está suscetível a um devir, de modo que a própria pesquisa social também está em construção, fazendo-se por aproximação. Todavia, ao progredir, busca elaborar métodos de orientação cada vez mais precisos.

Compreendo, desse modo, que a presente pesquisa busca seguir um caminho similar. A pesquisa de campo sobre o sistema socioeducativo – a partir da observação participante e das entrevistas em profundidade, a traçar narrativas – foi o caminho percorrido para a construção da investigação, sendo o principal material descritivo e analítico do trabalho. A seguir, busco reconstruir a trajetória da pesquisa avaliativa, refletindo sobre os parâmetros éticos adotados, bem como a potencialidade da pesquisa etnográfica.

2.3 Observar, ouvir e interpretar – percorrendo os caminhos da pesquisa, afetações e as questões éticas pertinentes.

Algumas realidades precisam ser ficcionadas antes que possam ser apreendidas.

Veena Das – Vida e palavras.

Durante o processo de construção da pesquisa, foi necessário sair do campo da observação para um novo sentido: escutar. Posteriormente a realização das visitas de campo, realizadas em junho e julho de 2021, iniciei um processo de entrevistas com pessoas que tinham em suas histórias de vida cruzado as unidades pesquisadas: adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo, pessoas que tiveram seus familiares internados, profissionais que trabalharam no sistema socioeducativo (agentes socioeducativos, – do gênero feminino e masculino –, bem como integrantes das equipes técnicas multidisciplinares) e militantes dos direitos humanos que, de alguma maneira, tinham estado ou lutado em prol de melhores condições de existência nas unidades de internação.

Aqui, preciso fazer menção da importância dos acordos que precisei estabelecer com meus interlocutores, fundamentais para a realização das entrevistas: em primeiro lugar, as entrevistas precisaram ser sigilosas, para preservar não só a privacidade das pessoas

envolvidas, como também suas seguranças, bem como a minha. Por isso, todos meus interlocutores são apresentados com nomes fictícios e muitas situações narradas são alteradas, com o objetivo de que ninguém possa ser identificado.

Sobre o anonimato em textos etnográficos, Fonseca (2008) realiza importantes reflexões:

O uso de pseudônimos em nossos textos é uma maneira de lembrar a nossos leitores e a nós mesmos que não temos a pretensão de restituir a “realidade bruta” (e nem por isso consideramos a antropologia uma ciência “menor”). O nosso objetivo, sendo aquele mais coerente com o método etnográfico, é fazer/ desfazer a oposição entre eu e o outro, construir/ desconstruir a dicotomia exótico-familiar, e, para alcançar essa meta, a mediação do antropólogo é fundamental. Tal postura significa mais do que simplesmente pôr em relevo a força intelectual do pesquisador; significa defender uma postura em que “estender os limites da imaginação científica” passa a ser a própria razão de ser da etnografia (FONSECA, 2008, p. 49).

Ademais, ao refletir sobre a ética em pesquisas etnográficas – especificamente em temáticas ligadas à violência e conflitos urbanos –, Tello (2013) propõe que um tratamento eticamente responsável dos resultados de uma etnografia deve partir de aspectos universais, como o respeito à integridade física e a privacidade das pessoas com quem são trabalhadas as pesquisas antropológicas, mas levando também em consideração os acordos éticos tomados ao longo do tempo com os próprios interlocutores. Deste modo, aduz a antropóloga:

Neste sentido, decisões sobre a publicação de informações referentes a pessoas não podem ser tomadas unilateralmente pelo pesquisador ou por uma instituição, mas deve ser mediada por certos acordos com os nativos, acordos que, como vimos ao longo das cenas analisadas, eles não podem ser antecipados. Respeito ao “ponto de visão nativa” – e a análise da complexidade de seu ethos – que propõe que a perspectiva antropológica parece fundamental nesse sentido, na medida em que permite fundamentar intervenções eticamente responsáveis (TELLO, 2013, p. 227).

Dessa maneira, entrevistei dois jovens que cumpriram medidas socioeducativas de internação nas unidades pesquisadas, abordando suas compreensões dessa experiência e os significados que eles deram para isso. Durante as conversas, porém, surgiram vários outros assuntos que também foram importantes para compreender as dinâmicas do sistema de justiça criminal e de segurança pública da cidade de Fortaleza e suas aproximações com o sistema socioeducativo.

O primeiro jovem com quem conversei foi *Henrique*. Carismático e de prosa suave, Henrique me contou que sempre possuiu um jeito intenso de viver, ganhando grande consideração entre amigos e simpatizantes do bairro. Durante a adolescência, ingressou no tráfico de drogas como modo de trabalho (sob inspiração de outros familiares), largando a

escola bem cedo. Após um episódio de conflito com uma gangue rival, acabou sendo apreendido com uma moto roubada, com drogas e armas, sendo vítima de um grave episódio de violência policial. Cumpriu o período de internação provisória e depois foi cumprir medida de semiliberdade no Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, o qual acabou fugindo da unidade e nunca mais buscou saber como anda sua situação na justiça.

O segundo entrevistado foi **João Pedro**. Este, por sua vez, era bastante tímido e introspectivo no começo de nossas conversas. Morador de uma cidade da área metropolitana de Fortaleza, o jovem foi internado pela primeira vez por um ato infracional de roubo em um transporte coletivo da cidade. Depois da internação, passou a sofrer perseguições de policiais militares, sendo vítima de extorsões, ameaças e agressões. Residindo com sua mãe e irmão, pessoas que ele diz ter se apegado para tentar reconstruir sua vida longe do crime: *“eles não merecem passar por coisas ruins por causa das minhas escolhas”*. Com o tempo, consegui construir um bom vínculo baseado no respeito e admiração mútua com os dois entrevistados.

Realizei, ainda, juntamente com outra colega pesquisadora, um grupo focal com ativistas e militantes dos direitos humanos que realizaram visitas presenciais às unidades de internação de Fortaleza pesquisadas, buscando compreender suas narrativas sobre o que vivenciaram em processos políticos de reivindicação de mudanças no sistema socioeducativo. Do mesmo modo, o grupo focal revelou narrativas sobre os encontros com adolescentes e jovens que, muitas vezes, estavam em uma condição indigna de completa violação dos seus direitos humanos, em uma verdadeira situação de crise humanitária.

Conversei também com muitos profissionais que trabalharam no sistema socioeducativo e, em específico, nas unidades pesquisadas: agentes socioeducadoras e socioeducadores; profissionais das equipes técnicas multidisciplinares; um ex-diretor e uma ex-diretora. Essas entrevistas também foram surpreendentemente intensas e repleta de grandes histórias, de modo que sempre abordei bastante a história de vida de cada um, bem como interpretavam o que viviam no sistema socioeducativo cearense (seus modos de narrar muitos episódios “no sistema”).

Destaco, por fim, que a ida a campo foi realizada com muitos cuidados quanto à necessidade de adoção de parâmetros éticos para a realização da pesquisa avaliativa. Como parâmetro, busquei respeitar os direitos previstos no **Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)** quanto aos sujeitos participantes da pesquisa, quais sejam:

1. Direito de ser informado sobre a natureza da pesquisa.
2. Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.
3. Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais.
4. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado. (ABA, 2012).

Ademais, concordo com Roberto Cardoso de Oliveira quando diz que o propósito legítimo da antropologia é o seu compromisso não apenas com o conhecimento do seu objeto de pesquisa, mas sobretudo com a vida dos sujeitos envolvidos (OLIVEIRA, 2004).

Portanto, as entrevistas foram realizadas em ambientes seguros e tranquilos. De início, explicava a iniciativa da pesquisa e como eu tomaria todos os cuidados necessários quanto à sigilo e segurança, de maneira que a participação na entrevista não significaria um risco mínimo para os participantes. As entrevistas acabaram sendo uma experiência mais profunda do que eu imaginava, cercada de histórias que visivelmente mexiam com os sentimentos dos meus interlocutores. Ao final de cada momento, agradecia a oportunidade de escutar um pouco da vida daquela pessoa e dizia que meu compromisso com a pesquisa era em trazer a melhor descrição possível das narrativas apresentadas. Meu compromisso é de que o trabalho possa estar minimamente à altura das pessoas entrevistadas e suas histórias de vida.

3 CONTEXTOS DA PESQUISA AVALIATIVA – O SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL E A REALIDADE DO ESTADO DO CEARÁ

No âmbito da avaliação em profundidade, um dos eixos de análise gira em torno da compreensão do contexto em que a política avaliada se insere. Para isso, é importante que sejam apresentados elementos do momento político e das condições socioeconômicas em que foi formulada a política avaliada, bem como articular elementos que tenham enfoques locais, regionais, internacionais e transnacionais.

Dessa maneira, uma das primeiras percepções que tive ao iniciar o processo desta pesquisa avaliativa, é o fato de que esta política – o sistema socioeducativo em meio fechado – está intimamente associada às políticas criminais de gestão punitiva da juventude pobre presentes no capitalismo neoliberal, com características profundamente associadas a alguns traços autoritários e racistas oriundos da própria formação do Estado Brasileiro.

Com efeito, mesmo que o Governo do Estado do Ceará busque apresentar posturas e discursos que se alinhem com a perspectiva garantista adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o sistema socioeducativo mostra-se suscetível a ser influenciado por todos os atravessamentos oriundos das *permanências* das práticas de criminalização da pobreza presentes e operacionalizadas pelos sistemas de segurança pública e justiça juvenil. Em razão disso, é necessário que possamos situar o contexto em que o sistema socioeducativo se insere. Por isso, opto por apresentar como se constituiu o fenômeno da construção do discurso e do direito *menorista* no Brasil, a partir da consolidação das políticas de gestão punitiva da infância no Brasil durante o fim do século XIX e por todo o século XX.

Ademais, apresento uma breve análise genealógica do surgimento do sistema socioeducativo no estado do Ceará, nas raízes de como compreendemos hoje, a partir do olhar *genealógico* proposto por Michel Foucault, com ênfase no período entre os anos de 2010 e 2021.

Como desenlace interpretativo, argumento que a política de atendimento socioeducativo ainda possui ressonâncias e traços de um passado *menorista*, que agora se apresenta com novas configurações e dinâmicas, em que aspectos retrógrados de violência e violações dos direitos humanos ainda se manifestam, de tal modo que é possível afirmar que

existe uma convivência entre passado (menorismo) e o presente (a promessa da proteção integral).

Conseqüentemente, é de fundamental importância que a avaliação leve em consideração as políticas de segurança pública que são adotadas pelo Estado Brasileiro – regionalmente e nacionalmente –, bem como estas são construídas por meio de discursos e práticas de violência institucional contra adolescentes e jovens das classes vulnerabilizadas do país, especialmente das periferias urbanas.

3.1 A constituição do menorismo no Brasil (1890-1990): o legado jurídico para a infância na passagem do século XIX ao século XX.

O final do século XIX e a transição do Império à República constituiu-se como período de intensas transformações na sociedade brasileira, sendo caracterizado pelo processo de passagem da economia escravista para a economia baseada no trabalho assalariado, especialmente na região centro-sul do país. Neste período, surge também a necessidade de consolidação do Brasil enquanto Estado independente, de maneira que os discursos da época giravam em torno da ideia de *construção da nação*, em que se buscava materializar o anseio emancipatório do país (CARVALHO, 2017).

O interesse pela infância ganha extrema relevância nesta época – passagem do século XIX ao século XX –, pois o cuidado com as crianças e os adolescentes seria o caminho necessário para a consolidação da nação brasileira. No entanto, a visão sobre a infância era constantemente atravessada por elementos presentes em discursos políticos, médicos e jurídicos existentes à época.

Irene Rizzini (2011) discute o significado social que foi revestida a infância na passagem do regime monárquico para o republicano, período crucial na formação do pensamento social brasileiro. Para a autora, existia uma nítida ambivalência quanto às percepções sobre a infância. Por um lado, a criança simbolizava a esperança: o futuro da nação. Se fosse bem cuidada e educada, esta criança poderia se tornar útil à sociedade futuramente, sobretudo por meio do trabalho. Para garantir isso, era legítimo e lícito que o Estado realizasse intervenções autoritárias no âmbito doméstico das famílias. A medicina *higienista* – então em voga na época – se mostrou como um importante instrumento para a tarefa de “educar” as famílias a exercerem os “cuidados” com seus filhos.

Por outro lado, a criança também representava um *risco*, um *perigo*, uma *ameaça*, principalmente quando não recebia a devida vigilância e educação. Em um período de intenso desenvolvimento urbano, os discursos médicos, jurídicos e políticos do final do século XIX alertavam para os perigos dos problemas morais da sociedade, que se fundava a partir da noção de ética e disciplina do trabalho: quem não fosse visto como um trabalhador digno, era visto como um vadio, aquele que sucumbiu aos vícios da sociedade.

Desta forma, vê-se com clareza que o ordenamento jurídico da época girava em torno de duas modalidades de infâncias. Isto é, existiriam duas figuras infantis que mereceriam tratamentos jurídicos diferenciados: a *criança abandonada*, que é vista como em perigo pela sociedade; ao passo que existiria também o *menor delinquente*; esse, ao contrário, representaria um grande perigo à sociedade, sendo merecedor de medidas repressivas (COSTA MOTTA, 2005).

Nessa linha de pensamento, Irene Rizzini demonstra a ambiguidade dos discursos em torno da infância no final do século XIX:

Esta visão ambivalente em relação à criança – em perigo versus perigosa – torna-se dominante no contexto das sociedades modernas, crescentemente urbanizadas e industrializadas. No Brasil, ao final do século XIX, identifica-se a criança, filha da pobreza – ‘material e moralmente abandonada’ – como um ‘problema social gravíssimo’, objeto de uma ‘magna causa’, a demandar urgente ação. Do referencial jurídico claramente associado ao problema, constrói-se uma categoria específica – a do menor – que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou ‘em perigo de o ser’; pervertida ou ‘em perigo de o ser’. (RIZZINI, 2011, p. 26).

Em nome da proteção de crianças e adolescentes, construiu-se um complexo e vultoso aparato médico-jurídico-assistencial, cujas metas eram definidas pelas funções de prevenção, educação, recuperação e repressão. Era necessário *prevenir* que a criança sucumbisse à degradação moral, o que contribuiria com a degeneração da sociedade; era necessário *educar* a criança, moldando-a para o trabalho; era necessário *recuperar* aquelas crianças que estavam em vias de se tornarem em *marginais ociosos*; era necessário *reprimir* para conter os *menores delinquentes*, evitando novos danos à sociedade (RIZZINI, 2011).

Ademais, Irene Rizzini (1995) realizou vultoso estudo sobre a legislação dedicada à infância e à juventude no período do Império e registra que, por volta do final do século XIX, construiu-se no país uma visão oriunda da Europa sobre crianças e adolescentes, herdada da cultura cristã europeia, em que essas figuras eram sempre vistas a partir de óticas de pureza e

inocência. Nas décadas seguintes, sobretudo entre as décadas de 1890 e 1930, estas visões foram substituídas pelas concepções científicas e racionais do positivismo sobre adolescentes e jovens, de modo que as políticas de controle social da época se guiavam pelas idéias da criminologia positivista, servindo para organizar políticas de controle social de adolescentes e jovens (ALVAREZ, 2002). No campo jurídico, ressalta-se o fato de que em 1890 o Brasil conheceu o primeiro Código Penal de sua República, um marco na construção e direcionamento dos filtros dos primeiros sistemas de administração da justiça e segurança pública.

Por sua vez, as décadas iniciais do século XX – 1900 a 1927, especificamente – foi um período de intensas transformações legislativas no país, sobretudo nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, cidades que viviam avançados processos de urbanização e iniciaram a construção de uma política de controle social para crianças e adolescentes. Dessa forma, a criação do Juízo de Menores do Rio de Janeiro (por meio do Decreto nº. 16.272, de 1923) e o de São Paulo (por meio da Lei nº. 2.059, de 31 de dezembro de 1924) representou um marco na constituição de um aparelho judicial e policial para a gestão punitiva da infância e juventude no país.

Adriana Viana (1999) realizou uma instigante pesquisa sobre o fenômeno da gestão punitiva da infância e juventude no Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1910 e 1920, a partir de registros policiais da época. Com isso, a autora demonstra que as autoridades policiais tinham enorme autonomia em suas ações, de modo que foram substancialmente responsáveis pela construção social da figura do *menor*, pois foi na interação cotidiana entre jovens pobres (sujeitos classificáveis) e policiais (sujeitos classificadores) que surgiu o conteúdo do primeiro Código de Menores do país³, promulgado em 1927, conhecido como Código Mello Mattos. Logo, a autora defende que a questão da menoridade já existia (no campo policial) anteriormente à sua consolidação no campo do direito.

Daí em diante, todavia, seria de responsabilidade da autoridade judicial decidir sobre o destino de crianças e adolescentes em situação de *abandono* ou *delinquência* (art. 1º do

³ Diz a autora: “procuro demonstrar como o Código de Menores, que poderia ser o ponto de partida emblemático de uma investigação sobre as formas de normatização e as sanções envolvendo a menoridade, está impregnado de uma lógica absolutamente policial, formalizando e cristalizando práticas que já tinham lugar assegurado no cotidiano das delegacias.” (VIANNA, 1999, p. 169).

Código de Menores de 1927). O capítulo VII da referida Lei apontava o tratamento jurídico dado aos *menores delinquentes*, em que se visualiza um nítido caráter repressivo. Para dar cabo ao projeto *menorista*, foi criado em 1942 o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), no âmbito do Poder Executivo Federal, especificamente no Ministério da Justiça, de orientação correcional e repressiva, e tinha como principal objetivo orientar os estados na execução de políticas públicas para a infância.

O objetivo de *criminalizar uma infância pobre e negra* era bastante visível, tanto que práticas associadas historicamente aos povos negros brasileiros foram criminalizadas, como o fato de que a prática da capoeira (importante arte marcial de tradição africana e expressão cultural que associa música, dança e lutas corporais) era equiparada à *vadiagem*, sendo passível de sanção em Casa Correcional pelo prazo de um a cinco anos⁴. Além do mais, os poderes punitivos dados ao Juiz eram amplos e discricionários, sendo marcados por expressa seletividade penal. Mesmo em casos de absolvição, era facultado aos Juízes a possibilidade de entregar o adolescente ao instituto de educação ou sujeitá-lo à liberdade assistida.

Marcos Alvarez, Luiz Claudio Lourenço e Mariana Chies Santos (2021) analisaram os prontuários de jovens internos no estado de São Paulo, entre 1934 e 1950, pertencentes ao Serviço Social da Assistência e Proteção aos Menores. Desse modo, os autores perceberam como eram produzidas pelas equipes técnicas e funcionários ligados à Justiça discursos que associam comportamentos dos jovens atendidos a patologias clínicas e/ou vícios morais:

À judicialização da menoridade correspondeu essa demanda por saberes variados que pudessem informar as decisões dos juízes e que servissem de fonte auxiliar na condução da vida institucional. Não raro encontram-se, nos prontuários pesquisados, os laudos do IPJ como decisivos na determinação da colocação, por parte de um juiz, de um jovem em Liberdade Viglada, na colocação ou não em casa de família, na transferência de uma unidade de internação para outra por motivos disciplinares. Enfim, produzia-se ali uma ampla massa de informações, principalmente em relação aos menores tidos como delinquentes, que ligava comportamentos a patologias clínicas e/ou vícios morais herdados e que eram fundamentais para direcionar os destinos dos menores no circuito das instituições nas quais estavam inseridos. [...] Esses agenciamentos – a judicialização da menoridade, a operação conjunta de uma rede de instituições de caridade com a rede de instituições públicas de internação e controle social, as instâncias de produção de exames, informações e laudos – que alcançavam a menoridade desde meados dos anos 1920, produziram efeitos relevantes e de longa duração na montagem de uma complexa teia de controles que se estabelecia na gestão urbana e que tinha os menores como alvos (ALVAREZ, LOURENÇO e CHIES-SANTOS, 2021, p. 187-188).

⁴ Art. 78. Os vadios, mendigos, capoeiras, que tiverem mais de 18 anos e menos de 21, serão recolhidos à Colônia Correcional, pelo prazo de um a cinco anos. Código de Menores de 1927.

A década de 1960 registrou importantes eventos políticos no país que iriam transformar os anos seguintes quanto às políticas penais para adolescentes e jovens no país. Assim, o golpe militar de 1964 transformou o regime político e minava a incipiente democracia brasileira iniciada em 1945, o que acarretou no aprofundamento de um cenário já autoritário de trato jurídico e social da infância no país.

Além disso, ao final do ano de 1964, é criada a nível nacional a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e, em nível dos estados, foram criadas as Fundações do Bem-Estar do Menor (conhecidas como FEBENS), de modo que é iniciada uma nova fase de gestão punitiva dos adolescentes que cometeram atos equiparados a crimes, a partir de Unidades de Reeducação que ficaram socialmente conhecidos como FEBENS. Ainda nesse cenário, é promulgado o novo Código de Menores de 1979, ainda na esteira do regime autoritário e do discurso menorista.

Ângela Pinheiro (2006) discute sobre as representações sociais que cercam a figura da infância no país durante o século XX. Assim, a autora destaca que entre as décadas de 1930 e 1980, vigorou a representação da infância como objeto de repressão social, a partir da doutrina menorista. Além disso, a autora aponta que as lutas políticas pela redemocratização e pelas garantias de direitos (políticos, civis e sociais) ocasionaram em um decréscimo dessa representação; afinal, a luta era contra todas as políticas repressivas impostas pelo Regime Militar (PINHEIRO, 2006).

A transição democrática não se mostrou completa, todavia. Mesmo diante de um cenário de aumento das liberdades individuais e coletivas, de garantias constitucionais de direitos sociais, as estruturas políticas do país acabaram por manter traços de autoritarismo na realidade social. Deste modo, mesmo em um período democrático, o tratamento dado aos adolescentes e jovens infratores no país foi marcado por extremo autoritarismo e violência por parte do Estado.

Vera Malaguti Batista (2003) aponta como o período de transição da Ditadura Militar para a Democracia (1968-1988) foi marcado por uma política de segurança pública baseada na lógica de guerra e na ideologia da segurança nacional, em que houve uma transição da figura do inimigo interno a ser combatido pelo Estado para o criminoso comum – sobretudo o traficante de drogas – e, com o auxílio da mídia, permitiu-se que tenha se mantido intacta toda uma estrutura política de criminalização da pobreza no país. Aponta a autora:

A visão seletiva do sistema penal para adolescentes infratores e a diferenciação no tratamento dado aos jovens pobres e aos jovens ricos, ao lado da aceitação social que existe quanto ao consumo de drogas, permite-nos afirmar que o problema do sistema não é a droga em si, mas o controle específico daquela parcela da juventude considerada perigosa. Os relatórios e processos dos agentes do sistema são bastantes claros quanto a isso. São pouquíssimos os casos de análise do ponto de vista da droga em si. Em geral, os processos se relacionam as famílias “desestruturadas”, às “atitudes suspeitas”, ao “meio ambiente pernicioso à sua formação moral”, à “ociosidade”, à “falta de submissão”, ao “brilho no olhar” e ao desejo de *status* que não condiz com o salário mínimo. (BATISTA, 2003, p. 135).

Portanto, compreendo o *menorismo* como sendo a doutrina política em que o Estado brasileiro fundamentou todo o seu tratamento jurídico-social dado à infância desde o final do século XIX e durante todo o século XX, o qual se baseia em uma lógica repressiva e institucionalista, com predominância do poder do Estado sobre as vidas e destinos de crianças e adolescentes no país. Na mesma linha de raciocínio, Zanella (2019) demonstra como os Estados Unidos da América protagonizou forte influência na construção das doutrinas políticas menoristas, irradiando tais concepções para o contexto latino-americano, como forma de controle de crianças e adolescentes pauperizados, destituídos dos lugares tradicionais de controle social, como escola e as instituições familiares.

Assim, no âmbito das políticas de atendimento da justiça juvenil, a separação de adultos e menores na execução da pena; a criação de tribunais especiais para a responsabilização dos menores; a institucionalização da liberdade condicional; a organização de instituições de correção e reformatórios; e, a destituição da tutela das famílias pobres foram algumas das consequências do embate entre o socialismo e o capitalismo que começava a ganhar polarização internacional no final do século XIX. Foi nesse período que as leis passaram a agir sob a doutrina da situação irregular. Antes da situação irregular, quando um menor cometia um crime, era penalizado pelo modelo retribucionista, ou seja, havia uma proporcionalidade de um terço da pena aplicada para um adulto. Na doutrina menorista os pais perdiam a tutela sobre seus filhos quando um menor cometia um crime. Além disso, não era necessário praticá-lo para ser institucionalizado, já que o fato ocorria para promover o bem-estar do menor. (ZANELLA, 2019, p. 1754).

O menorismo e a doutrina da situação irregular só puderam subsistir durante tantos anos durante o século XX pois esta teoria jurídica estava em completa sintonia com os pensamentos higienistas e discriminatórios dos discursos médicos e de controle social da criminologia positivista vigentes à época. As últimas décadas, no Brasil, são marcados por novos delineamentos nas políticas públicas de assistência à infância a partir da construção de novos paradigmas de proteção – a doutrina da proteção integral e a inserção da infância na nova era de direitos (RIZZINI, BARKER e CASSANIGA, 1999).

3.2 Novas formas de tratamento jurídico-social para a infância e a promessa da proteção integral (1980-2012).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela emergência e o crescimento de um movimento político nacional que buscava fazer frente ao autoritarismo do regime militar, de nítido cunho progressista. Dessa maneira, o trato público dado a questão da criança e do adolescente em tal período foi alvo de inúmeros tensionamentos, sendo um verdadeiro lócus de circulação e de disputa em torno das representações sociais sobre a infância, tentando confrontar aos arquétipos do menorismo que via crianças e adolescentes como meros instrumentos de tutela do Estado, como demonstrado por Ângela Pinheiro (2006).

Desse modo, a autora mostra que a questão da criança e do adolescente, no Brasil, foi profundamente alterado pelo surgimento de novas práticas e espaços em torno da infância, distanciando-se da centralidade do Estado, que pode ser sintetizado em torno de cinco práticas sociais que ocorreram à época: práticas de afirmação da assistência à infância, no espaço governamental; práticas de afirmação da assistência à infância, agora no espaço da sociedade civil, que remodelam formas de atuação, dando centralidade à autonomia de crianças e adolescentes, especialmente nos casos de meninos e meninas em situação de rua; o processo de emergência no seio da igreja católica brasileira de práticas de afirmação de direitos, influenciados, em grande medida, pelas orientações da teologia da libertação; o valor da vida como um elo entre setores progressistas vinculados à Igreja Católica (como as pastorais da juventude, a pastoral do menor, centrais eclesiais de base) e aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que se pautavam pela defesa de direitos; e práticas de defesas de direitos: articulações e embates em busca do reconhecimento legal (PINHEIRO, 2006).

Ainda sobre o assunto, Ângela Pinheiro aponta sobre os embates de concepções:

No início dos anos de 1980, identificamos um embate de concepções sobre crianças e adolescentes, evidenciado na distinção entre princípios fundantes de experiências, entre conteúdos de núcleos centrais de representações sociais, entre orientações de práticas concernentes à criança e ao adolescente. Tal embate contrapõe, simbolicamente, institucionalização e confinamento x atendimento em meio aberto e no local de origem da criança e do adolescente; medidas repressivas-correcionais x o diálogo e a participação da criança e do adolescente nas decisões que envolvem seu atendimento e a busca de soluções para os seus próprios problemas; decisões centralizadas em órgãos normativos x participação da comunidade na gestão dos projetos de atendimento (PINHEIRO, 2006, p. 162-163).

A autora defende, ainda, que as representações sociais em torno da infância não se fizeram sucessivas. Com isso, em um período de predominância de uma visão mais

conservadora sobre a infância, convive-se perfeitamente com os embates e disputas em torno de novas concepções.

Ainda na primeira metade da década de 1980, consolidou-se uma rede de articulação e mobilização social em torno da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, em que novas práticas foram utilizadas como mecanismos de contestação das antigas práticas assistencialistas e punitivistas ainda presentes no menorismo. Dentre os movimentos sociais, é preciso destacar a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (FNDDC), criada, em 1985, e que era composta por setores de municípios que tinham gestões públicas progressistas no contexto da redemocratização, que vieram a compor com outros movimentos sociais importantes, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) e a Pastoral da Menor, ligada à setores também progressistas da Igreja Católica. Como consequência, consolidaram-se práticas de afirmação de direitos e redes de articulação que visavam a cobrança desses direitos na agenda pública.

Inaiá de Carvalho (1995) aponta que foi em razão desse amplo processo de reivindicações sociais que ocorreram grandes transformações nos marcos jurídicos da época:

Foi em decorrência desse quadro que, com a redemocratização do país, se constituiu um amplo movimento em favor da criança e dos jovens brasileiros, notadamente daqueles marginalizados. Esse movimento partiu de uma crítica radical ao velho e falido modelo assistencialista e correccional repressivo, que embasava as políticas e medidas direcionadas ao segmento social em questão privilegiando o seu internamento em instituições totais. Definiu a criança e o adolescente como sujeitos de direitos que deveriam ser respeitados pela sua condição especial de pessoas em desenvolvimento. Realizou um amplo processo de sensibilização e mobilização da opinião pública no sentido de difundir esses valores e intensificou sua pressão e seus esforços durante o período de elaboração da nova Constituição brasileira de 1988, conseguindo incorporar no artigo 227 da nova Carta (CARVALHO, 1995, p. 127-128).

Em 1990, já com a imagem amplamente desgastada, a Funabem foi extinta e substituída pelo Centro Brasileiro Infância e Adolescência (CBIA). Pela primeira vez, não se utilizaria mais o termo *menor* na nomenclatura do principal órgão do poder executivo federal de assistência à infância. Nota-se, portanto, que a mudança terminológica sintetiza uma transformação histórica. Desde então, as nomenclaturas de crianças e adolescentes têm sido amplamente utilizadas nas políticas públicas e demais normas jurídicas que garantem direitos à infância brasileira, expressão consagrada na Constituição Federal de 1988 e em tratados internacionais de direitos humanos.

Todavia, essa transição não se mostra concluída. Ainda é parcial, de modo que o passado associado à ideia de FEBEM ainda é amplamente difundido no imaginário social, nos jornais policiais e suas estéticas violentas e nas tradições orais que se difundem por meio de gírias presentes no cotidiano do universo socioeducativo.

3.3 Juventude, criminalidade e controle biopolítico: uma análise genealógica das unidades socioeducativas do estado do Ceará enquanto instituições disciplinares e de repressão violenta.

Após compreender como se constituiu o fenômeno político do *menorismo* no Brasil e a transição – ainda incompleta – para as compreensões atuais que visualizam crianças e adolescentes como *sujeitos de direitos* e não mais meros objetos de tutela e controle do Estado, é necessário visualizar esse contexto a partir da realidade regional e local, de como se constituiu esse fenômeno no estado do Ceará.

Desde o início da minha experiência com o sistema socioeducativo, percebi que, mesmo que exista atualmente um conjunto práticas e discursos que tentem adequar as unidades de atendimento socioeducativo aos parâmetros discursivos e normativos da concepção de proteção integral; esta aproximação não se sustenta quando confrontado com a realidade concreta. Em verdade, o passado disciplinar e violento das FEBENS ainda é presente em unidades socioeducativas, de modo que passado e presente convivem diuturnamente. O ideário da proteção integral se torna, de alguma forma, uma promessa, ainda não cumprida.

Para ilustrar essa afirmação, apresento aqui um episódio que vivenciei quando me dirigia a uma unidade de atendimento socioeducativo no município de Fortaleza. No ano de 2016, me dirigi ao Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider (conhecido amplamente por sua sigla, CECAL)⁵, no bairro Planalto Ayrton Senna. As ruas que dão acesso à Unidade são precárias e bem estreitas, sem asfalto ou saneamento básico. Em período de chuvas, as ruas ficam completamente alagadas. Nunca havia ido à unidade antes e me perdi ao tentar encontrá-la. O bairro é bastante popular e havia muitas pessoas na calçada. Busquei informações com uma senhora que varria a calçada: “Bom dia! A senhora sabe onde fica o

⁵ Posteriormente a unidade foi chamada de Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider.

CECAL? O Centro Educacional?” De pronto, ela respondeu: “a Febem? Se for a Febem, é bem ali, no final da rua, naquele prédio grande”.

Com isso, percebi que mesmo após mais de 30 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente – e de todo um conjunto de direitos humanos assegurados –, os arquétipos simbólicos que giram em torno do menorismo permanecem vigentes e atuais, inclusive no imaginário social de tantas pessoas. Por isso, o CECAL não é visto pelos moradores de seu entorno como um lugar associado a algo positivo, mas associado à FEBEM e todos os seus símbolos.

A partir de uma perspectiva sociológica e histórica, busco apresentar uma análise genealógica do surgimento e constituição do sistema socioeducativo como é conhecido hoje, a partir das análises de Michel Foucault, especialmente em sua fase genealógica⁶. O método genealógico consiste em um instrumental teórico voltado à compreensão da emergência de determinados fenômenos da modernidade, como a constituição da penalidade moderna a partir dos mecanismos de poder disciplinar (FOUCAULT, 2008) e o surgimento dos dispositivos de sexualidade (FOUCAULT, 2015). Desse modo, o filósofo aduz que é possível compreender a história das relações de saber-poder, nas sociedades modernas, como parte de um diagnóstico da própria atualidade; o que não ocorre a partir de relações de causa e consequência, mas é marcada por conflitos, permanências, rupturas e discontinuidades.

Foucault (2015) considera que a genealogia se trataria de uma espécie de *teoria da descontinuidade*, uma tática para a libertação dos saberes historicamente dominados. Em a Ordem do Discurso, Foucault (1996) se questiona sobre as condições e possibilidades do discurso em sua materialidade de acontecimentos enunciativos. Seu desejo é demonstrar que o discurso não é uma tênue superfície de contato entre a língua e a realidade, mas um conjunto de regras em conformidade com uma prática e que essas definem os objetos. Nesse sentido, o pensamento genealógico de Foucault analisa as relações entre acontecimentos e discursos ou, como afirma Ester Díaz (2012, p. 93), “analisa os discursos como acontecimentos”.

Além disso, Foucault estudou a formação histórica das sociedades capitalistas e o surgimento das instituições carcerárias como centrais para a constituição dos sistemas

⁶ Ester Díaz afirma que a obra de Foucault pode ser dividida em três etapas: a arqueologia, a genealogia e a ética. Na fase genealógica, Foucault tenta produzir uma ontologia histórica de nossos modos de sujeição em relação ao campo do *poder*, por meio do qual nos constituímos em sujeitos que agem sobre os demais (DÍAZ, 2012, p. 2).

punitivos modernos, por meio de uma genealogia do poder disciplinar. Para o filósofo, a modernidade foi marcada pelo surgimento de uma arte de domínio sobre o corpo humano, a qual é construída por meio de uma anatomia política que visa tornar o corpo não apenas mais obediente, mas também mais útil. Assim, durante os séculos XVII e XVIII, foi construído um conjunto de métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante a partir de uma relação entre docilidade⁷ e utilidade, a qual são chamadas de *disciplinas* (FOUCAULT, 2008).

Tal qual o sistema prisional se mostrou como o modelo punitivo para a modernidade emergente e seus modelos de capitalismo, o sistema socioeducativo se apresenta como um mecanismo punitivo de *disciplinamento* de adolescentes e jovens acusados da prática de atos infracionais. Sobre isto, vale mencionar a pesquisa realizada por Lorena Leite e Leila Passos Bezerra (2019) sobre o sistema socioeducativo do Ceará, em que as autoras apontam como o sistema vivenciou grandes reconfigurações nos últimos anos, mas mantém-se com as mesmas características de instituição disciplinar: “atrevemo-nos a apontar que o centro educacional é mais eficaz para gerir, na concepção de manter as coisas, os corpos em seus devidos lugares, afastando-se consideravelmente da possibilidade de “responsabilizar” os jovens” (LEITE e BEZERRA, 2019, p. 78).

No mesmo sentido, Rejane Vasconcelos (2003) pesquisou os discursos institucionais da Fundação do Bem-Estar do Menor do Estado do Ceará, desde a década de 1970 ao fim da década de 1990, buscando compreender se as políticas de assistência às crianças e adolescentes seriam um meio de garantia de direitos por meio da cidadania ou um dispositivo de controle disciplinar, nos termos propostos por Foucault. Após longa análise de documentos institucionais da FEBEMCE, a autora percebeu que existiu pela instituição a produção de todo um campo discursivo de tipos e categorias em torno de crianças e adolescentes no estado do Ceará, classificando-as sempre como “menores”, “menores abandonados” e “menores infratores”.

A autora elenca um alto nível de tipologias criadas pela FEBEMCE sobre suas crianças e adolescentes que eram atendidas pelas políticas de assistência à infância, como os

⁷ Para Foucault, o corpo dócil é aquele que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (FOUCAULT, 2008, p. 118).

menores infratores, menores desvalidos, menores marginalizados, menores com problemas de comportamento, menores com problemas de aprendizado, dentre outros. Aponta a autora:

Na verdade, o que se vai estar buscando, a todo instante e em todos os lugares, são os fragmentos, são as seções, as partes minúsculas do sujeito “menor”, com o fim de não deixar escapar nada, para que tudo, absolutamente tudo, fique sob o controle, sob o registro formal, nas redes de informação, postas a serviço de uma profunda e abrangente localização desses sujeitos pela instituição e pela política abraçada por ela; que tudo sobre eles seja conhecido. Esta é, pois, a forma de discipliná-los: conhecê-los mais que eles próprios conheçam a si (VASCONCELOS, 2003, p. 179).

Uma das formas de disciplinamento perpetradas pelas unidades de atendimento socioeducativo, antigamente chamadas de centros de reeducação, era o controle rigoroso sobre os horários dos internos, situação que pude testemunhar nas vezes em que visitei estas unidades. Existe horário de acordar, horário de se alimentar, hora de ir às aulas, a hora de ficar no dormitório. Sucessivas divisões de horários e de comportamentos. Com isso, é instituído o poder de controlar a vida desses adolescentes que estão momentaneamente privados de liberdade, em todas suas esferas, em todos os momentos: do momento de acordar ao momento de dormir.

Rejane Vasconcelos sintetiza sua pesquisa apontando os argumentos que defende que as políticas públicas prestadas pelo Estado do Ceará – por meio da FEBEMCE – seriam marcados por serem pautados como mecanismos de disciplinamento do conjunto de crianças e adolescentes empobrecidos do estado:

A razão para se afirmar que a política social relativa à criança e ao adolescente praticada pela FEBEMCE é um dispositivo disciplinar está assentada nas seguintes constatações: 1. Ela reproduziu discursos – da FUNABEM – que tinham por fim tornar reconhecidos, especificados, localizados os sujeitos que seriam alvo de sua ação; 2. Apropriou-se de saberes e discursos diversos (da pedagogia, da psicologia, da medicina, da sociologia, do direito, do serviço social etc), para organizar e legitimar suas práticas discursivas e não discursivas; 3. Fabricou discursos que proclamavam um saber. Ao mesmo tempo, fez-se autoridade para propagá-lo e pô-lo em funcionamento; 4. Instituiu, para si, o poder de controlar como e por que meios esses discursos seriam postos em funcionamento; 5. Estabeleceu espaços institucionais e localizações geográficas onde suas práticas iriam tornar-se efetivamente presentes; 6. Definiu e ditou o modo de operar sobre esses sujeitos. A FEBEMCE operou para a infância e a adolescência pobres como o fabricante e o articulador de uma cadeia ou rede de poder, através da qual prescrevia as ações e os comportamentos a elas – infância e adolescência – indicados; fiscalizava o cumprimento do que estatui para as crianças e adolescentes que estavam sob o alcance de sua ação; fixava os espaços que não lhe seriam permitidos e delimita a área livre para sua circulação; classificava esses sujeitos e destinava-lhes um lugar dentro ou fora da instituição, mas um lugar, igualmente, por ela, instituído, logo, institucionalizado: regrado por normas, ditames e dizeres institucionais. Impingiu sanções; escalonava os prêmios; dirigia negociações (VASCONCELOS, 2003, p. 260).

Por outro lado, é importante refletir que o caráter disciplinar das unidades socioeducativas do estado do Ceará não se iguala de modo acabado como aconteceu com os sistemas penais europeus, de onde importamos tais métodos. Em verdade, parece haver uma sutil convivência de aspectos de normalização e de crueldade, em que se objetiva a docilização dos corpos dos internos não só pela imposição de regras, mas também com a existência de práticas de violência e humilhação. Os inúmeros casos de violência institucional e submissão a condições degradantes de existência refletem exatamente isso. Logo após a rebelião e a quebra completa da ordem imposta, busca-se *organizar a casa*.

Refletindo sobre a experiência brasileira de recepção da criminologia clássica e da constituição dos sistemas punitivos brasileiros, Cristina Rauter afirma sobre a possibilidade de convivência de múltiplas estratégias de poder:

Com isso queremos dizer que o esquadramento do social, efeito característico do poder disciplinar, não se operou no Brasil de maneira tão acabada quanto nos países de onde importamos tais métodos. Ou seu modo de articulação foi diverso do europeu, com estratégias peculiares de poder. Se a medicalização e a escolarização foram implantadas no país de forma desigual, isto não provocou um vazio de poder. O que ocorre é que convivem, no nível das práticas sociais, novas e velhas estratégias. Espaços sociais em que o esquadramento disciplinar se deu de modo mais ou menos generalizado convivem com outros, onde a repressão violenta, sem sutilezas, segue sendo a forma de que o Estado se vale para a sua preservação. Ou, ainda, pode haver a combinação de estratégias sutis de normalização com formas de repressão violenta, que de certo modo contradizem e denunciam as primeiras (RAUTER, 2003, p. 23).

Em síntese, compreendo que o sistema socioeducativo do Estado do Ceará foi marcado por ser uma instituição disciplinar, um aparelho de controle social dos adolescentes e jovens pobres, orientado por uma lógica de seletividade penal, que seleciona algumas modalidades de atos infracionais e determinados perfis de adolescentes (em que se interseccionam aspectos socioeconômicos, raciais e de gênero). Porém, sua história é complexa, multifacetada e com sucessivas transformações ao longo dos anos. É preciso ampliar a faixa de observação do contexto, mergulhando agora nas disputas políticas em torno da política de atendimento socioeducativo, que sofre influência cotidianamente com a repercussão pública dada às unidades de internação.

4 TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS DAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO: EXPERIÊNCIAS, RELATOS E NARRATIVAS

Com o desenvolvimento do meu processo de imersão no campo da pesquisa, fui percebendo como todos os interlocutores sempre possuíam narrativas muito intensas sobre o universo das unidades de internação. Eram sempre histórias permeadas por sentimentos muito marcantes ao ser humano (mesmo que sentimentos aparentemente contraditórios): o amor, a alegria, os sonhos; mas também o ódio, o medo, a revolta e a indignação.

A partir disso, fui escolhendo os principais assuntos que acredito que sejam pertinentes à construção desta avaliação. Desse modo, uma das primeiras decisões que tive que tomar no decorrer da pesquisa foi quanto à delimitação de como abordar o sistema socioeducativo cearense, visto ser um campo tão amplo e complexo. Em razão das incursões que realizei mais recentemente no ano de 2021, bem como por terem sido unidades que marcaram a crise do sistema socioeducativo nos últimos anos (2013-2016), optei por escolher três unidades como o palco de de nossas histórias: o Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider (historicamente chamado de CECAL), o Centro Socioeducativo Dom Bosco e o Centro Socioeducativo Patativa do Assaré (também historicamente chamado de CEPA).

As três unidades ficam localizadas em bairros periféricos de Fortaleza: o Planalto Ayrton Senna, o Passaré e o Ancuri, respectivamente. São bairros pobres e concentram grandes taxas de homicídios de Fortaleza, bem como são palco de diversas disputas de dominação de facções criminosas, situação que também traz impactos na rotina das unidades.

Dessa forma, busco fazer uma reconstrução das trajetórias dessas unidades, notadamente a partir do ano de 2010 até o ano de 2021, tentando compreender como foram os avanços e regressões em matérias relativas aos direitos humanos dos adolescentes e jovens privados de liberdade, bem como compreender os discursos e narrativas que partem de alguns sujeitos que também integram a rotina das unidades: profissionais e familiares.

Mallart (2014) realizou *etnografia* sobre as unidades de internação de São Paulo, apontando como estas instituições de privação de liberdade eram visualizadas como *cadeias* pelos internos. A partir da compreensão da mutabilidade e mobilidade das relações de poder dispostas em Norbert Elias, Mallart aduz que existiriam três configurações possíveis de poder nas unidades que estudou: *as unidades (cadeias) dominadas* (em que existiriam um domínio

das redes de organização interna dos adolescentes a partir dos comandos e orientações expedidas pelo Primeiro Comando da Capital); as unidades *meio a meio* (em que existiriam uma disputa de poder entre as ações do Estado e dos internos); e as unidades *na mão dos funça* (nestas predomina o domínio rigoroso e disciplinar do Estado). Além disso, o autor aponta a existência de uma sintonia entre as dinâmicas institucionais nas unidades e os contextos criminais presentes nas *quebradas* paulistas, sobretudo pelos discursos e normativas do Primeiro Comando da Capital (PCC), em uma rede recíproca de influência.

A seu próprio modo, visualizo que o sistema socioeducativo cearense possui realidade similar. Os achados da pesquisa, nesse sentido, dão conta de que as unidades de internação possuem uma dinâmica de funcionamento e operação bastante mutante e mutável, de maneira que as próprias dinâmicas de poder variam sucessivamente. Muitas vezes, unidades trocam de internos e de profissionais, acarretando em reconfigurações contínuas. Assim, narrativas apresentadas sobre uma determinada unidade há alguns anos podem ser completamente diferentes quando ouvidas as narrativas atuais. Não obstante, esses processos de avanços e recuos constituem (simbólica e materialmente) o funcionamento dessa engenharia punitiva de adolescentes e jovens do estado do Ceará.

Em virtude disso, preciso destacar que esta pesquisa necessariamente será uma pesquisa situada, parcial, em contínua construção, pois só conseguirá captar determinadas frações da realidade vivenciada nos corredores das unidades socioeducativas. Todavia, a perspectiva teórica dos modelos experienciais de avaliação, a partir de uma epistemologia antropológica, me permite adotar um olhar que valorize o enfoque etnográfico.

Busco sair, desse modo, de compreensões rasas e simplistas sobre o sistema socioeducativo, abordando a temática a partir das narrativas e trajetórias dos sujeitos que constroem e vivem essa realidade cotidianamente em suas vidas. Para isso, atribui relevância às próprias histórias das unidades pesquisadas, compreendendo que elas possuem uma trajetória singular que as marca e caracteriza.

Nesse sentido, a noção de *trajetória institucional* se transforma em um aporte fundamental para a construção da avaliação. A partir de um ponto de vista antropológico, Gussi e Oliveira (2016) propõem que o avaliador deve percorrer as trajetórias da política pesquisada, “compreendendo-a como um devir submetido a incessantes transformações, na medida em que essas trajetórias têm como base as dimensões culturais das instituições e dos

grupos sociais envolvidos com as políticas, que circunscrevem os seus resultados”. (GUSSI e OLIVEIRA, 2016, p. 95).

A seguir, são reconstruídas as trajetórias de cada unidade pesquisada, a partir de fontes diversas de pesquisa, como matérias jornalísticas e relatórios públicos sobre o sistema socioeducativo. Além do mais, como mencionado anteriormente, realizei entrevistas em profundidade com profissionais, militantes dos direitos humanos, jovens egressos e pessoas que tiveram seus familiares internados no sistema socioeducativo, buscando compreender suas narrativas e relatos sobre suas vivências junto às unidades de internação; com isso, pude compreender mais do contexto social em que cada sujeito estava inserido (GUSSI, 2005).

4.1 “Quem se danar vai pro CECAL”: narrativas e olhares sobre a trajetória do Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider.

O Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider⁸ (CSCAL) foi inaugurado no ano de 2000, sendo uma das maiores e mais antigas unidades de Fortaleza. Desde sua fundação, a unidade destina-se a atender os jovens adultos do sistema socioeducativo, na faixa etária entre 18 e 21 anos. Em razão do perfil de atendimento – de jovens que ficam mais tempo em privação de liberdade –, a unidade sofreu severamente entre os anos de 2010 e 2014 de longos períodos em superlotação. No ano de 2010, a unidade chegou a contar com 164 internos, mesmo tendo capacidade para apenas 60, o que significa mais que o dobro. A situação gerou que muitos internos ficavam longos períodos amontoados em dormitórios que não tinham tamanho suficiente para os receber, sem ter sequer acesso a colchões para todos. Em agosto de 2011, a situação persistia, com cerca de 160 internos custodiados na unidade⁹.

Em dezembro de 2015, em um cenário de crise em todas as unidades socioeducativas de Fortaleza, o CSCAL vive uma de suas maiores rebeliões, que marcaria a história da unidade. Cerca de 14 jovens fugiram de seus dormitórios e iniciaram uma rebelião

⁸ Destaco que a nomenclatura de Centro Socioeducativo ocorre desde o ano de 2016 e a criação da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS). Desde sua criação, o Centro chamava-se Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, sendo amplamente conhecido por sua sigla, CECAL. Podem haver menções dos interlocutores com essa sigla ainda.

⁹ “CECAL abriga 100 detentos a mais que deveria”, **Jornal Diário do Nordeste**, 19 de agosto de 2011. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/cecal-abriga-100-detentos-a-mais-do-que-deveria-1.672384> Acesso em 09 de julho de 2021.

generalizada na unidade, ateando fogo em várias alas e áreas externas da unidade. Notícias descrevem a situação:

O Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider (Cecal), um dos maiores do Estado, foi palco de uma grande rebelião na madrugada deste domingo. As ações começaram por volta das 23h do sábado (19) e foram lideradas por 14 indivíduos, todos maiores de idade, que tentavam fugir. Utilizando barras de ferro e serras, os envolvidos destruíram praticamente toda a parte de móveis do local, inclusive o anfiteatro, e provocaram um incêndio de grandes proporções.

[...] "Todos os 14 indivíduos que lideraram as ações têm mais de 18 anos. Eles já haviam fugido de outros centros educacionais quando menores, foram presos por outros delitos quando já eram maiores de idade e acabaram transferidos ao Cecal para cumprirem as medidas socioeducativas que deviam. Como participaram desta rebelião, foram transferidos para presídios imediatamente", conta Manuel Clístenes.

Durante a rebelião, seis orientadores do Cecal sofreram golpes de cossoco (arma artesanal fabricada pelos socioeducandos), mas nenhum ficou gravemente ferido. Outros dois, porém, foram feitos reféns pelos envolvidos. "Um deles escapou porque simulou ter sido baleado, já que houve barulho de tiro vindo de fora", destacou o juiz da 5ª Vara da Infância e da Juventude. Ele, juntamente com outro juiz de execução penal, autorizou a transferência dos indivíduos para os presídios. (Diário do Nordeste, 2015)¹⁰.

Recordo da primeira vez que entrei no CSCAL. Localizado no bairro Planalto Ayrton Senna (anteriormente era popularmente conhecido como bairro "Pantanal"), bairro pobre da periferia de Fortaleza, a cerca de vinte minutos do local em que morava à época. A estrutura da Unidade se assemelhava à arquitetura de um espaço prisional, com todos os seus símbolos mais marcantes: os muros altos, policiais militares nas guaritas e na recepção da unidade, a divisão em alas, sempre separadas por grades e cadeados.

Passei uma longa manhã na Unidade e conversei com praticamente todos os adolescentes que lá estavam. A tensão era visível e as reclamações sobre as difíceis condições de existência no local eram ditas e repetidas em uníssono. Em um diálogo em frente a um dos dormitórios da unidade, um interno me disse: *"é muito tempo trancado, meu amigo, a mente do cara fica atribulada"*.

A Unidade padecia de um quadro de superlotação, em que se tinha mais jovens do que sua capacidade. Pequenos dormitórios de uns quinze metros quadrados abrigava cerca de uns dez internos, em média. Isto obviamente tornava o espaço menos agradável para se passar os

¹⁰ "Rebelião no CECAL tem grande incêndio e destruição de larga escala", **Jornal Diário do Nordeste**, 20 de dezembro de 2015. Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/rebeliao-no-cecal-tem-grande-incendio-e-destruicao-em-larga-escala-1.1459159>> Acesso em julho de 2021.

dias. Além disso, não estavam sendo ofertados qualquer atividade que pudesse dar algum sentido ao período que eles passavam ali: não haviam aulas, nem cursos, nem esportes. Por isso, os adolescentes passavam longos dias confinados em locais que não podem ser chamados propriamente de dormitórios, pois se tratam, na verdade, de celas, na maioria das vezes bem sujas e insalubres. Pelo que vi, constatei que viver a experiência de perder a liberdade e ser obrigado a ficar nesse tipo de Unidade representava uma experiência muito extrema e, por vezes, traumática¹¹.

Ao reconstruir minhas memórias sobre minhas idas ao CSCAL nesse período (ano de 2016), escrevi do seguinte modo em meu diário de campo:

As primeiras vezes que fui ao CECAL era marcado por um período de sucessivas rebeliões, de modo que, toda vez que eu realizava uma visita de inspeção, a unidade sempre demonstrava um aspecto horroroso que mistura sujeira, fuligem nas paredes dos incêndios, acúmulo de água e mal cheiro (principalmente na ala que é conhecida como a tranca). Isso torna a experiência terrivelmente mais degradante e humilhante para os internos. Na conversa com os jovens, muita ansiedade em conquistar a liberdade (*a liberta*) e sair. Daí multiplicam-se perguntas sobre relatórios e perspectivas de julgamento, o que normalmente só posso contribuir com algumas orientações jurídicas, mas que já auxiliam a pensar em um período que ainda resta de cumprimento da medida. Na conversa, sempre surgem falas sobre planos do futuro. Nessa conversa primeira, um interno me diz que irá voltar para sua cidade natal e buscar um emprego e sair dessa vida, pois *puxar febre* não é uma experiência que ele queira viver de novo (Diário de Campo sobre o CSCAL).

Durante todo o ano de 2016, a unidade seguiu praticamente sem qualquer atividade socioeducativa ou educacional, revezando apenas saídas dos dormitórios para atendimentos técnicos, visitas familiares que ocorriam uma vez por semana e algumas atividades esportivas (normalmente, jogos de futebol entre os internos). Como consequência, os internos passavam longos períodos confinados nos dormitórios, normalmente ambientes bem quentes e com pouca circulação de ar.

Relatório que foi produzido pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará) e pelo Fórum Permanente de ONG's de Defesa da Infância (Fórum DCA) sobre a situação do CSCAL narra que a unidade possuía uma ala específica conhecida como *tranca*, local de sanção disciplinar dos internos por meio do isolamento compulsório,

¹¹ Pesquisa realizada por Sirlei Alves sobre os efeitos da experiência da privação de liberdade com adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas no estado de São Paulo demonstra como essa experiência tem efeitos negativos à constituição psíquica dos adolescentes, sendo visualizada pelos sujeitos da pesquisa como um local ameaçador, “uma casa de horrores”, um lugar em que eles têm de se defender das ameaças de violências diversas, como as rebeliões e a violência institucional praticada por funcionários da extinta FEBEM (ALVES, 2005).

similar ao que é chamado de seguro no universo do sistema prisional, que normalmente possui uma situação de higiene mais degradante, sendo utilizada como forma de castigo:

Constatou-se que o Bloco 07 era utilizado como “tranca” (isolamento compulsório) da Unidade e passou a ser utilizado como dormitório. No entanto, tem uma estrutura diferenciada e mais violadora da dignidade dos jovens do que os outros dormitórios, já que não existe qualquer separação entre a área do dormitório e a do banheiro. O sanitário é do estilo “bacia turca”, que fica rente ao chão. Tampouco existe chuveiro: a água cai por um buraco no teto. Existe muita infiltração em todos os dormitórios do Bloco 07. Eles também informaram a existência de baratas e escorpiões por toda a região do Bloco. Os jovens internos no Bloco 07 reivindicaram sobremaneira a transferência para os dormitórios, em face das condições degradantes de insalubridade (FÓRUM DCA, Relatório de Inspeção (fevereiro/março): unidades de internação de Fortaleza, 2016, p. 28).

Meses depois, em uma nova visita realizada, constatei que a situação não somente persistia, mas havia piorado¹². O ano de 2017 seguiu em um contexto similar de muitas violações dos direitos humanos dos adolescentes e jovens internos. O monitoramento do sistema socioeducativo do mencionado ano traz um pouco do cenário vivenciado pela unidade: continuava sem ser ofertada qualquer atividade socioeducativa na unidade, nem aulas, nem esportes, nem oficinas de qualquer natureza. Para agravar o cenário, a unidade persistia em um contexto de elevada quantidade de internos, mesmo que em patamares menores ao que já se viveu antes, contando com 103 internos, sendo considerada a unidade mais superlotada do município de Fortaleza.

Porém, um processo silencioso iniciava neste mesmo ano de 2017: a inserção das *facções criminosas* no CSCAL e em outras unidades socioeducativas, a partir de adolescentes que se identificavam com esses coletivos criminais. Dessa forma, ouvi de alguns interlocutores que o trágico episódio da Chacina da Semiliberdade do Mártir Francisca (também conhecida como Chacina da Sapiranga) havia provocado efeitos negativos no funcionamento de outras unidades, pois o evento acirrava um clima de rivalidade e desejo de

¹² “Constatou-se que o bloco 7 é utilizado como isolamento compulsório. A estrutura física deste bloco está bastante deteriorada, com condições graves de insalubridade e aspecto de sujeira. Nos dormitórios deste bloco, não existe qualquer separação entre a área do dormitório e a do banheiro, sendo o sanitário no formato de “bacia turca”, que fica rente ao chão, agravando a situação de insalubridade. Ademais, não havia sequer colchões e lençóis para os jovens do bloco 7. Todos os jovens alocados nesse bloco relatam que os banheiros estão entupidos e que, em razão disso, existe forte odor fétido. Os internos alojados no bloco 07 reivindicaram sobremaneira a transferência para os dormitórios regulares dos outros blocos, em face destas condições degradantes de salubridade. Além disso, as áreas comuns deste bloco apresentavam-se deterioradas, paredes com sinais de incêndio. As valas de esgoto que são comuns ao bloco encontravam-se abertas, situação propícia a proliferação de doenças” (Relatório de inspeção (abril/maio): unidades de internação do socioeducativo do Ceará, Fórum DCA, 2016).

vingança entre os internos que começaram a se identificar e a se associarem por facções criminosas.

A partir de 2017, o CSCAL passou a ser dividido em alas por facções criminosas, existindo atuação das duas principais facções da cidade: a Guardiões do Estado – GDE e o Comando Vermelho – CV. Em junho de 2018, um episódio trágico marcaria a história da unidade. Uma rebelião generalizada na unidade provocou a morte de um dos jovens internos e outro saiu gravemente ferido. A denúncia realizada pelo Ministério Público aponta que o episódio foi motivado pelo que atualmente é chamado de “*guerra das facções*”:

À luz dos indícios reunidos na fase inquisitiva, os acusados integram a facção criminosa denominada Guardiões do Estado – GDE, que é aliada ao Primeiro Comando da Capital – PCC, e disputa com a facção Comando Vermelho – CV a hegemonia sobre o mundo da criminalidade, seja nos ambientes prisionais ou de cumprimento de medidas socioeducativas (onde os crimes foram cometidos), seja em diversas áreas urbanas desta capital. Esses grupos criminosos adotam como um dos principais modos de atuação a eliminação violenta de seus rivais.

[...] a motivação dos delitos estava ligada à disputa entre as facções GDE (da qual fazem parte os acusados) e Comando Vermelho (à qual as vítimas eram ligadas) (Denúncia feita pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MP/CE)¹³.

Matérias jornalísticas publicadas à época denotam que os familiares dos internos apontam a existência das duas facções rivais e que a rivalidade entre elas teriam sido o motivo ensejador do episódio:

Familiares dos internos relataram que há duas facções rivais dentro do Cecal e que os dormitórios ficam de frente um para o outro. A reivindicação dos internos é de que separem os jovens por facção em alas. Depois de controlada a rebelião, 14 infratores suspeitos da morte de um dos internos e lesão corporal de outros foram encaminhados ao 8º Distrito Policial (DP), no bairro José Walter. Ainda foram levados cossocos (arma artesanal) utilizadas no conflito.

O POVO Online esteve no local e presenciou familiares recebendo atendimento psicológico. Mães e namoradas de internos que souberam da rebelião por meio da imprensa ou redes sociais foram até o Cecal em busca de notícias sobre o estado dos familiares, que destacaram a presença das facções. Quando saíam para o 8º DP, os jovens faziam menção às respectivas facções criminosas. As vans foram escoltadas pelo Grupo de Intervenção Tática da Polícia Militar¹⁴.

¹³ Para a realização da pesquisa, é de fundamental importância que eu mantenha sigilo quanto às fontes, sobretudo em razão da necessidade de não apresentar especificações que permitam a identificação pessoal de possíveis vítimas ou de possíveis acusados, visto a necessidade de garantir segurança e privacidade a todos os meus interlocutores. Por isso, opto por reservar as informações relativas ao processo, mesmo que este seja público.

¹⁴ “Disputa entre facções em centro educacional na capital deixa jovem morto e nove feridos”, **Jornal O Povo [Fortaleza]**, 06 de junho de 2018, disponível em < <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/06/disputa-entre-faccoes-em-centro-educacional-na-capital-de-ixa-jovem-mor.html> > acesso em julho de 2021.

Ednaldo Silva (2020) realizou pesquisa sobre a dinâmica de atuação das facções criminosas no CSCAL, destacando o processo de *batismo* dos jovens, a qual se trata do processo de inserção definitiva na organização. Segundo os interlocutores que participaram da pesquisa, o processo de batismo se dá por meio do acompanhamento realizado por um *padrinho*, que é uma figura de referência que irá realizar uma investigação prévia sobre o jovem que deseja ingressar, para saber se possui algum *furo* ou alguma *desavença* com algum membro mais antigo. Caso seja autorizado, o jovem passa a ser considerado um simpatizante, um *cria* da facção e irá começar a buscar *consideração* dos seus pares.

Fui ao CSCAL no ano de 2019 e 2021. No ano de 2019, recorde dos funcionários mencionarem como o episódio da rebelião de 2018 havia sido um evento completamente traumático para todos da unidade, deixando marcas nos anos seguintes. O clima de rivalidade e o medo da repetição de um episódio dessa natureza era visível, passível de ser sentido no ambiente do lugar.

Em 2021, em nova visita ao CSCAL, uma das primeiras constatações que se obteve foi sobre o fim do quadro de hiperlotação que marcou a trajetória da unidade por quase uma década. Indubitavelmente, visualizo que o fim da hiperlotação é resultado da mobilização de diversas organizações dos direitos humanos que cobram o fim da hiperlotação no sistema socioeducativo, a qual culminou na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à impossibilidade de unidades socioeducativas operarem acima de suas capacidades, estabelecendo um conjunto de regras a serem adotadas pelo Poder Judiciário para a adequação dessa realidade.

Ainda na oportunidade da visita realizada no ano de 2021, perguntei como andava o clima a alguns funcionários, de modo que todos me informaram que estava bastante tranquila. Ao passar pelas alas e conversar com os internos, percebi que, de fato, a unidade parecia não viver dias tão aflitos como anteriormente. A unidade realizava atividades entre vários internos pelo período da manhã e da tarde. Duas salas com aulas virtuais síncronas ocorriam simultaneamente, ao passo que outros internos participavam de uma aula de capoeira e outros tinham aula em curso de barbearia. A extensa unidade parecia fluir em sua dinâmica particular, mesmo fortemente impactada pela pandemia de coronavírus. Entre os internos, muitas perguntas sobre o seu destino na justiça e a angústia de não saberem quanto tempo

ainda ficarão na unidade. Por fim, a unidade segue com divisões por alas entre as facções, como medida de segurança para evitar novos incidentes.

As imagens de paredes sujas de incêndio também não se fazem mais presentes. Do mesmo modo, os cheiros fétidos e os corredores sujos não são mais vistos, o que acarreta em um clima muito mais saudável para o acolhimento de todos, profissionais e internos. Mesmo assim, é óbvio que o caráter punitivo permanece. Assim, a perspectiva dos internos é sempre pensar em uma vida fora da unidade: *“quando vou sair?”*; *“meu relatório foi positivo, será se o Juiz vai me liberar dessa vez?”*; *“tenho saudades da minha filha, da minha família, fica todo mundo precisando da minha ajuda”*.

O CSCAL tem sua história, sua trajetória de vida, que pode ser reconstruída por meio de tantas narrativas que integram todas as pessoas que atravessam essa instituição cercada por altos muros.

4.2 “O presídio”: narrativas e olhares sobre a trajetória do Centro Socioeducativo Patativa do Assaré.

O Centro Socioeducativo Patativa do Assaré (CSPA) foi inaugurado no ano de 2002 e, inicialmente, era destinado a custodiar adolescentes em cumprimento de medida de internação provisória (que aguardam decisão judicial para saber se irão cumprir a medida de internação definitiva). Situação que, a um primeiro momento, parece um mero detalhe, traz importantes impactos na dinâmica das unidades de internação. Muitos profissionais narram que os adolescentes em cumprimento de medidas provisórias, pelo fato de terem tempo de internação determinado em lei, acabam por aceitar mais facilmente a ideia do período que será cumprido em meio fechado, pois é consenso da saída imediata do interno após o período de quarenta e cinco dias. A internação definitiva por sentença, ao contrário, traz muitas incertezas ao adolescente sentenciado, pois ela não possui prazo mínimo e nem prazo determinado, só existindo o prazo máximo que não pode superar a marca de três anos. Portanto, é bastante presente entre os internos o sentimento de ansiedade pelo fim da medida, de modo que se repetem frases como: *“meu relatório já foi enviado?”*; *“já estou aqui a tanto tempo, queria voltar para minha família”*; *“será se o Juiz olhou meu relatório?”*.

Atualmente, o Centro Socioeducativo Patativa do Assaré (CSPA) é responsável pelo atendimento de adolescentes e jovens em regime de internação definitiva, sem prazo

determinado. Por isso, é comum que muitos internos fiquem um período relevante de suas adolescências nesta unidade, sendo também recorrente que muitos cumpram a medida também no Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider (CSCAL), por também recepcionar socioeducandos em regime de internação definitiva.

Estive na unidade seguidas vezes entre os anos de 2016 e 2021, sempre em visitas de inspeção realizadas pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Ceará). Minhas primeiras memórias do CSPA marcam o ano de 2016, especificamente em abril de 2016, período que talvez represente o epicentro da situação de completa crise de violações dos direitos humanos das unidades de internação da cidade de Fortaleza.

Recordo de ser uma das minhas primeiras visitas em unidades de internação e o clima era bastante tenso. Logo de início, vimos que existia um grupo de Agentes Socioeducadores do lado de fora e fiquei me perguntando do que se tratava. Em seguida, soube a resposta: os profissionais se negavam a entrar na unidade e realizar suas atividades. O motivo? Não havia segurança. A situação foi relatada no relatório produzido pelo Fórum Permanente de ONG's em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Fórum DCA Ceará) e que trazia um panorama detalhado de cada unidade de Fortaleza:

No momento da chegada dos representantes do Fórum DCA, oito socioeducadores estavam se recusando a adentrar na Unidade. Segundo informações colhidas com o Diretor Interino, tal recusa havia se dado em razão do risco a que eles alegavam estar submetidos no desenvolvimento de suas atividades junto aos adolescentes (FÓRUM DCA, 2016, p. 13).

Mesmo assim, nos dirigimos à unidade com o objetivo de realizar a inspeção e o primeiro passo era nos apresentarmos ao novo diretor interino da unidade, profissional que depois eu descobri se tratar de um experiente diretor de centros socioeducativos. Fomos à sala da direção e começamos uma reunião para explicar os objetivos da visita. O clima de tensão era inegável. O CSPA tem uma arquitetura bem complexa e um pouco confusa de compreender a um primeiro momento. No entanto, dava para perceber que a sala da direção possuía janelas que davam acesso à uma visão panorâmica da estrutura da unidade. Logo notei que a unidade estava na verdade rebelada, sem nenhum controle por parte do Estado, com os adolescentes soltos e em revolta. O diretor olhava distante pela janela e me passava a impressão que tentava ver se tinha algum interno tentando fugir ou algo do tipo. Ao lado do diretor, alguns agentes Socioeducadores, também com feições de tensão e estresse.

O diálogo com a direção seguiu e somente notícias ruins surgiram. A unidade estava a dias em descontrole e logo percebi que uma lógica perversa se instava: os adolescentes batiam grades, quebravam dormitórios e jogavam pedras contra os Socioeducadores, acusados de serem responsáveis por muitos casos de agressões e violência contra os internos. A situação gerava o ingresso de batalhões especializados da Polícia Militar que se seguiam em cenas de mais violência e crueldade por parte dos agentes policiais; o que gerava mais revolta e violência por parte dos adolescentes que acabavam de ter sofrido sessões graves de tortura por espancamento. Muitos “*cossocos*”¹⁵ foram apreendidos, bem como drogas e outros materiais utilizados para confrontos. A visita foi frustrada e não conseguimos adentrar nas alas da unidade. Foi a primeira e única vez que não consegui adentrar em uma unidade por sequer existir condições de segurança.

Em todo o primeiro semestre do ano de 2016, entre janeiro e agosto de 2016, o CSPA concentrou o maior número de rebeliões e fugas do sistema socioeducativo na cidade de Fortaleza. No dia 28 de abril de 2016, 39 adolescentes e jovens fugiram da unidade. Um relato do Juiz de Direito Manuel Clístenes Gonçalves – magistrado responsável pelo acompanhamento do meio fechado no âmbito da 5ª Vara da infância e Juventude da comarca de Fortaleza –, publicado no jornal o Diário do Nordeste, demonstra como ocorreu o episódio:

O magistrado relatou à reportagem que, na noite de ontem, os internos serraram as grades e aproveitaram o momento em que era servido o jantar para render os instrutores e fugir pela porta da frente. Clístenes Gonçalves reitera que a situação permanece muito grave nas unidades, apesar dos esforços que vêm sendo feitos pelas autoridades. "Além das fugas já são inúmeras tentativas frustradas, chegando a cerca de 30 o número de ocorrências, incluindo rebeliões e motins", afirmou Gonçalves (Diário do Nordeste, 2016)¹⁶.

O cenário em 2016 no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré era, sem dúvida, uma verdadeira *crise humanitária*. A Unidade possui capacidade para apenas 60 internos, mas no início de 2016 encontrava-se com o número absurdo de 157 adolescentes. Todas as alas eram extremamente sujas e insalubres. Dormitórios que eram para custodiar apenas dois internos, chegava a reunir mais de 6 ou 7 internos, amontoados. Para dormir, os internos colocavam os colchões juntos e dormiam todos muito próximos e, assim, cabiam mais no espaço do

¹⁵ *Cossocos* são espécies de facas artesanais, composta de um pedaço de madeira ligado a um metal afiado.

¹⁶ “Dezoito adolescentes fogem de Centro Educacional”, *Jornal o Diário do Nordeste*, 29 de abril de 2016. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/18-adolescentes-fogem-de-centro-educacional-1.1540154>.

colchão. Alguns dormiam no espaço conhecido como *pedra*, estrutura de alvenaria produzida para receber os colchões.

Relatório produzido pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Ceará) e pelo Fórum Permanente de ONG's em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Fórum DCA Ceará) apresentam um cenário dramático:

Todos os dormitórios inspecionados na Unidade apresentavam aspecto insalubre, com demasiada sujeira, infiltrações, ventilação inadequada e odor fétido. As áreas comuns e os corredores em frente aos dormitórios também apresentavam aspecto insalubre, com presença de restos de comida, poças de água e mosquitos, baratas e outros insetos, o que agrava as condições de higiene e habitabilidade, sobremaneira no atual período de chuva. [...] Desse modo, é inconcebível que uma Unidade de Atendimento Socioeducativo, que conta atualmente com 157 (cento e cinquenta e sete) adolescentes em cumprimento de medida de internação, esteja autorizada a funcionar regularmente sem atender a demandas tão básicas que dizem respeito ao direito à vida, à saúde e à dignidade humana de seu público atendido (FÓRUM DCA, 2016, pp. 13-14).

A superlotação foi um fenômeno presente na unidade entre os anos de 2015 e 2017, o que sempre piora de modo bastante acentuada as condições de custódia e de possibilidade de tratamento digno aos internos. Relatório produzido pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) – principal órgão federal de controle e monitoramento de locais de privação de liberdade – demonstra todos os efeitos nefastos acarretados pela hiperlotação:

Ao adentrarmos nas áreas internas pudemos visualizar que prevalecia a lógica sustentada exclusivamente na segurança, afastando qualquer sentido pedagógico e apresentando a inexistência do cumprimento de medida socioeducativa. **Uma vez que os adolescentes permanecem 24 horas por dia trancados em seus dormitórios, superlotados. Nos dormitórios projetados para duas pessoas se encontravam em média 10 adolescentes.** O MNPCT constatou que não haviam colchões, kit higiênicos, calçados e que apenas uma peça de roupa (calção) era fornecida pela unidade ao adolescente. A unidade fornece 5 refeições diárias, porém de forma precária, em horários irregulares e em condições inadequadas de armazenamento. [...] Os principais argumentos utilizados pelos instrutores socioeducativos para manter os adolescentes nessas condições degradantes eram: da periculosidade dos adolescentes; das frequentes rebeliões; da falta de preparo e condições de trabalho. (MNPCT, 2015, pp. 6-7).

Realizei visitas ao CSPA em que vi cenários semelhantes aos narrados acima pelo MNPCT. Em um cenário como estes, a medida de privação de liberdade deixa de ser apenas uma medida punitiva do Estado, mas se transforma em uma verdadeira experiência de crueldade contra os adolescentes submetidos a um contexto tão desumano. A soma de um ambiente extremamente hostil com ininterruptas horas de enclausuramento em dormitórios sujos e indignos torna essa vivência uma experiência muito marcante na vida dos

adolescentes, de maneira que é alto o nível de casos de adoecimento psíquico pela condição permanente de estresse.

Além disso, o clima de ameaças e de tensão é extremamente angustiante e perturbador. Dia após dia, sem a possibilidade de estar em outro lugar, sem a possibilidade de estar na companhia de outras pessoas que não seus ameaçadores, longe da família e amigos, longe de um ambiente acolhedor como sua casa e o seu bairro, todos esses fatores se somam e constroem uma ambiência bastante propensa ao estresse coletivo.

Quando entrevistei um jovem egresso do sistema socioeducativo, uma das primeiras perguntas feitas e diálogos construídos foram da seguinte forma:

Cara, e como foi essa experiência nessas unidades?

Henrique, jovem egresso do sistema socioeducativo, que cumpriu medida de internação no CEPA.

Mano, coisa de louco. Quando cheguei lá, eu era muito meninão, sabe? Tirava brincadeira com todo mundo, espalhava muito fácil. Aí com o tempo os cara lá mais velho foram me ensinando que as coisa não são assim na cadeia. Mas vivi muita coisa louca, *meu fi*, ali. Me levaram pra *tranca* que eu passei bem uns 10 dia lá, era um lugar bem pequeno e eu ficava sozinho lá. Aí eu saí foi mais malandro de lá. Eu sempre tive essa minha *doidura*. Depois disso, nunca mais quis voltar praquele lugar não. Depois disso, eu nunca mais *leveei queda* nenhuma.

A violência institucional – como a narrada acima por meu interlocutor –, em conjunto com a lógica de segurança e dominação, também foi uma realidade existente na unidade Patativa do Assaré, as quais surgiram seguidamente a partir das narrativas sobre o local. Em 2019, a unidade também foi palco de mais um triste episódio de morte de um adolescente também motivado pela rivalidade entre facções criminosas: após um conflito entre internos, um adolescente foi assassinado.

Quanto à superlotação, a problemática foi mudando de intensidade a partir do ano de 2017 em diante, de modo que hoje a unidade tem seguidamente atendido com um número de internos bem próximo a sua capacidade. Conforme mencionei no tópico referente ao CSCAL, o fim da hiperlotação nas unidades socioeducativas do Ceará estão atreladas à luta pelos direitos humanos no sistema socioeducativo que foram protagonizadas por organizações da sociedade civil e instituições do sistema de justiça. A tabela abaixo mostra o declínio da superlotação:

Tabela 01 – Superlotação do Centro Socioeducativo Patativa do Assaré entre 2016 e 2021.

ANO	QUANTIDADE	HIPERLOTAÇÃO (%)
2015	176	293,3%
2016	157	261,6%
2017	93	155%
2021	57	95%

Fonte: MNPCT, 2015; FÓRUM DCA, 2016, 2017; CEDECA, 2021; e acervo pessoal.

Estive no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré no ano de 2021, em meio ao conturbado período da pandemia de covid-19. Conforme se vê acima, a unidade não vivencia mais o quadro de hiperlotação, de modo que em 2021 haviam 57 internos, cerca de três vezes menos internos do que em 2015. Finalmente, não haviam mais dez adolescentes em um local destinado a apenas dois. Um pequeno/grande passo no rumo de um novo patamar de tratamento aos internos que seja realmente compatível com o respeito à dignidade humana.

Por outro lado, antigos problemas mantém uma nefasta atualidade. A ala inicial da unidade é intitulada de ala disciplinar, mas quando converso com os internos, um antigo vocábulo surge: “aqui é o regime de tranca, senhor”. É impossível negar isso. A ala estava suja e fedorenta, os colchões velhos e gastos. Os adolescentes estavam sem chinelas, as quais receberam apenas com a chegada da equipe de inspeção protagonizada pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Ceará) e da Defensoria Pública do Estado do Ceará (por meio do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei).

As atividades socioeducativas eram parcas, atingindo um nível reduzido de internos, o que seguramente ocasiona um cotidiano mais estressante. Todas essas situações foram tratadas posteriormente com a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), que realizou compromisso com as instituições visitantes com a solução dos problemas apontados.

Ao analisar de modo amplo a história recente do CSPA, vê-se que a Unidade tem em sua história diversos episódios de graves violações dos direitos humanos, representando um risco à integridade física dos internos e dos profissionais da unidade. Desde 2015, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) deferiu *medidas cautelares* contra o Estado Brasileiro em razão da situação de emergência humanitária vivenciada no sistema socioeducativo do Ceará. A unidade Patativa do Assaré é um dos objetos da referida medida cautelar, a qual determina que o Estado Brasileiro adote medidas idôneas para a garantia do direito à vida e à integridade física dos internos da unidade.

4.3 “Onde os sonhos mudam”: narrativas e olhares sobre a trajetória do Centro Socioeducativo Dom Bosco.

Em 1976, é inaugurado o Centro de Recepção e Triagem Marieta Cals – CRT/CEMC, órgão da FEBEM/CE responsável pela recepção e atendimentos de crianças e adolescentes que tenham sido apreendidos por estarem em situação irregular, a partir dos marcos menoristas anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Não se diferenciava, portanto, quem era vítima e quem era autor da prática de atos infracionais, tinham-se apenas um modelo de infância a ser controlado, a infância empobrecida. Posteriormente, o órgão foi extinto e o prédio passou a ser ocupado pelo Centro Educacional Dom Bosco, atualmente chamado de Centro Socioeducativo Dom Bosco.

Antes de adentrar as minhas primeiras incursões no CSDB, que também datam ao ano de 2016, preciso mencionar um pouco de um período anterior da unidade. As matérias jornalísticas e trabalhos acadêmicos demonstram que a unidade sofreu, entre os anos de 2010 e 2015, de um permanente quadro de hiperlotação, o que acarretava inúmeros outros problemas: estruturas precárias de alojamento para os internos, muitas vezes com ausência de colchões; dificuldade para as equipes técnicas em acompanharem um número elevado de adolescentes e a ausência de condições básicas para a existência em um lugar que se tornava um verdadeiro cárcere.

Trabalho realizado por Dantas (2012) sobre os significados da educação no Centro Educacional Dom Bosco no ano de 2012 trazem importantes reflexões sobre o atendimento prestado pela Unidade. Na visão dos profissionais das equipes técnicas multidisciplinares (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e os professores), a superlotação e o excessivo número de adolescentes e jovens para serem acompanhados eram os grandes obstáculos na

execução da medida de internação. Além do mais, a autora demonstra como a educação acabava por não ter um grande significado na vida dos internos, pois não era vista como um instrumento possível para a transformação de suas vidas, de modo que eles sempre visualizavam no trabalho o primeiro mecanismo de mudança de suas trajetórias.

Entre 2012 e 2014, a unidade permaneceu sucessivamente com um quadro de hiperlotação de custodiar cerca de 170 internos, em média. A Unidade possuía capacidade para apenas 60 e a hiperlotação de 300% fazia com que a situação se tornasse insustentável. Em agosto de 2014, a Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado do Ceará pedem a interdição da unidade, afirmando que não existia ali condições mínimas para a realização do atendimento socioeducativo¹⁷:

Segundo os defensores públicos Andréa Pereira Rebouças e Ricardo César Pires Batista e a promotora de Justiça Maria de Fátima Pereira Valente, o principal motivo da ACP foi a superlotação. "A unidade encontra-se com o triplo de sua capacidade e não reúne as condições mínimas que propiciem a devida ressocialização dos adolescentes. Lá, são 60 vagas e, atualmente, conta com 180 internos", afirma o defensor Ricardo Batista.[...] Outra justificativa para a ACP, adianta o defensor, é o número insuficiente de socioeducadores, mínimas condições sanitárias da unidade e a falta de atividades. Segundo ele, a carência de unidades no Interior do Estado também é preocupante e fator principal da superlotação. "60% deles são do Interior e os outros 40% de Fortaleza e Região Metropolitana", aponta (Diário do Nordeste, 2014).

Em setembro de 2014, a unidade é interditada pela 3ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza e passa a não receber mais internos, como forma de estancar a situação de superlotação¹⁸. Contudo, o ano de 2015 segue com um alto número de internos e a situação da unidade é grave. Seguem-se muitas denúncias de violência institucional contra os internos, além dos ambientes sujos e insalubres que tornam a custódia dos internos, por si só, em uma violação da dignidade humana. O cenário adverso gerava um ambiente de tensão e acirramento entre os adolescentes e os agentes socioeducadores.

As rebeliões e tentativas de fuga tornam-se mais comuns e os incidentes de maior gravidade. Posteriormente a uma rebelião, é difícil organizar a *casa*. Um peso paira no ar e o

¹⁷ “Órgãos pedem a interdição do Centro Educacional Dom Bosco”, **Jornal Diário do Nordeste**, 23 de agosto de 2014. Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/orgaos-pedem-interdicao-do-centro-educacional-dom-bosco-1.1084914>> Acesso em julho de 2021.

¹⁸ “Liminar interdita Centro Educacional Dom Bosco: Unidade não poderá receber novos adolescentes devido à superlotação e à estrutura precária”, **Jornal Diário do Nordeste [Fortaleza]**, Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/paywall-7.100?aId=1.1099490>> Acesso em julho de 2021.

clima da unidade não é de tranquilidade. Os sentimentos de revolta e dor atingem os internos. Para os profissionais, tensão e angústia pela situação que a unidade se encontra. Em agosto de 2015, a unidade contava com o número absurdo de 220 adolescentes, o que gera uma situação de calamidade aos internos. Uma fuga massiva de 50 internos ocorreu nessa época, seguida uma grande rebelião:

Uma fuga em massa aconteceu por volta de 20h30, desta sexta-feira (28), no Centro Educacional Dom Bosco, localizado no bairro Passaré, em Fortaleza. De acordo com informações dos instrutores, cerca de 50 adolescentes fugiram do local após atearem fogo. Às 22h, o Batalhão de Choque permanecia na parte interna do centro realizando a contagem do número de detentos.

Os funcionários afirmam que a rebelião começou quando dois infratores afirmaram estar passando mal e pediram por ajuda. Neste momento, no bloco 3, dezenas de internos começaram a quebrar as grades.

Para impossibilitar o acesso ao Centro, os adolescentes puseram fogo na entrada principal, no refeitório e em um dos pátios. **Ao todo, haviam 220 detentos e oito educadores de plantão na unidade.**

Durante a ação foram destruídos colchões, mesas e cadeiras. Até o momento, não há informações de buscas externas. Todos permanecem foragidos (Diário do Nordeste, 2015)¹⁹.

O gráfico abaixo demonstra o quadro grave de hiperlotação que a unidade conviveu entre os anos de 2014 e 2016:

Tabela 02 – Superlotação do Centro Socioeducativo Dom Bosco entre 2016 e 2021.

ANO	QUANTIDADE	SUPERLOTAÇÃO (%)
2014	180	300%
2015	220	366,6%
2016	80	133,3%
2017	69	115%

¹⁹ “Infratores incendeiam e fogem do Centro Educacional Dom Bosco”, **Jornal Diário do Nordeste [Fortaleza]**, 28 de agosto de 2015. Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/infratores-incendeiam-e-fogem-do-centro-educacional-dom-bosco-1.1373798?page=6>> Acesso em julho de 2021.

2021

54

90%

Fonte: MNPCT, 2015; FÓRUM DCA, 2016, 2017; CEDECA, 2021; e acervo pessoal.

Ademais, o contexto de violação estrutural dos direitos humanos acarretava em um ambiente propício ao conflito, ao óbvio desejo de fuga. Desta forma, nos dias 11, 12 e 15 de dezembro de 2015, a unidade passou por três episódios de rebeliões e fugas, em que ocorreram inclusive novos incêndios na parte administrativa e interna da unidade²⁰. Em visita que realizei à unidade em março de 2016, vi como a unidade padecia de um dos piores contextos vivenciados no socioeducativo de Fortaleza naquela época, sobretudo quanto aos aspectos de salubridade. Não havia condições mínimas de existência digna em um ambiente como aquele.

Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) demonstra como a **tranca** do Dom Bosco se tratava da pior ala de todas as unidades socioeducativas de Fortaleza, em um cenário estarrecedor:

A Ala 05 da Unidade Dom Bosco é sem sombra de dúvida a pior encontrada por este Mecanismo no Sistema Socioeducativo do Ceará. Além da ilegalidade de existir sanção de isolamento no cumprimento de medida socioeducativa de internação, as condições físicas e de salubridade da ala eram incompatíveis com quaisquer parâmetros legais nacionais ou internacionais. Tendo sido incendiado durante rebelião, as “celas” se encontram cheias de fuligens, tornando o ar irrespirável. Porém esta equipe do MNPCT encontrou 12 adolescentes no interior desta ala há sete dias sem direito a falar com seus familiares, sem tomar banho, sem escovar os dentes, sem colchões e sem sair dos dormitórios. Nesta ala, tida como a “tranca” do “castigo”, foi verificada uma série de violações que vão desde a irregularidade e a qualidade do alimento a que eles têm acesso: os adolescentes recebem o café frio, a água é aberta e servida direto de um cano sem tampa que fica vazando encharcando o interior das celas, sem que haja sequer um rodo para eles puxarem a água. Vimos o cúmulo do absurdo, numa cela em que o vaso está entupido os adolescentes depositam suas fezes nos pratos de alimentos que são recolhidos sem a garantia de que sejam descartados. (MNPCT, 2015, pp. 31-32, grifo do autor).

Este era o cenário de indignidade a que foram submetidos os adolescentes e jovens internos nesta ala do Dom Bosco. Assim como mencionei no contexto vivenciado pelo Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, a experiência de ser privado de liberdade em tais condições extrapolam o caráter punitivo da medida socioeducativa, viram tão somente

²⁰ “Internos promovem rebeliões nos centros educacionais Patativa do Assaré e Dom Bosco”, **Jornal O Povo [Fortaleza]**, 15 de dezembro de 2015. Disponível em < <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/12/15/noticiafortaleza,3549648/internos-fazem-nova-rebeliao-n-o-centro-educacional-patativa-do-assare.shtml> > acesso em julho de 2021.

crueldade e sofrimento. É apenas tratamento desumano, cruel e degradante. É um verdadeiro suplício nas definições foucaultianas: é uma medida punitiva em que o sofrimento imposto supera os próprios atos infracionais cometidos pelos internos; é um ritual cruel, é uma liturgia punitiva que visa a eliminação humana desses adolescentes (FOUCAULT, 2008).

Em visita realizada em 2021, a unidade não vivenciava mais as cenas acima narradas. O fim da hiperlotação trazia visíveis benefícios para o ambiente, que conseguia realizar atividades e atender os internos de modo dinâmico. Além disso, os graves problemas de salubridade e higiene também não eram mais vistos: a unidade estava limpa, com um ambiente agradável e com cores vivas, o que foge um pouco da tradicional estética prisional de cores cinzas. A unidade ofertava atividades educacionais para os internos, que eram realizadas de modo virtual em virtude da pandemia de coronavírus.

De maneira similar ao CSCAL e ao CSPA, a Unidade Dom Bosco também divide seus internos a partir de alas por facções, mas as atividades socioeducativas são realizadas de modo coletivo entre as alas. Esta divisão ocorre de um modo extra oficial, mas que é perceptível nas dinâmicas cotidianas de atuação dos profissionais.

Dialoguei de modo alongado com os internos e foi perceptível que a experiência da internação não representava um evento benéfico, não era visto como um evento prazeroso para os adolescentes e jovens. Ao contrário, a privação de liberdade e os sucessivos períodos de confinamento causavam grandes impactos na saúde emocional dos internos. A saudade das famílias eram ditas reiteradamente pelos internos e as perspectivas para a vida no período longe da internação: *“tô afim de montar um negócio quando voltar pro interior, vender uns salgados que tô aprendendo no curso de gastronomia”*; *“eu tenho uma filhinha, que tá precisando que eu trabalhe pra ajudar minha família”*, dentre tantas outras frases de desejos

Por fim, visualizo que a reconstrução da trajetória do Centro Socioeducativo Dom Bosco remete a um passado do início das políticas menoristas do estado do Ceará, sob a égide das políticas conservadoras e autoritárias do ciclo político do coronelismo associado à Ditadura Militar na década de 1970. Os anos se seguiram e a unidade foi readequada para o novo período da política socioeducativa na década de 1990 e passou pela crise do sistema de atendimento socioeducativo, sobretudo na segunda década dos anos 2000.

As imagens e dinâmicas da unidade se transformam sucessivamente durante sua existência, em um movimento contínuo de contradições e disputas de poder típicas de um ambiente disciplinar e prisional, com sucessivos episódios de violações dos direitos humanos de adolescentes e jovens internos na unidade.

4.4 Disputas e vivências nas três unidades estudadas: conexões de trajetórias que se cruzam e fragmentam.

Após realizar a pesquisa de campo nas três unidades, compreendi que elas possuem, de certo modo, muitas conexões. O CEPA e o CECAL, por exemplo, são unidades que os internos ficam muito tempo privados de liberdade, de modo que muitos passam vários meses em cada uma das unidades. Assim, era bastante comum que os adolescentes já me conhecessem de visitas de outras unidades. Muitos profissionais narraram que trabalharam nas duas unidades e sempre apontaram diferenças entre cada uma delas, modos próprios de viver a experiência junto a uma unidade socioeducativa (cada um à sua maneira).

Durante uma entrevista com uma ex-funcionária do CEPA, perguntei-lhe o que falavam os profissionais e os internos sobre o CECAL, momento em que me disse que o CECAL era considerado uma unidade pior, de modo que se tornava uma espécie de ameaça aos internos: “se tu se danar, tu vai lá pro CECAL que lá é pior”.

Desse modo, vejo que as histórias de vida das pessoas que viveram ou trabalharam nas três unidades pesquisadas se cruzam de múltiplas formas, de modo que os discursos, crenças e sistema de regras se comunicam de modo mais amplo que ao universo interior das unidades individualmente.

Diante disso, o próximo capítulo se destina a apresentar os principais fenômenos que observei nas unidades socioeducativas, perpassando temas como violência policial, a impunidade estrutural de crimes violentos contra adolescentes internos, o sistema de regras interno e a atuação das facções criminosas e, por fim, uma narrativa sobre as lutas do CEDECA Ceará e da sociedade civil cearense em prol de melhorias humanitárias no sistema socioeducativo.

A partir de agora, a pesquisa irá encontrar um tom mais próximo à etnobiografia, em que irei narrar os acontecimentos da minha vida junto aos fenômenos que apontei como dimensões avaliativas. Com isso, considero a etnobiografia como um encontro dos estudos

biográficos com a etnografia, em que se abre à subjetividade e vivências das pessoas envolvidas na pesquisa, não apenas o autor, mas também os personagens retratados na etnografia, em pesquisas que valorizam o encontro dos personagens e suas histórias, mesclando aspectos literários, criativos e sociológicos (GONÇALVES, 2012). Por meio de histórias pessoais de minha vida e a de outros personagens etnográficos, desejo contar um pouco sobre o que vivi no interior das unidades de internação.

5 DIMENSÕES AVALIATIVAS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE

Após a descrição das trajetórias das três unidades pesquisadas – o CECAL, o CEPA e o Dom Bosco –, bem como as entrevistas com meus interlocutores e as memórias de minhas incursões em campo, busquei refletir sobre quais os fenômenos que eram comuns às três unidades pesquisadas. Com efeito, notei que todas vivenciaram o período conturbado da crise humanitária do sistema socioeducativo, notadamente entre os anos de 2010 a 2016 (com um forte pico entre os anos de 2015 e 2016, chegando ao número de sessenta rebelião no ano de 2015); a hiperlotação foi um fenômeno presente nas três unidades e seguidamente apresentado por organizações da sociedade civil como uma grave vetor de violações dos direitos humanos, como a violência institucional perpetrada por agentes do Estado (agentes socioeducadores e policiais militares).

Além disso, as rebeliões realizadas pelos adolescentes e jovens demonstraram ser atos de oposição e resistência a violência praticada pelo Estado, situações comuns e seguidamente relatadas por meus interlocutores. Por fim, os trabalhadores e as trabalhadoras ouvidos na pesquisa demonstram que a experiência profissional no sistema socioeducativo foi extremamente marcante para cada um, mas vivenciadas de um modo bastante adverso em razão das tensões e riscos das unidades de privação de liberdade.

A chegada das facções criminosas também foi um tema recorrente. Não houve uma entrevista em que o tema não tenha surgido naturalmente entre os interlocutores. Após algum tempo falando sobre o cotidiano das unidades, a questão das facções parece que influencia em algo na rotina.

Após pesquisa nos principais jornais cearenses – jornal O Povo e Diário do Nordeste – sobre as unidades que pesquisei, percebi que as principais notícias sobre o sistema socioeducativo versavam sobre violações dos direitos humanos no sistema socioeducativo, principalmente aquelas praticadas pelo Estado: “CECAL abriga 100 detentos a mais do que deveria”; “Oito adolescentes fogem do Centro Educacional Patativa do Assaré”; “Adolescentes fogem do Dom Bosco”. Durante os últimos cinco anos, sobretudo a partir do ano de 2016, surgem seguidamente notícias sobre homicídios praticados em unidades socioeducativas de Fortaleza e do interior do Estado. A cada ano a partir de 2017, pelo menos uma unidade socioeducativa cearense presenciou um homicídio por conflitos internos entre facções rivais.

Hoje, olhando de modo panorâmico as trajetórias dessas três unidades, visualizo que a maioria das narrativas sobre as unidades têm uma conotação bastante negativa pelos interlocutores sobre esses locais: “*não quero voltar para aquele canto nunca mais, tanto que nunca mais voltei*”, me disse um jovem egresso; “*eu saía de lá do CEPA com vontade de nunca mais voltar, mas logo me vinha um sentimento de que eu tinha que voltar!*”, também me disse uma mulher adulta que havia sido agente socioeducadora em uma unidade pesquisada.

Durante minha experiência profissional junto ao CEDECA Ceará, participei da construção da argumentação jurídica do caso 14.040, o qual julga violações de direitos humanos no sistema socioeducativo, no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH). A tese jurídica central do Centro de Defesa era simples, mas robusta nos registros e provas: o Estado brasileiro era culpado por sucessivas violações de direitos humanos no sistema socioeducativo.

5.1 Violência institucional praticada por Agentes de Estado e as Rebeliões como resposta a uma ordem injusta.

A violência ganha contornos próprios de iniquidade quando praticada pelo Estado, pois este deveria ter a função precípua de regulação social e garantia dos direitos básicos da sociedade enquanto coletivo humano organizado. Nesse sentido, a violência institucional pode ser compreendida como o conjunto de ações praticadas pelo Estado e seus agentes que ultrapassam os limites legais que regulam e legitimam o direito ao uso legítimo da força (Barbosa, 2014). Além do mais, a violência institucional invariavelmente produz injustiça social, pois agentes que deveriam ser responsáveis pelo uso legítimo da força como forma de manutenção do pacto social, acabam por ser os verdadeiros perpetradores da violência e violadores dos direitos humanos.

Pesquisa realizada por Azevedo, Amorim e Alberto (2017) demonstrou como a violência policial era percebida como uma realidade cotidiana para muitos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, apresentando implicações nas suas subjetividades. Com efeito, as práticas punitivas do Estado ultrapassam o fundamento corpóreo e inscrevem-se em dimensões subjetivas dos adolescentes. Todos os participantes da pesquisa

relataram que foram vítimas de violência policial, com práticas de intimidação, ameaça, humilhação, abusos de poder e torturas por parte de Agentes Policiais.

Um dos interlocutores que entrevistei para a pesquisa foi *Henrique*, egresso do sistema socioeducativo, que me contou como foi o momento de sua apreensão, narrando um grave episódio de violência policial:

Macho, eu tinha uns 15 anos nessa época, eu tinha meus amigos aqui do bairro e a gente se mandou lá pra Caucaia para uma curtição de lá, pra gente se divertir. Nessa época não tinha negócio de facção, mas tinha negócio de gangue rival, se intera? Aí conversa vai, conversa vem, nós se destaca pra meter bala num elemento, mas num achamo ninguém e ficamos na curtição[...] no meio da festa lá na caucaia, um cara chega pra nós e diz: ‘ei, tem uma moto pra vender, vocês paga?’ Aí a gente disse que pagava. Tu num acredita que nós trouxemos a moto lá da caucaia lá pra casa... Eu morava lá na barra do Ceará nessa época.

A gente chegou umas 03h da manhã, deu 06h a polícia chegou, já com maldade. Entraram na casa e encontraram um pedaço enorme de maconha, mais droga, dinheiro e arma. Aí eu caí com o crime da receptação de moto. Mas a arma eles “comeram”, o dinheiro todo eles pegaram. Eles espancaram nós, véti.. foi uma pisa... era os ronda safado... meu fi, foi uma cena louca... minha primeira febem, eu coloquei na minha cabeça que eu nunca mais ir cair... pra num viver aquilo de novo.

Entrevista com Henrique.

Em seguida, narra como foi sua experiência no sistema socioeducativo, relatando a experiência de ser submetido ao regime de isolamento compulsório, conhecida como a prática da “*tranca*”:

Eu fui pra tranca. Da tranca, eu passei 12 dia lá, sem comer, sem beber, tranca véa bem miudinha... isso era lá no passaré, lá no começo era casa de sentença e eu era provisório... mas como eu era assim mais parrudo, me mandaram pra lá... Eu fui pra lá porque eu estourei a casa numa briga com uns pivete lá, daí fui chamar os orientador pra eles me ajudar, achei que eles iam me salvar, fizeram foi meter a *peia* em mim. Minha mãe que não deixa eu mentir que foi me visitar e me viu todo quebrado, com as marcas roxas no meu rosto. (Entrevista com Henrique).

Escutei relatos de casos de violência policial similares ao de Henrique inúmeras vezes de diversos adolescentes que conversei, sempre com narrativas fáticas que demonstram bastante consistência e veracidade sobre o que viveram. Isso demonstra que a violência policial apesar de ser um crime abjeto, é bastante comum e rotineiro no estado do Ceará, sobretudo quando às vítimas se tratam de adolescentes e jovens pobres.

Ademais, dados de 2017, do quarto monitoramento do sistema socioeducativo do Ceará, demonstram como a violência policial é uma realidade generalizada nas unidades

socioeducativas de Fortaleza, em que cem por cento dos entrevistados em grupos focais relatou denúncias de violência física e verbal por parte de agentes da polícia militar:

As principais violências relatadas por parte dos adolescentes ocorrem quando do ingresso de grupamentos especiais da Polícia Militar do Ceará nas unidades de internação para a realização de vistorias e para a realização de contenção diante de supostos episódios de rebelião ou de tentativas de fuga. Destacam-se, também, os reiterados relatos de disparos de armas de fogo com munição letal e menos letal por parte de policiais militares das denominadas “guaritas”, que seriam responsáveis pela segurança externa das unidades. Conforme relatos, seria comum estes policiais realizarem disparos para dentro das unidades. Adolescentes do Centro Educacional Patativa do Assaré, Centro Educacional São Miguel, Centro Educacional Canindezinho e Centro Educacional Dom Bosco relataram tal conduta. A partir dos relatos dos adolescentes nos grupos focais e da realização de atendimento a adolescentes vítimas de práticas de tortura e maus tratos no último ano, constata-se que o ingresso da Polícia Militar nas unidades socioeducativas tem sido constante e causado vulnerabilidade à integridade física e psicológica dos adolescentes. As principais violências ocorrem por meio da utilização abusiva de armas menos letais, como spray de pimenta, cassetetes e a denominada “bala de sal”, por disparos de armas de fogo com munição letal e com procedimentos violentos e vexatórios. Os adolescentes do Centro Educacional Canindezinho relataram que tiveram que permanecer por quase uma hora nus e de joelhos durante vistoria realizada em janeiro de 2017 (FÓRUM DCA, 2017, p. 37).

Durante os anos de 2015 e 2016, período mais intenso da crise do sistema socioeducativo, o quadro de desestabilização e revolta dos internos provocavam sucessivos episódios de rebeliões. Nessa linha, Araujo (2019) tece importante reflexão sobre os episódios de revolta e motins protagonizados pelos internos, visualizando que estes eventos abrem margens para serem interpretados pela sociedade como uma manifestação de rebeldia contra as condições insuportáveis de existência no cárcere:

De outra parte, esta visibilidade é agenciada como prova e materialidade das condições insuportáveis de existência no cárcere. O ciclo de violações que “justificam” a rebelião, a rebelião em si e as suas consequências também violadoras de direitos documentam as denúncias realizadas pelas organizações de defesa dos direitos de crianças e adolescentes junto a diversas instâncias jurídicas, policiais e de defesa de direitos humanos. Nesse bojo, abre-se um debate público sobre quais respostas estatais devem ser dadas aos adolescentes que cometem atos infracionais e se a violência sofrida na privação de liberdade é ou não “justa”. Nesta difícil seara, abre-se também oportunidades de diálogos outros e superação deste contexto de violência (ARAÚJO, 2019, p. 21).

Em uma das entrevistas que realizei com uma ex-profissional do sistema socioeducativo, ela me narrou que, muitas vezes, os episódios de rebelião eram visualizados por muitos profissionais como um ato sem sentido de indisciplina (“os adolescentes são muito danados”), mas que ela visualizava que eram, na verdade, consequências de muitos episódios de injustiças:

Eu comecei a ter um choque quando teve um início de rebelião lá. A primeira coisa que eu perguntei, no primeiro dia de estágio, foi sobre as rebeliões. Daí eu perguntei: por que acontecem? Aí ela me disse assim: “é que os meninos são muito danados”.

Meses depois, vi um adolescente saindo da visita muito irritado, falando alto.. Ele saiu assim do nosso lado e um Coordenador de Disciplina chegou pro adolescente e perguntou: “o que tá acontecendo?” Daí ele disse: “olhe, olhe, fulano...” Em seguida a pergunta, o Coordenador de disciplina agrediu o adolescente, deu um murro nas costas dele... Esse adolescente tentou reagir, mas chegaram vários agentes e pegaram ele e levou lá pra dentro das alas.. Daí que começou uma gritaria enorme e os meninos começaram uma rebelião. Assim eu entendi que não era bem os meninos que eram danados, mas havia ali uma injustiça acontecendo.

(Entrevista com Patrícia, ex-profissional do sistema socioeducativo).

Em uma visita de inspeção ao Centro Socioeducativo Dom Bosco, ainda no ano de 2016, acabei por presenciar o início de uma rebelião, experiência profunda e de difícil esquecimento. A cena é dramática e, de algum modo, assustadora. Os gritos ecoam por toda a unidade, vindo das celas (falsamente chamadas de dormitórios) que abrigavam de modo degradante os adolescentes. Dormitórios feitos para duas pessoas abrigavam até oito internos, em um ambiente sujo, úmido e fétido. Os adolescentes *batem grades* incessantemente, o som estridente das pancadas ecoam juntamente com as vozes dos internos: “*ei, ei, vem cá, isso aqui vai cair!*”. Depois da rebelião, há o ingresso da polícia militar na unidade, normalmente algum batalhão especial. As ações de contenção não têm o mínimo controle ou acompanhamento, de modo que são inúmeros os relatos de violência policial, seguidos de muitas intimidações e ameaças.

Ao refletir sociologicamente sobre o conceito de violência de Estado, Liliana Sansurjo e Gabriel Feltran (2015, p. 40) constróem “uma crítica que situa a violência de Estado contemporânea não como um desvio, mas como um instrumento chave para governar”. A frase dos sociólogos encaixa-se perfeitamente com o que é vivido pelo sistema socioeducativo cearense – bem como em outros estados do Brasil. A violência nas unidades é naturalizada e presente, praticada por adolescentes e pelos homens adultos que são agentes do Estado (Policiais e Socioeducadores), mas seletivamente punida e reprimida apenas contra os mais jovens, que são os mais fracos no sistema de dominação. Portanto, a violência do Estado não é um ato isolado ou uma disfunção, mas se trata de um mecanismo de gestão e controle dos corpos dos adolescentes das unidades pesquisadas. A violência possui uma finalidade. Cruel e perversa, mas possui uma finalidade: a dominação dos internos.

Ao realizarem pesquisa sobre o sistema socioeducativo cearense, a partir de estudo do Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, Ingrid Lorena Leite e Leila Bezerra problematizam o caráter “socioeducativo” da instituição, ao passo que a descrevem com feições hegemonicamente prisionais, descrevendo um episódio de rebelião vivenciado pela unidade:

“Tá com isqueiro?”

“É fogo!”.

Os internos estavam quebrando vasos sanitários de seus dormitórios. Era o início de uma “rebelião”. Os jovens estavam indignados com o que tinha acontecido com Miguel. Em algumas horas, com a presença dos socioeducadores, a rebelião foi contida e os demais funcionários foram retirados do local. Todavia, a tensão permaneceu nesse espaço. Situações de rebelião ocorreram diversas vezes no CEPA, sobretudo durante os anos de 2014 a 2016, a problematizar a forma como vem sendo materializada essa medida socioeducativa e sua proposta de “ressocialização” juvenil, que ainda nos parece distante das recomendações do ECA (1990). Essa breve descrição mostra como as limitações e regras institucionais do CEPA são (im)postas de maneira violenta e mediante abuso de poder por parte daqueles que deveriam responsabilizar-se por garantir proteção social integral articulada à socioeducação para esses jovens, como pretendido pelas medidas socioeducativas regulamentadas pelo ECA (LEITE e BEZERRA, 2019, p. 70).

Portanto, com base nas entrevistas e pesquisa de campo realizada – além das demais fontes documentais consultadas –, observo que a experiência no sistema socioeducativo é marcada pelos signos da violência, sobretudo a violência perpetrada pelo Estado por seus agentes, os quais são materializados de modo cruel em inúmeros episódios de torturas, maus tratos e outros tratamentos degradantes e desumanos contra adolescentes e jovens privados de liberdade. Tais crimes contam com a aquiescência das autoridades policiais e judiciais que não conseguem construir instrumentos aptos para a responsabilização de Agentes de Estado que cometeram e cometem sucessivas violações dos direitos humanos em unidades socioeducativas, tema do próximo tópico.

Por fim, a reconstrução das trajetórias institucionais das unidades pesquisadas demonstram que as rebeliões e motins foram episódios recorrentes em suas histórias, sendo um mecanismo de oposição, denúncia e resistência aos ditames violentos do Estado.

5.1.1 A atuação dos Agentes de Estado no Sistema Socioeducativo: violência institucional, impunidade estrutural e um estado de exceção normalizado.

Após anos de militância política junto a órgãos estatais que tratam do sistema socioeducativo, percebo que um fenômeno reiteradamente presente nas unidades de internação é referente à impunidade quanto aos crimes cometidos nestes locais; ou, pelo menos, uma impunidade bastante seletiva. Quando os adolescentes e jovens são vítimas dos mais variados crimes – como agressões, violências e torturas diversas –, estes só recebem tratamentos severos se os autores forem outros adolescentes ou jovens internados. Quando se trata de agentes do Estado, como socioeducadores e agentes policiais, a impunidade impera, resultando em inúmeros inquéritos policiais não conclusivos e julgamentos que não se findam, de modo que não se tem notícias de sentenças condenatórias de pessoas responsáveis por violações de direitos humanos no sistema socioeducativo.

Ao condenar o Estado brasileiro por violar o dever de punir violações dos direitos humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) construiu uma ideia em torno do que ela compreende como ***impunidade estrutural***, que seria a "ausência de uma autêntica vontade de investigar com a devida diligência". No caso do sistema socioeducativo cearense, isso é visto com bastante nitidez ao analisar os inúmeros casos que não possuem um desfecho justo.

Giorgio Agamben (2004) afirma que o estado de exceção se trata de um paradigma de governo que se situa nos limites das formas jurídicas do direito público e dos fatos políticos, de modo que se apresenta “como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”. Além disso, o Estado de Exceção “é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão” (AGAMBEN, 2004, p. 12). Com isso, o filósofo defende que os momentos anteriormente considerados extraordinários e excepcionais – como as ditaduras, as guerras e a suspensão de direitos civis – passam a integrar os paradigmas de governo como um padrão cada vez mais presente na contemporaneidade. Deste modo, a exceção se torna a regra e o improvável se torna comum e habitual.

Um dos corolários diretos do Estado de Exceção na contemporaneidade é que ele se apresenta como “um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo”. (AGAMBEN, 2004, p. 13). Ou seja, no âmbito interno da própria democracia, subsistem práticas autoritárias. Estado de Exceção e Democracia não são opostos e antagônicos, mas

convivem em uma relação dialética e de complementaridade, em um jogo sucessivo de conflitos internos. Isto é visível no sistema socioeducativo. O mesmo Estado que seletivamente escolheu os adolescentes pelos filtros do sistema penal, opta por ser condescendente com os crimes praticados contra estes mesmos adolescentes.

5.2 Percepções de trabalhadoras e trabalhadores no sistema socioeducativo: lutas árduas em um ambiente hostil.

Com o decorrer da pesquisa de campo, resolvi conversar com pessoas que normalmente não eram tão próximas a mim no meu cotidiano: profissionais que trabalhavam anteriormente nas unidades de internação. Depois de pedir para algumas pessoas que eram mais próximas e que eu havia conhecido a partir do meu trabalho, consegui conversar com três interlocutores: trata-se de Jéssica, Alisson e Patrícia. Ambas as mulheres são negras e jovens, atualmente são consolidadas profissionais do serviço social, que trabalham em organizações da sociedade civil de defesa dos direitos humanos, bem como carregam o desejo de transformação social do nosso atual modelo societário. Alisson, por sua vez, trata-se de um homem branco adulto, também jovem, que chegou ao sistema socioeducativo após receber um convite de um amigo próximo e anteriormente trabalhava em profissões de assessoria jurídica. De repente, se viu imerso no universo das unidades socioeducativas de Fortaleza, exercendo a função de coordenador de disciplina e posteriormente figurou como Diretor de algumas unidades de internação de Fortaleza.

Realizei entrevista com meus interlocutores em momentos distintos. No entanto, interpretar suas narrativas de modo panorâmico e integrado foi um exercício bastante interessante para mim. O roteiro da entrevista era bastante simples, pois se baseava apenas em uma pergunta inicial: “como foi sua vida trabalhando no sistema socioeducativo?”. Em seguida, o diálogo se desenrolava sobre como havia sido essa experiência, de maneira que sempre surgiam narrativas de episódios, cenas e momentos marcantes nas unidades de internação.

Jéssica é uma jovem mulher negra, de voz mansa e que transpareceu muita convicção em suas ideias quando da nossa conversa. Vinda de família de origem trabalhadora, sempre teve um olhar crítico à sua realidade. Desde cedo, é militante social em seu bairro e em outros movimentos sociais da cidade. Ao ingressar no curso de serviço social, acabou conhecendo o mundo do sistema socioeducativo inicialmente apenas no plano teórico das disciplinas

acadêmicas. Logo depois, recebeu o convite de um colega para trabalhar no sistema socioeducativo. Tinha o interesse em iniciar a carreira como assistente social, mas sabia que adentrar no socioeducativo poderia ser uma boa experiência profissional. Assim, Jéssica foi agente socioeducadora no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, especificamente no período de intensa crise em 2016 e foi testemunha da criação da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS). Desse modo, ela narra o início da sua experiência profissional e a tensão do ambiente de trabalho:

O cenário quando eu cheguei era bem difícil, porque a estrutura era muito precária, estava tudo quebrado e os meninos tiveram que ficar alocados dentro dos dormitórios. Num lugar [dormitório] que era pra ter três, ficava uns 10, era uma imagem muito impressionante, horrível de ver. E os meninos estavam bastante ‘ariscos’, não queriam conversar conosco, pois eles passaram muito tempo antes soltos na unidade e não queriam voltar para aquela realidade de ficar presos nos dormitórios[...]

A estrutura da unidade estava muito precária por causa das rebeliões. ***Daí, todo dia tinha ameaça de rebelião, trabalhava muito sobre tensão.*** Haviam muitos socioeducadores trabalhando, a maioria homens, éramos uns 5 ou 6 agentes por quadrante, por causa dessas rebeliões... O cenário era muito pesado, tinha muita violência. Como os meninos estavam muito reativos, o modo de lidar dos socioeducadores era na agressividade mesmo, inclusive os discursos[...] eram profissionais antigos, com muitos vícios da vida comum, não sabiam o que eram os direitos humanos. Foi uma experiência muito difícil para mim, pois eu era uma assistente social que era obrigada a presenciar violações de direitos, ouvir as coisas que saíam da boca de alguns profissionais. ***Existia a tranca, conhecida como ala disciplinar, e os meninos eram obrigados a ficar lá, sem se alimentar, sem água, sem camisa, sem colchão, enfim... Quando era agressão, era um monte de gente pra agredir. A sala que eles usavam para fazer vistoria, eles faziam agressões também.*** Eu lembro que no primeiro dia de trabalho, quando acabou o expediente, eu sentei em frente a unidade e eu comecei a chorar. E eu só pensava: “eu não quero voltar nunca mais pra cá”.

Jéssica narra, ainda, como o início da experiência foi marcada fortemente pelos sentimentos de medo quanto à sua integridade física e à sua vida:

Eu dizia que não queria ir, mas algo me motivava a ir. Eu tinha muito medo, era algo realmente muito perigoso [...] medo era de ter uma rebelião, de ser pega de refém, e os adolescentes notavam isso. Eles sabem quando você tem medo. Eles desenvolvem muito os outros sentidos (audição, olfato). Com o tempo, eles sabiam que era eu no quadrante só pelo meu jeito de andar. Daí eles foram percebendo meu medo e quando eles sabem que você tem medo, né, eles usam isso. Mas, com o tempo, isso foi mudando, pois eles foram construindo uma relação de confiança comigo. Com o bom dia deles, você já sabe se a casa está tranquila ou tensa.

Outro interlocutor entrevistado foi **Alisson**, que exerceu diversas funções e em diferentes unidades no sistema socioeducativo de Fortaleza, iniciando sua trajetória profissional como coordenador de disciplina. Alisson é um homem branco de cerca de trinta

anos de idade, formado em Direito e vivenciou durante longos anos as unidades de internação de Fortaleza.

Alisson era muito confiante em sua fala, transparecendo um grande orgulho de sua trajetória no socioeducativo ter sido construída com muito suor, dedicação e cuidado às equipes com que trabalhava, de modo que sempre foi bem visto por todos: “eu mesmo que fui me aprofundar em estudar mais, pois não tínhamos apoio”; “eu tive que pegar dinheiro pessoal meu e contratar algum espaço melhor pra gente fazer uma confraternização de final de ano, pois a equipe de socioeducadores e socioeducadoras trabalhavam no limite, com salários baixos e muita desmotivação”. Durante a entrevista, me conta como foi sua chegada ao sistema socioeducativo, marcada por um estranhamento vinda de seus colegas de trabalho:

Já cheguei para exercer a função de coordenador de disciplina, não fui um agente socioeducador propriamente dito. Daí quando cheguei, foi aquela surpresa, né. Saí da posição de garantidor [mencionando outra experiência profissional, a qual trabalhava na Defensoria Pública], para ir para uma instituição que eu já ouvia relatos de tortura. Quando você chega no socioeducativo, todo mundo meio que fica rondando sua vida, principalmente se você vai pra essa função de coordenação: “olha, esse aí é o novo coordenador”, comentavam nos corredores quando eu passava. Eu daí senti o baque: eu não tinha o perfil de coordenador que o sistema queria, que era aquele cara mais forte, mais truculento. Daí me estigmatizaram logo, pois eu não tinha cara de segurança, não tinha cara de policial.

Alisson me narrou que os anos de 2015 e 2016 foram marcados por um completo descontrole do sistema socioeducativo, em virtude das seguidas rebeliões que ocorriam nas unidades de Fortaleza: “*durante esse período, foi muita rebelião, não tinha controle por parte do Estado*”. Além do mais, conta como a experiência de trabalho no sistema socioeducativo é repleta de tensões e aflições, o que gera uma série de exigências para as saúdes emocionais dos trabalhadores/as do sistema socioeducativo. A partir da narrativa do interlocutor, é possível visualizar a experiência de centenas de profissionais:

Eu desenvolvi um pouco de ansiedade, eu cheguei a acordar a noite, com barulho de tiro[...] já participei diretamente de intervenções em rebeliões, na época de 2015...foi um negócio absurdo, isso tudo mexe com a cabeça do profissional. Eu acredito que quem diz que essas coisas não mexem com sua cabeça, tá mentindo, porque você vai introjetando uma série de problemas que você convive. Você tem que se concentrar demais pra não normalizar aquilo, porque senão você se desumaniza, deixa de acreditar nas políticas públicas[...].

Outra trabalhadora que estabeleci contato foi *Patrícia*, que trabalhou durante dois anos no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré como estagiária de serviço social, à época

chamado de CEPA. Nesta oportunidade, Patrícia me disse um pouco da realidade vivenciada pelos profissionais da Unidade:

Se o CEPA era um caos para os adolescentes, também era pros profissionais. Na época, muitos profissionais eram demitidos arbitrariamente. Me lembro que uma assistente social, uma das minhas primeiras supervisoras, foi demitida arbitrariamente porque havia chegado um novo diretor e ele tinha um perfil muito violento e ela entrava em conflito com ele. Os socioeducadores tratavam os internos que nem bicho, colocavam muito medo na gente: “não desça com lápis para as alas, não desça com papel”.

Além disso, em todas as entrevistas, os profissionais narraram que a convivência com os internos era pacífica e que chegaram a estabelecer muitos vínculos de confiança e respeito com os internos. Lamentavam muito, porém, o fato de que muitos internos não possuíam boas perspectivas para suas vidas, pois estavam muitas vezes mergulhados em duras realidades sociais:

Eu nunca me esqueço, mas uma vez um dos meninos veio e me disse: “tia, eu já tô no lucro, porque já tenho 16... o que vier daqui pra frente é lucro pra mim”.

Entrevista com Patrícia.

Cara, até os sonhos deles parece que vão mudando... quando eles são mais jovens, possuem sonhos mais bonitos e depois eles vão dizendo que não tem mais sonhos. Parece que o sistema tira até isso: a capacidade de sonhar num futuro melhor.

Entrevista com Alisson.

Observando de modo comparativo as entrevistas dos profissionais, percebo que ambos possuem histórias de vida distintas e únicas, mas narram suas experiências trabalhando em unidades de internação do modo semelhante: como um ambiente hostil, adverso, que viveram momentos de aflição e medo nas unidades; e que isso visivelmente gerou impactos em suas condições emocionais e físicas.

5.3 Impactos das facções criminosas nas unidades socioeducativas de Fortaleza: surgimento, moralidades e repercussões nas dinâmicas institucionais.

O que as paredes pichadas têm pra me dizer?
 O que os muros sociais têm pra me contar?
 Por que aprendemos tão cedo a rezar
 Por que tantas seitas têm aqui seu lugar
 É só regar os lírios do gueto
 Que o Beethoven negro vêm pra se mostrar
 Mas o leite suado é tão ingrato que as gangues
 Vão ganhando cada dia mais espaço.

O Rappa – Brixton, Bronx ou Baixada.

A epígrafe deste tópico trata-se de uma música da banda carioca O Rappa, em que são tecidas imagens e alegorias sobre periferias urbanas em lugares distintos do planeta, como Brixton (Inglaterra), Bronx (Estados Unidos) ou Baixada (Brasil). Tal qual foi cantado pela banda carioca, as paredes pichadas e os muros sociais de Fortaleza também dizem muito sobre como vive essa cidade dividida. Em uma parede próximo ao meu ponto de ônibus, vejo escrito: “os dez mandamentos do crime: não negar a pátria, não caguetar, não cobiçar a mulher do próximo, não acusar em vão, não conspirar, falar a verdade mesmo que custe a própria vida, ser coletivo, fortalecer os menos favorecidos, não quilingar (não furtar colegas dentro da prisão) e eliminar os inimigos”. O bairro é dominado pela facção criminosa Comando Vermelho e na parede seguinte, um novo escrito: “*cria* não morre, *cria* se eterniza”²¹. Junto ao escrito, homenagens a dois jovens que se foram na guerra do crime de Fortaleza.

Todas as unidades de internação de Fortaleza – incluindo as unidades de minha pesquisa – são inseridas em bairros periféricos e pobres da cidade, constantemente com algum nível de dominação por facções criminosas que atuam na cidade: Comando Vermelho ou Guardiões do Estado. Com o decorrer das entrevistas, foi se tornando bastante visível que o processo de faccionamento do sistema socioeducativo sempre foi narrado como um episódio muito dramático e grave na história dos sujeitos ouvidos, que só trouxe prejuízos ao cotidiano das unidades, principalmente aos adolescentes e seus familiares, mas com implicações também à todos os profissionais do sistema.

Para narrar e interpretar o processo de chegada das facções criminosas nas unidades pesquisadas, optou-se primeiro por realizar uma breve apresentação sobre o surgimento dos coletivos criminais intitulados de facções criminosas no Brasil, sobretudo em seus estados de incidência inicial (Rio de Janeiro e São Paulo), chegando ao surgimento e consolidação desses agrupamentos na cidade de Fortaleza.

Hoje, as facções criminosas são uma realidade presente nas rotinas dos moradores das comunidades de Fortaleza e nas vidas de muitos adolescentes e jovens. A chance de constituição de um coletivo identitário seu, com fortes conexões emocionais, que chegam a

²¹ A gíria *cria* é fruto da palavra criação, faz uma referência aos jovens que desejam integrar as facções criminosas ou estão em posições iniciais de aproximação, desejam ser batizados e, portanto, serem considerados *irmãos* de facção.

ser visualizados com laços próximos a de uma irmandade, se torna um fenômeno muito atrativo para milhares de adolescentes que desejam uma chance de afirmação em um contexto de muitas privações de condições de existência.

Posteriormente à apresentação da atuação das facções no Ceará, destaco como esse fenômeno traz sérias implicações nas unidades de privação de liberdade do sistema socioeducativo, acarretando em novas cenas, relatos e narrativas.

5.3.1 O surgimento das facções criminosas no Brasil e no Ceará.

Desde meados da década de 1980, o Brasil convive com uma ascensão de violência letal que possui características epidêmicas. Mesmo diante de tão grave cenário, as respostas dadas pelo Estado brasileiro nesse período foram marcadas substancialmente por medidas bélicas e repressivas, orientadas por uma lógica de guerra: o Estado contra seus inimigos, que não serão mais vistos como cidadãos merecedores de respeito aos seus direitos. Estas ações não têm se mostrado somente limitadas e inefetivas, mas também são contraproducentes, pois criam a base para uma política criminal baseada no confronto e no desprezo à vida, sobretudo das classes populares do país.

Nesse cenário, a criminalização das drogas e as ideias em torno da guerra às drogas ganham fundamental importância: o tráfico passa a ser considerado como o problema número um a ser enfrentado e os traficantes são os novos inimigos a serem combatidos (CARVALHO, 2013). Tal visão não se mostra somente simplista, mas serve de base para a construção de uma política criminal extremamente brutal e beligerante, em que bairros pobres e seus moradores serão vistos sempre com o filtro da “suspeita”, de modo que a atuação do Estado vai ser definido a partir desses parâmetros de guerra (PEDRINHA, 2008).

Com efeito, áreas carentes e bairros pobres terão intervenções extremamente seletivas por parte do Estado, em que se ausentam políticas públicas que possam garantir os direitos humanos e sociais – como a educação, a saúde e a assistência social – e sobram ações armadas e violentas, como os inúmeros casos de violência policial. Nas últimas décadas, a ideia de guerra como solução para o problema da segurança pública tem se reafirmado constantemente, ganhando ampla hegemonia em discursos políticos e midiáticos, sendo recepcionada por grande parte da população que se encontra amedrontada, que padece dos próprios efeitos negativos dessa perspectiva violenta de se pensar a segurança.

É nesse cenário que é marcado o surgimento de coletivos criminais que são recorrentemente chamados de “facções criminosas”. Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias (2018) apontam como as ações de terrorismo de Estado realizada pelo Brasil ofereceram as condições de surgimento das facções criminosas, pois dava a possibilidade de surgir um sentimento coletivo a partir da ideia de inimigo comum (O Estado que violenta a população pobre):

Os anos de batalha diária contra o crime, no Rio de Janeiro como em outros estados, ofereceram o que as lideranças criminosas mais precisavam: a possibilidade de forjar um ideal coletivo e construir um inimigo comum, fundamental para dar sentido existencial a suas atividades, convencer e atrair adeptos, construindo uma representação discursiva e prática do crime como forma de resistência social. Foi o que permitiu ao PCC e a outros grupos pelo Brasil arregimentar pessoas dispostas a reagir contra a propagada violência e a opressão do “sistema”. O discurso só colou e se espalhou porque descrevia um sentimento real de muitos jovens das quebradas brasileiras (MANSO e NUNES DIAS, 2018, p. 319).

Desta maneira, as práticas e dinâmicas criminais no Brasil tem se transformado intensamente a partir das décadas de 1980 e 1990 com o surgimento das facções criminosas. Um dos grupos criminais mais conhecidos é o *Comando Vermelho* Rogério Lemgruber (CVRL ou apenas CV). Alguns eventos são apontados como centrais para o surgimento do Comando Vermelho, ganhando maior relevância a hipótese de que o coletivo teria seu surgimento iniciado em 1979 a partir do Instituto Penal Cândido Mendes, localizado em Ilha Grande, no Rio de Janeiro.

Em um contexto extremamente autoritário e de práticas desumanas contra os presos, a influência de ideias coletivistas oriundas de presos políticos da Ditadura Militar que se encontravam juntos com presos comuns seria a causa inicial do surgimento do Comando Vermelho, como apresentado por Amorim (2011).

Michel Misse (2007), por sua vez, aponta como o surgimento e a expansão do Comando Vermelho se deu através da construção de um discurso político que visava fazer frente ao autoritarismo presente nos presídios cariocas, emergindo a partir de ideias em torno de justiça, paz e liberdade, pensamentos que logo se espalharam entre os presídios e comunidades do Rio de Janeiro.

No estado de São Paulo, as dinâmicas criminais passam necessariamente pela história do Primeiro Comando da Capital (PCC). A facção criminosa surgiu no seio dos presídios paulistas durante a década de 1990 e conquistou durante os anos 2000 uma ampla hegemonia

no sistema prisional. Karina Biondi realizou importante trabalho etnográfico sobre o PCC, buscando compreender a facção criminosa não como um todo organizado ou uma unidade localizada e determinada; ao contrário, a etnografia da pesquisadora demonstra como o PCC é concebida por seus membros e interlocutores como um poder transcendente capaz de exercer o controle sobre seus participantes. Em síntese, a organização criminosa acaba atuando como um verdadeiro modelo de transcendência para seus adeptos. Mais que um grupo fechado, o PCC se apresenta como um jeito de ser e de se fazer o crime, organizado a partir de uma ética coletiva e de regramentos disciplinados (BIONDI, 2010).

Existem inúmeras configurações em diversos estados brasileiros, como nas regiões norte e nordeste, mas, para o presente estudo, é de fundamental importância o estudo da realidade do estado do Ceará e de sua capital. Segundo Luiz Fábio Paiva (2019), as dinâmicas criminais no município de Fortaleza sofreram profundas transformações nos últimos anos, especificamente desde o ano de 2016 e o surgimento de novas modalidades de fazer e viver *o crime* na cidade, a partir da atuação de facções criminosas de atuação nacional e o surgimento de um novo coletivo local: os Guardiões do Estado (GDE). Nesse sentido, aponta o autor:

Esse estado do Nordeste é território de atuação das três facções classificadas como das mais importantes do País: o PCC, o CV e a FDN. Apesar de exógenos, são coletivos que congregam presidiários e pessoas que fazem o crime no Ceará, com alianças e integrações diferenciadas nos esquemas de cada um desses grupos. Além desses, e também em razão do trabalho deles, um componente novo surgiu tensionando a relação com as “facções de fora” e reivindicando a condição de Guardiões do Estado (GDE). A GDE, conhecida também pelos números 7.4.5, consiste numa reunião de pessoas que fazem o crime, presos e egressos do sistema, dispostos a resistir ao comando de grupos de fora do Estado, estabelecendo resistências e alianças para lutar pela hegemonia do crime no Ceará. Gestada durante alguns anos, a fundação da GDE é atribuída ao início de 2016. O coletivo conseguiu rápida expansão no sistema prisional e nas periferias de todo o Ceará, despertando atenção desde o primeiro momento pela juventude de seus integrantes. Composta por um conselho central, a GDE agenciou grupos locais que faziam o crime em determinados bairros de Fortaleza, integrando-os como “tropas” e garantindo certa autonomia para ações que não poderiam deixar de respeitar o conselho estabelecido entre seus integrantes (PAIVA, 2019, p. 170).

Ademais, Paiva demonstra como as facções criminosas atuantes no estado do Ceará – Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC), Guardiões do Estado (GDE) e Família do Norte (FDN) – passaram por breve período em um *acordo de paz*, seguido de uma quebra desse pacto, que gerou um aumento vertiginoso de violência fatal.

Durante quase um ano, esses grupos se dividiram e repartiram os ganhos, criando a ideia de que poderiam conviver de maneira harmoniosa, gerando riqueza para todos os envolvidos. Mas a ideia não perdurou e, quando o conflito foi ativado, as consequências para as comunidades foram sentidas pela geração de mais violência.

Enquanto as gangues e quadrilhas de traficantes se moviam em territórios estáticos, e enquanto cada grupo dominava seu pedaço, matando sem mexer no pedaço do outro, as facções invadem, matam, ocupam e expulsam moradores de suas casas. Os líderes de gangues e os traficantes locais sempre tiveram um peso dentro da comunidade, mas sua capacidade de agência era limitada, e as negociações com eles eram consideradas como algo “tranquilo”. Em muitas comunidades, prevaleciam apenas os acordos tácitos de não delação dos esquemas ilegais. Desde as facções, esse equilíbrio foi quebrado, e os moradores relatam que as pessoas que fazem o crime querem “botar moral” e determinar o que pode e não pode ser feito na comunidade (PAIVA, 2019, p. 181).

As facções criminosas hoje possuem ampla capilaridade nas periferias pobres de Fortaleza, conectando-se profundamente com as vidas cotidianas de seus moradores. Ao estudarem as dinâmicas criminais na cidade de Fortaleza, pesquisadores apontam como é necessário ter em dimensão os processos de acumulação social da violência, afirmando que:

Em meio aos altos lucros associados à venda de cocaína e crack nas periferias da cidade, integrantes das quadrilhas de traficantes varejistas desses territórios passam a compor as fileiras das facções que se capilarizam, através de inúmeros conflitos, nos bairros populares da capital. Nesse momento, a articulação de uma nova gestão das periferias e atividades dos mercados ilegais estimulou a transformação, como apontado por nossos interlocutores, das experiências e representações associadas ao tráfico varejista de drogas ao estimular a tessitura de uma complexa teia de ajustamentos morais, éticos e comportamentais. Por fim, a análise das características e mudanças dos mercados de drogas ilegais que se desenham no início do século nas periferias de Fortaleza revela de maneira significativa o papel e centralidade dessas atividades para os processos de formação e reprodução de coletivos criminais no tecido social brasileiro. Desenvolvendo-se mais cedo em alguns lugares, as lucrativas atividades do tráfico de mercadorias ilegais, especialmente com o comércio da cocaína e do crack nas franjas das cidades, alteram não apenas práticas de consumo de usuários espalhados pelo país, mas também o perfil econômico dos traficantes varejistas das periferias das cidades brasileiras e suas maneiras de imaginar e fazer o crime. (MATOS JÚNIOR, SANTIAGO NETO e PIRES, 2022, p. 59-60).

Além disso, conectam-se também ao sistema socioeducativo. A expressiva presença de adolescentes e jovens que já se identificam como afiliados às facções criminosas nas unidades socioeducativas faz com que a experiência se torne mais propensa a introjeção de uma identidade criminal. Assim, os pensamentos das facções criminosas ingressam no interior das Unidades e começam a fazer parte dos discursos dos adolescentes: ao final da tarde, toda uma ala entoará uma *oração* de uma determinada facção criminosa.

As dinâmicas de dominação territorial por bairro das facções também ditam o cotidiano do socioeducativo. Determinados bairros ficam associados à determinada facção, o que acarreta uma ligação por parte de toda a dinâmica de poder da unidade. Ou seja, um adolescente poderá ser tratado como um afiliado de determinada facção, mesmo que não o seja. Essas estigmatizações mobilizam uma rede de rivalidades e disputas capazes de gerar

conflitos entre internos, conflitos que chegam muitas vezes a ter vítimas fatais. No próximo tópico, apresento um breve panorama do surgimento das facções criminosas em unidades socioeducativas de Fortaleza, fenômeno que pode ser visualizado notadamente a partir do biênio 2016-2017.

5.3.2 As facções criminosas e o sistema socioeducativo cearense: violência, conflitos e homicídios.

Entre os anos de 2013 e 2016, o sistema socioeducativo do estado do Ceará viveu o que foi possivelmente o seu momento de mais profunda crise, com a prevalência de episódios graves de rebeliões e motins ocorridos no município de Fortaleza. Diante de um grave quadro de superlotação, as unidades não possuíam condições mínimas de custódia para os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Em dormitórios que mais se assemelhavam a celas, os adolescentes eram obrigados a ficar amontoados em lugares sujos, fétidos e com muitos problemas de circulação de ar. O cenário de desumanidade desembocava em um clima de revolta e tensão. Nas visitas de inspeção que realizei em Unidades socioeducativas de Fortaleza, notadamente no ano de 2016, sempre observei cenários de muita insalubridade e precariedade.

Esse período era marcado por uma ausência de organizações criminosas atuando nas unidades socioeducativas do Ceará (antes do ano de 2016). Existia, sim, nas unidades uma dinâmica de aproximação entre os internos como forma de auto-organização, como forma de construir uma mínima organização política interna, que se apresentava como forma de resistência aos cotidianos episódios de violência institucional, praticados hegemonicamente por Agentes Socioeducadores e Policiais Militares.

Para ilustrar isso, apresento um episódio que observei no Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider (CSCAL), em um dia de visita de inspeção, ocorrido em 2016. Em diálogo com os adolescentes que estavam em cumprimento da medida de internação, notei que na ala em que estavam existia um papel fixado em uma parede. Quando li, se tratava de um conjunto de regras daquela ala, que transcrevo a seguir:

Vitória na Guerra

Regime do Bloco 6

1º – O jogo meu fi quando sair pra correria é pra fazer os corre, atuar o pátio, não é pra xarlar não;

2º – Negócio de segurar o rodo a vassoura, num vai dar certo não: o barraco que segurar as coisas vai ser desativado;

3º – Desse pras visita todo respeito atendimento, quando voltar entra e não sair na tora;

4º – Para de se estressar com orientador com besteira, mas se tiver com motivo e do 10 pra baixo daquele jeito.

5º – Não desativar o pátio. Colocar no canto o que não quiser.

6º – Dia de lavagem de roupa: pegue somente suas coisas.

Quem desacreditar, é só quebrar.

O regime certo pelo certo.

O errado papoca!

Todas as unidades sempre possuíram suas formas de organização implícitas, que surgem de um código de ética que tem seu funcionamento garantido por meio de sanções graves (que podem chegar à vitimização fatal), de modo similar ao que ocorre no sistema prisional e apresentado pelo médico Dráuzio Varella (1999) em seu livro Estação Carandiru. Com isso, não foram poucas as vezes em que escutei frases do tipo: “os *menor* aqui é tudo unido”. Isso demonstra a existência de um forte senso coletivo. Potencializado, com certeza, por todos estarem dividindo um momento extremamente difícil de privação completa de suas liberdades.

Os primeiros registros de episódios de adolescentes e jovens que manifestaram seu pertencimento às facções criminosas datam – em minha memória – do ano de 2017, ano seguinte ao processo de faccionamento da cidade de Fortaleza. Presenciei um episódio em uma visita de inspeção no referido ano que para mim se tornou uma experiência marcante, que até hoje me traz reflexões sobre os impactos das organizações criminosas no sistema socioeducativo. Realizei junto com outros colegas militantes dos direitos humanos uma visita ao Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, que fazia parte de uma missão de um grande organismo nacional de defesa dos direitos humanos sobre a situação da privação de liberdade de adolescentes e jovens no Ceará. Na ocasião, realizamos um grupo focal com os internos da unidade, com o intuito de conversarmos sobre como estavam as condições de atendimento, o cotidiano na unidade, dentre outros assuntos. Um ambiente isolado dos Agentes Socioeducadores era de fundamental importância para que o diálogo pudesse fluir tranquilamente, sem pressões ou medos de represálias.

No processo de chegada dos internos para o grupo focal, percebi uma tensão no ar que se manifestava no rosto dos adolescentes. Algo não dito pairava no ambiente e parecia que tínhamos um elefante na sala de estar. O clima se tornou insustentável até que um dos membros das organizações de direitos humanos perguntou se estava tudo bem com todos ou se alguém desejava dizer algo. Em seguida, imediatamente um dos internos disse que muitos deles ali não podiam estar juntos, nem queriam participar juntos, pois eram de facções rivais e não queriam conviver no mesmo espaço. O pedido foi prontamente aceito por todos, até que ficaram apenas aqueles que se sentiram à vontade. Indagamos rapidamente os motivos de tamanha rivalidade, o que outro interno respondeu: *“é que quando vestimos uma camisa, essa não é uma camisa comum, de pano, é uma camisa da alma, do espírito, da nossa família”*.

O episódio representa um fenômeno cotidianamente presente nas unidades socioeducativas do Ceará: a rivalidade entre os internos em razão das facções criminosas. Em razão disso, as unidades dividem os internos em alas que se relacionam a essas organizações criminosas, em razão, sobretudo, por se tratar de uma medida de segurança necessária para evitar conflitos de todas as dimensões, desde simbólicas até as mais concretas e reais.

Contudo, um episódio ocorrido em 2017 viria a ser marcante na gravidade dos problemas que a presença das facções iria impor ao sistema socioeducativo e a todos os envolvidos nessa política: a chacina do Mártir Francisca, unidade de semiliberdade localizada no bairro da Sapiranga, em Fortaleza. Segundo matérias jornalísticas, na madrugada do dia 13 de novembro de 2017, um grupo de homens armados invadiu a unidade e retirou seis internos para a rua em frente a unidade, executando quatro adolescentes sequestrados. Os criminosos integravam a facção criminosa Comando Vermelho e, ao adentrarem na unidade, teriam reiteradamente perguntado quais adolescentes seriam membros da facção Guardiões do Estado (GDE).

Em 2019, no Centro Socioeducativo Patativa do Assaré (CSPA), outro interno de dezessete anos teria sido encontrado morto em seu dormitório, vitimado fatalmente por outros adolescentes que dividem alojamento²². Em 2020, mais um adolescente morreria no sistema

²² “Adolescente é morto durante confronto em dormitório de centro socioeducativo”, **Jornal O Povo [Fortaleza]**, 21 de outubro de 2019.

socioeducativo, agora na unidade do Passaré, em circunstâncias semelhantes. Os dois episódios foram provocados por conflitos entre facções criminosas²³.

Ao entrevistar o jovem *Henrique* – que era egresso do Dom Bosco –, este me contou como a inserção em uma facção representou uma experiência radical e profunda em sua vida, mudando, inclusive, a dinâmica da sua vida familiar: seu irmão mais velho, a quem possui profunda conexão e amor fraterno, foi obrigado a se vincular a uma facção rival a sua em razão de ter ido a um presídio sob domínio de desta facção. Não havia escolha, ou *usava a camisa* ou morria. Na entrevista, ele manifesta seu desejo de que seu irmão possa voltar para casa e que possam viver em segurança: “*vou conseguir trazer ele pro meu lado*”. Depois, complementou: “*mesmo assim, eu não tenho rivalidade com ninguém, sou um cara abençoado, vou pra igreja e tento só seguir pelo certo*”.

Hoje, todas as unidades pesquisadas organizam a divisão dos internos e a divisão na participação das atividades por meio de algum modo de identificação com as facções, situação contraditória e complexa que gera inúmeras transformações nas dinâmicas e ambiências das unidades pesquisadas, necessitando de um olhar aprimorado, ético e responsável por parte do Estado, visando que todos os adolescentes e jovens tenham o direito de retornar aos seus convívios sociais em segurança e em condições de igualdade de oportunidades.

5.4 Vivências no sistema socioeducativo em meio a pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o mundo vivia uma pandemia global do novo coronavírus (COVID-19). A doença foi relatada primeiramente na cidade de Wuhan, na China, em 2019. Diante do seu alto nível de transmissibilidade, rapidamente foi registrado em países da Europa, África e América Latina.

Desde então, o mundo nunca mais foi o mesmo. Os efeitos das medidas restritivas impostas pela pandemia acarretam consequências que podem ser sentidas em todas as dimensões da vida e da sociabilidade humana. O mundo mergulhou em uma pujante crise de caráter sanitário, mas também econômico, político e social. Dardot e Laval (2020) refletem como a pandemia se afigura, atualmente, como uma verdadeira provação para a humanidade,

²³ “Adolescente é morto dentro de Centro Socioeducativo após conflito em Fortaleza”, **Jornal G1**, 24 de março de 2020.

testando as capacidades das atuais organizações políticas e econômicas de lidar com um problema global vinculado à interdependência dos indivíduos, isto é, algo que afeta a vida de todos.

O cenário brasileiro, por sua vez, foi extremamente dramático e crítico. O Governo Federal, liderado pelo conservador Jair Bolsonaro, não foi somente frágil e incipiente nas ações de combate e prevenção ao coronavírus, mas agiu intencionalmente com o objetivo de atrapalhar as ações defendidas por autoridades sanitárias e científicas, mergulhando o país em uma crise sem precedentes nas últimas décadas.

Diante deste difícil cenário, as pessoas privadas de liberdade foram sucessivamente invisibilizadas nos debates públicos sobre saúde coletiva e prevenção à Covid, não obstante estas estejam visivelmente em condições sanitárias mais desfavoráveis, em razão da hiperlotação e de limitações no acesso à água e à uma alimentação adequada²⁴. Unidades de internação para adolescentes e jovens experienciam dimensões comuns a qualquer instituição de privação de liberdade (VINUTO e FRANCO, 2019), além de sofrerem de problemáticas específicas pelo público atendido.

Todo o sistema socioeducativo do estado do Ceará sofreu grandes consequências em razão da pandemia de coronavírus: restrição do direito de visitas familiares, restrição de visitas de inspeção por órgãos judiciais, considerável resistência por parte de operadores do Sistema de Justiça Juvenil quanto às medidas desencarceradoras e um comportamento restritivo por parte do poder executivo estadual quanto à divulgação da realidade vivenciada no interior das unidades de internação.

Outro fenômeno que foi extremamente agravado foi as condições de saúde mental dos adolescentes e jovens internados. Do mesmo modo, os profissionais também padeceram com o aumento dos níveis de sofrimento biopsíquico. Nessa linha de raciocínio, relatório produzido pelo CEDECA Ceará sobre a política de saúde mental em Fortaleza aponta sobre o aumento do número de casos de internos que precisam de atendimento psicológico:

Identificamos um agravamento dos casos de saúde mental dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Podemos articular esse contexto ao cenário pandêmico que afetou milhares de pessoas, incluindo os

²⁴ Este cenário foi confirmado por estudo realizado pela Fiocruz, que aponta que a transmissibilidade em ambientes prisionais é maior do que em ambientes comuns, de modo que é possível estimar que um caso contamine até cerca de 10 pessoas (SANCHEZ et. al, 2020).

familiares dos jovens, além das mudanças ocorridas nas unidades de internação, como a suspensão e/ou redução das atividades coletivas e das visitas de familiares.

[...] Identificamos neste monitoramento uma significativa demanda por atendimento psicológico dos adolescentes em privação de liberdade. Segundo os/ as profissionais, há poucos psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e psiquiátricas na rede. Outro ponto é a concepção reduzida e fragmentada dos equipamentos públicos sobre saúde mental, muitas vezes voltada apenas para o tratamento medicamentoso e psicológico (CEDECA, 2021, p. 31).

Desde o início da pandemia em 2020, até o fim de 2021, haviam sido contabilizados cerca de 275 casos de COVID entre adolescentes, e 732 casos entre profissionais, segundo dados epidemiológicos da Superintendência do Sistema de Atendimento Socioeducativo em seu boletim ao público (SEAS, 2021). Além disso, cinco profissionais do sistema socioeducativo faleceram em razão da enfermidade, dentre eles, um diretor de uma das unidades pesquisadas – o CEPA –, situação que trouxe muitos sentimentos de luto e perda entre os profissionais que atuam no sistema socioeducativo.

Sem dúvida, a pandemia afetou negativamente todo o sistema socioeducativo, mesmo que não igualmente, sendo os mais atingidos os internos. É possível perceber, não obstante, que os aspectos punitivos não foram reduzidos. Do mesmo modo, é possível afirmar que os principais envolvidos na política socioeducativa – internos, familiares e profissionais – não recebem o apoio devido quanto aos impactos da nova enfermidade e do período de crise em que se inserem, de maneira que foi possível perceber um maior nível de estresse e sofrimento psíquico em profissionais e internos.

Refletindo sobre o caráter das ações empreendidas pelo Poder Público durante a pandemia no sistema socioeducativo, o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro – MEPCT/RJ afirma em entrevista que “as ações e decisões adotadas pelas autoridades revelam esforços para gerir a crise e seus efeitos com ênfase mais na manutenção da ordem carcerária do que zelando pela vida de trabalhadores e internos” (GODOI, CAMPELLO e MALLART, 2020, p. 2).

No mesmo sentido, Juliana Vinuto aduz como o estado permanente de suspeição generalizada, por si só influenciado por noções de gênero e raça, “faz com que a prioridade por procedimentos de segurança seja vista como incontornável. No mesmo movimento, qualquer postura tida como socioeducativa é vista como desarrazoada – e isso inclui os cuidados para prevenção de doenças” (VINUTO, 2020, p. 6).

Em pesquisa de doutorado sobre os agentes socioeducativos do Rio de Janeiro, Juliana Vinuto aponta como estes adotam comportamentos intimidatórios com base em ideias conservadoras de masculinidade, de modo que nos centros de internação, locais que possuem condições impróprias de trabalho, o medo é visto como ferramenta cotidiana e preventiva de trabalho (VINUTO, 2019). Nesse sentido, afirma a antropóloga:

Muitos profissionais entendem que causar medo no adolescente internado evita insubordinações dos mesmos, ao mesmo tempo que acreditam que se demonstrarem qualquer sinal de fragilidade deixarão de ser respeitados por adolescentes e colegas de trabalho. Em vista disso, muitos deles se sentem coagidos a performar uma masculinidade agressiva e viril para projetarem uma imagem de coragem a todos a seu redor e, dessa maneira, garantir suas credenciais masculinas e, concomitantemente, sua honra e seu respeito profissionais. (VINUTO, 2020, p. 5)

Em matéria jornalística publicada no jornal Diário do Nordeste²⁵, profissionais narram que não recebem equipamentos individuais de proteção idôneos para a atividade, além de inúmeros problemas no cumprimento dos protocolos de biossegurança para prevenção do coronavírus:

De acordo com uma servidora, que optou por não se identificar temendo represálias, os socioeducadores e as socioeducandas estão com medo, receosos. As adolescentes pedem máscaras e sabem que nós somos quem podemos acabar transmitindo a doença para elas". A colaboradora conta que ao perceber que os próprios socioeducadores não têm equipamento de proteção completo, os jovens percebem que ali mora um grande risco. "A gente entende que é algo mundial, mas nos entristece e nos abala a forma como os funcionários vêm sendo tratados. Dói na alma". Um socioeducador que atua em outra unidade acrescenta que os funcionários não sabem quem testou positivo para Covid-19 e quem não. Ele reclama de omissão por parte da direção do centro e da Superintendência. Conforme o servidor, houve uma situação na qual ele soube durante conversa informal que um colega de trabalho com quem teve contato testou positivo para o novo coronavírus. [...]

Outro técnico corrobora as informações prestadas pelos colegas de trabalho e diz ter "sensação de abandono". De acordo com o técnico, que também pediu para não ter sua identidade revelada, a realidade muda de acordo com o Centro. Em algumas unidades só chegam máscaras de péssima qualidade e álcool em gel que, às vezes, nem é 70%, como indicado. Máscaras? Toucas? Óculos? Isso é coisa que só passa nas redes sociais. A maioria dos profissionais não possui", pontuou. (Diário do Nordeste, 2020).

Os efeitos nefastos da pandemia foram sentidos intensamente nos anos de 2020 e 2021. O medo de pegar uma doença que pode ser fatal foi sentida intensamente pelos profissionais e pelos internos durante meses. Os sentimentos de medo e ansiedade só começaram a ser apaziguados com o surgimento da vacina e o processo de vacinação dos profissionais, internos e familiares, momento em que foi freado os altos índices de contaminações de covid no sistema socioeducativo.

²⁵ "Casos de Covid são confirmados em Centro Socioeducativo", **Jornal Diário do Nordeste**, 2020.

5.5 O CEDECA Ceará e a luta da sociedade civil por direitos humanos no sistema socioeducativo cearense (2006-2022).

Uma etnografia sobre a história recente do sistema socioeducativo cearense tem de passar, necessariamente, pela história de uma importante organização de direitos humanos do estado: o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA Ceará). Fundada em 1994, por iniciativa de um coletivo de militantes dos direitos humanos da cidade de Fortaleza, a ideia era a construção de uma organização da sociedade civil que pudesse atuar com base na estratégia de proteção jurídico-social, que deveria ser implementada por uma entidade de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Daí que surge a ideia de um Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, que seria integrante de uma concepção de Sistema de Garantias de Direitos (SGD), que a partir da década de 1990 ficou bastante difundido em vários estados brasileiros, influenciado notadamente pelo processo de redemocratização do Brasil.

Em 1994 também se dá o surgimento da Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente, a ANCED. Um breve recorte histórico do surgimento da ANCED sintetiza um pouco do espírito que irradiava a partir dos movimentos sociais de defesa dos direitos humanos nesse período:

Fazendo parte da história de mobilização social no Brasil, na década de 80 e 90, estas instituições participavam da nova conjuntura de luta política, concebendo novas estratégias de intervenção e assumindo sua parte de responsabilidade na transformação rumo a uma sociedade democrática, colocando em evidência situações de injustiça, de discriminação, exploração e tortura. Promoveu-se em 08 de outubro de 1994 a institucionalização oficial da Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes – ANCED, substituindo a anterior Rede Nacional dos Centros de Defesa. Com essa institucionalização passou-se a contar com uma nova instância de abrangência nacional de intervenção que, sem substituir a atuação de cada um dos Centros em seus respectivos locais, os fortalece e potencializa. A existência da ANCED viabiliza também, do ponto de vista estratégico, as representações desses Centros junto aos demais atores nacionais de proteção e defesa de direitos (ANCED, 2022, online).

Diante do retorno à democracia que o país vivenciava durante a década de 1990, logo em seguida ao fim da Ditadura Militar, o CEDECA se integra a um conjunto de organizações não governamentais de perfil bem crítico, atuante no meio comunitário e popular de Fortaleza. Pautado nas concepções de educação popular de Paulo Freire, a instituição sempre se valeu da mobilização social popular como um instrumento de transformação. Ainda na década de

1990, a organização se filia a Associação Brasileira de ONGs que trabalham na defesa e promoção dos direitos e bens comuns, a Abong.

Durante seus anos iniciais, a organização se destacou pela militância em torno de movimentos sociais e coletivos de bairros pobres de Fortaleza que se notabilizaram pela luta por melhores condições de vida nas periferias, sobretudo cobrando o direito à educação – criação de creches e escolas para as crianças das comunidades pobres, uma vez que nos anos 1990 era um problema endêmico a falta de vagas – e o fim do extermínio da juventude cearense. A partir do ano de 2006, o CEDECA se inclina para a atuação junto ao sistema socioeducativo, inspirado também por um trabalho comunitário realizado pela Pastoral do Menor com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Junto com outras organizações e militantes, inicia-se o processo de monitoramento do sistema socioeducativo, que viria a ser um longo registro de pesquisa sobre os centros educacionais em que adolescentes cumpriam as medidas socioeducativas de internação, que ocorreram de modo trienal: relatórios lançados nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017.

Minha história cruza com a do CEDECA especificamente no segundo semestre de 2015, em razão da minha graduação em Direito. Como eu estava no Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária (NAJUC) – projeto de extensão da Faculdade Direito da UFC que se orienta pelos princípios da Assessoria Jurídica Popular (AJP) –, todos os estudantes sempre mencionaram com muito respeito e admiração a equipe e o trabalho realizado pelo CEDECA, de modo que o estágio na organização era um dos mais desejados pelos estudantes mais à esquerda. De repente, abre uma vaga para estagiário de Direito, a vaga que eu ansiava. Um pouco inseguro, tentei a seleção, achando que não ia conseguir. Após duas fases (de análise curricular e entrevista) de um concorrido processo seletivo, passei para ser Estagiário de Direito, para trabalhar com a equipe jurídica que se formava para atuar somente com a temática do sistema socioeducativo cearense.

Com apenas 21 anos de idade, adentrei em uma importante equipe que realizava seguidas visitas de inspeção à unidades de privação de liberdade da cidade de Fortaleza, acompanhados muitas vezes da Defensoria Pública do Ceará e de outros organismos regionais de Direitos Humanos (como o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos). A equipe contava com um assessor jurídico e duas assessoras jurídicas, cargo que futuramente eu viria a ocupar também.

Entre outubro de 2015 e o fim do ano de 2016, pude testemunhar o que eu considero como o período mais agudo do que foi a *crise humanitária* que o sistema socioeducativo cearense vivenciou. Durante esses meses, o CEDECA Ceará realizava seguidas visitas de inspeção às Unidades de Internação de Fortaleza. A primeira que eu conheci foi o Centro Socioeducativo Canindezinho, uma unidade recém-construída nos moldes arquitetônicos preconizados pelo SINASE, com aspectos estéticos e estruturais diversos aos tradicionais prédios em formato de presídios.

Nessa época, o CEDECA já acumulava anos de incidência política de denúncias contra o sistema socioeducativo cearense. Em fevereiro de 2009, a organização havia impetrado uma Ação Civil Pública contra o Governo do Estado do Ceará, pedindo uma série de determinações judiciais que pudessem cessar um estado de permanente violação contra os adolescentes e jovens privados de liberdade, tais como: o fim da tranca (uso de isolamento compulsório de internos como forma de tortura), que não pudessem ser admitida a situação da hiperlotação (solicitava-se a aplicação do princípio *numerus clausus*), que fossem fornecidos medicamentos e atendimentos em saúde aos internos enfermos, a possibilidade de visitas íntimas, as reformas nas estruturas das unidades, que eram hegemonicamente precárias e insalubres, etc.

Diante da morosidade do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em julgar o caso – que só seria definitivamente julgado em primeira instância cerca de dez anos depois, no ano de 2019 –, em março de 2015, o CEDECA Ceará ingressou com denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), pedindo a imposição de medidas cautelares contra o Estado Brasileiro, pois o alto número de denúncias de torturas contra os internos, cumulado com o contexto de sucessivas rebeliões nas unidades, indicava que a permanência dos adolescentes e jovens nas unidades de internação significava um verdadeiro risco às suas vidas. Era necessário que o Estado fizesse algo para cessar isso, mas ele mesmo era o autor dos crimes cometidos contra os internos.

No dia 31 de dezembro de 2015, a CIDH realizou julgamento extraordinário do caso, aplicando as Medidas Cautelares 60-15 contra o Estado Brasileiro, situação pouco vista até então, mas que havia ocorrido em virtude do nível de gravidade da crise humanitária vivenciada pelas unidades de internação. O caso foi chamado pela CIDH de “*mil adolescentes*

privados de liberdade no Ceará vs. Brasil”, futuramente o caso seria conhecido também por seu número: 14.040 – Mil adolescentes privados de liberdade vs. Brasil.

O final do ano de 2015 e o início do ano de 2016 foi um período bastante conturbado e intenso. O Centro Socioeducativo Dom Bosco foi desativado em novembro de 2015, em razão de uma grande rebelião seguida de fuga de internos. Incendiada, a unidade não conseguia mais custodiar os internos. Com isso, muitos internos foram transferidos para um antigo Presídio Militar, localizado em um complexo penitenciário da cidade de Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza²⁶.

Em razão do contexto caótico que era vivido nas unidades socioeducativas, o CEDECA acabou por realizar sucessivas visitas de inspeção a todos os centros, todas realizadas em janeiro de 2016 e que deu origem a um impactante relatório lançado em março de 2016. Um dos relatos mais impactantes é sobre as condições vividas no Presídio Militar de Aquiraz, que abrigava os adolescentes que tinham vivido a rebelião e o incêndio ao Dom Bosco:

A primeira visita do Fórum DCA ocorreu no dia 21 de janeiro de 2016 e teve o caráter de inspeção de rotina. A segunda inspeção ocorreu no dia 29 de janeiro de 2016, após denúncia de grave motim realizado no dia 27 de janeiro de 2016 no local. Registre-se que após esta última visita, cerca de uma hora depois, ocorreu grave rebelião acompanhada de incêndio na Unidade, ocasionando o ferimento de socioeducandos e de um agente policial. Neste episódio, o diretor da Unidade foi feito refém por socioeducandos por alguns minutos. No dia 03 de fevereiro de 2016, ocorreu novo episódio de rebelião que destruiu a Unidade por completo e gerou a transferência imediata de seus 41 (quarenta e um) internos para o Centro Educacional Patativa do Assaré. (FÓRUM DCA, 2016, p. 4).

As fotos e relatos da visita dão conta de um ambiente completamente desumano. Em virtude das chuvas, o local estava completamente alagado e sujo. Junto com muitos restos de comida, o local exalava um odor fétido muito forte. Sem colchões, os adolescentes dormiam amontoados, em áreas sujas, como próximos aos banheiros. O clima de revolta e tensão perpassa toda a unidade. O clima de tensão é narrado também no relatório:

No dia 29 de janeiro de 2016, os representantes do Fórum DCA foram recebidos por um socioeducador de nome “Adriano”, que na oportunidade estava muito exaltado e afirmando que não atenderia os adolescentes da Unidade naquele dia, tendo em vista o fato de quatro socioeducadores terem sido agredidos em motim realizado no dia 27 de janeiro de 2016.

[...]

²⁶ Atualmente, o local é a Unidade Prisional Irmã Imelda, um presídio destinado às pessoas GBT (gays, bissexuais e transexuais), pessoas idosas, pessoas com deficiência e presos por crimes de violência doméstica.

Os representantes do Fórum DCA, nas duas inspeções realizadas, constataram graves irregularidades no que tange à infraestrutura, às condições sanitárias e à oferta de insumos básicos e kit higiênico aos adolescentes em cumprimento de medida de internação no Presídio Militar de Aquiraz. Todos os dormitórios inspecionados na Unidade apresentavam aspecto insalubre, com demasiada sujeira, infiltrações, ventilação inadequada, presença de mosquitos, alagamento e odor fétido. As áreas comuns e os corredores em frente aos dormitórios também apresentavam aspecto insalubre, com presença de restos de comida, poças de água e mosquitos, baratas e outros insetos. Como se não bastasse, observou-se também a queixa recorrente de que os sanitários dos dormitórios inspecionados estavam obstruídos. Ressalte-se que, em razão da ausência de colchões, vários adolescentes alegaram ser recorrente o fato de dormirem no chão, inclusive próximos aos banheiros. Os corredores e as áreas comuns, do mesmo modo, estavam com muita sujeira, água empoeada, restos de comida, pedaços de colchões e mosquitos. Os adolescentes declararam ser comum observar ratos e cobras nesses espaços. Outro aspecto preocupante da infraestrutura observado no dia 21 de janeiro de 2016 diz respeito ao arranjo utilizado para levar iluminação até os dormitórios, que fazia com que houvesse vários fios, inclusive descascados, em contato com a água e com as grades das celas, com a possibilidade iminente de acidente elétrico. Constatou-se em todos os dormitórios inspecionados da Unidade a insuficiência ou mesmo a ausência de insumos básicos e kits higiênicos, tais como colchões, lençóis, toalhas, colheres, copos, escovas de dente, calçados, shampoos e sabonetes. Em face dessa carência generalizada, os adolescentes são obrigados a revezarem a utilização de insumos e materiais higiênicos eventualmente existentes nos dormitórios, o que potencializa a disseminação de doenças dermatológicas e até enfermidades de maior gravidade. No dia 21 de janeiro de 2016, foram identificados pelo menos doze adolescentes sem colchão. Os adolescentes também se queixaram que estavam há dias com uma única muda de roupa. (FÓRUM DCA, 2016, p. 5-6).

A pressão sob o Governo do Estado do Ceará por mudanças no sistema socioeducativo era enorme, sobretudo entre o final do ano de 2015 e o início de 2016. De modo semanal saíam notícias drásticas e graves sobre as unidades de internação: fugas, rebeliões, torturas, insalubridade, medo e tensão. Em razão das Medidas Cautelares impostas pela CIDH, o Governo do Estado do Ceará, por meio do Governador Camilo Santana, manifestou-se sobre a situação e comprometeu-se em tentar mudar o cenário. Em razão disso, foi lançado em 2016 o documento chamado de “Sistema socioeducativo: perspectivas e possibilidades para um novo modelo de gestão”. No documento, o governo cearense se compromete a lançar uma nova forma de gerir as unidades, de modo a controlar o período de crise. Daí surge a criação da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS). Acredito que as palavras proferidas pelo Governador no documento sintetizam a posição política adotada:

Com o início da atual gestão, no ano de 2015, deparamo-nos com uma série de desafios, notadamente os relacionados à área da segurança pública, porquanto os índices de violência no Estado eram considerados alarmantes naquele momento. Aliado a isto, o Sistema de Atendimento Socioeducativo no Estado do Ceará passava por um período de crise substancial, marcada principalmente por uma série de fugas e rebeliões nas unidades de atendimento do Estado, demandando, por via de consequência, a adoção de uma série de ações voltadas para o reordenamento,

estruturação e consolidação de políticas públicas em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Em vista disso, ainda no ano de 2015 foi lançado pelo Governo do Estado do Ceará “O Pacto por um Ceará Pacífico”, que representa o compromisso de ampliar esforços e recursos, estimulando a integração das ações, favorecendo a intersetorialidade, a transversalidade e o aperfeiçoamento da atuação articulada e concatenada dos órgãos governamentais. [...] Dessa forma, a reestruturação e o reordenamento do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo figura como um dos programas do Pacto por um Ceará Pacífico, e contou com a articulação de órgãos dos poderes das mais diversas esferas, bem como com o apoio de organizações nacionais e internacionais, a exemplo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da organização sem fins lucrativos Terre Des Hommes.

Como fruto dessas discussões, em 30 de junho de 2016 foi criada a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS). Conjuntamente à Superintendência, também foram criadas a Comissão Intersetorial do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo e a Comissão Estadual responsável pela condução dos trabalhos de elaboração do Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo, com conseqüência do entendimento de que a intersetorialidade e a interdisciplinaridade são pressupostos fundamentais para a construção do novo modelo pretendido. Sabemos que os desafios são incomensuráveis, e que o caminho a percorrer ainda é longo, mas acreditamos que com o compromisso e colaboração de todos os atores, governamentais e não governamentais, que atuam no Sistema de Atendimento Socioeducativo e na defesa e proteção dos direitos dos adolescentes, é possível construir um novo horizonte e novas perspectivas para o Atendimento Socioeducativo no Estado do Ceará, fundados nos conceitos de cidadania e dignidade, para que com isso possamos conceber um verdadeiro processo de reinserção social para esses adolescentes.

Camilo Sobreira de Santana, Governador do Estado do Ceará (SEAS, 2016).

Hoje, quase seis anos depois da criação da SEAS, é possível perceber grandes avanços quanto à política de atendimento socioeducativo. Hoje, as unidades vivem dias menos conturbados. Com o fim da superlotação a partir do ano de 2017 e a contratação massiva de agentes socioeducadores para trabalharem nas unidades, os conflitos foram diminuindo paulatinamente, até que em 2020 não tenha sido registrado nenhum episódio de rebelião nas unidades de Fortaleza. Realidade bem diversa do que a presente nos anos de 2015 e 2016, que registraram juntos mais de cem rebeliões.

Neste momento, mais que realizar uma avaliação sobre as mudanças institucionais ocorridas com a criação da SEAS, o meu intuito é narrar e registrar como as transformações na política de atendimento socioeducativo foram fruto de intensa mobilização política em prol dos direitos humanos dos adolescentes e jovens privados de liberdade. Sucessivas denúncias na imprensa, a busca por justiça em uma Corte Internacional, o apoio às famílias dos adolescentes, a construção dos relatórios em visitas tensas e adversas. Esse amplo campo de atuação foi, em grande medida, responsável pelas transformações que ocorreram.

5.5.1 Histórias de amor e de luta: o Grupo de Mães na luta por dignidade e justiça para seus filhos.

O Grupo de Mães e Familiares é uma iniciativa autônoma de auto-organização de familiares que tiveram seus filhos ou familiares privados de liberdade no sistema socioeducativo cearense, que conta com o apoio histórico do CEDECA. Em dias de visita, é fácil a construção de bons vínculos entre as mulheres que estão ali presentes para visitar seus entes queridos. Embora elas sejam bem plurais em suas histórias de vida, todas passaram por situações similares ao longo da vida, como a preocupação com um familiar – normalmente, um filho – que está sucessivamente mudando seu comportamento e, de repente, surge a desagradável notícia que seu familiar foi preso.

Todas as apreensões em flagrante de adolescentes acusados de atos infracionais em Fortaleza ocorrem no complexo para a Infância e Juventude²⁷, onde se localiza a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) e a 5ª Vara da Infância e Juventude, responsável pela decretação ou não das internações provisórias em audiências de apresentação. Passei longas tardes nesse espaço. O local exala aquele sentimento de preocupação, tem um clima de tensão oriundo das apreensões em flagrante. Com isso, muitas mães acabam criando vínculos de solidariedade e cumplicidade ali naquele espaço.

A partir dessas trocas que ocorriam naturalmente, em 2013 o CEDECA começa a impulsionar este movimento e um coletivo de mães e familiares se constitui enquanto um movimento social que se mobiliza por direitos e dignidade no sistema socioeducativo. Dillyane Ribeiro realizou pesquisa de mestrado sobre o grupo de mães, reconstruindo as narrativas biográficas de três mulheres integrantes do grupo, que tinham tido seus filhos internados. A partir das experiências de vida dessas mulheres, Ribeiro aponta como se constrói uma rede de apoio mútuo, mas que se posiciona politicamente contra as políticas de morte praticadas pelo Estado:

Portanto, a convergência para uma existência coletiva surge a partir das necessidades práticas frente a violência do encarceramento de seus filhos: denunciá-la, ter acesso às autoridades e compartilhar informações sobre o que estava acontecendo nas unidades. Ao longo da vivência coletiva, fazem do grupo um espaço de gestão do luto. O WhatsApp permite a ampliação da presença do grupo no cotidiano das mulheres com dificuldade de locomoção devido ao trabalho doméstico e/ou emprego. Isso ocorre sem a necessidade de narrar a violência repetidamente, pois existem lugares de enunciação e vivência comuns. Em um movimento complexo de

²⁷ Atualmente, o antigo Complexo “Justiça Já” se chama de Núcleo de Atendimento Integrado (NAI).

aproximação e distanciamento, a dor é gerida. Ou seja, às vezes é necessário afastar-se para não “contaminar-se” da violência que gerou sua própria constituição, até que se esteja pronta para voltar outra vez e lidar com sua dor e a dos outros. O grupo também se presta a administrar o cansaço diante das condições opressivas de exercício dessas maternidades, atualizando a ordem de gênero da maternidade. A existência coletiva transforma a presença das mães nas unidades de internação. Ao tempo que se tornam vigilantes das condições de existência nestes centros, pontes entre o interior e o exterior, não só das demandas dos seus filhos como as dos demais adolescentes, são perseguidas, intimidadas, levadas ao cansaço. No contexto das unidades, a opção é sempre mais complexa do que silenciar ou falar. Trata-se de calcular o que falar e para quem. O grupo também promove o domínio dos mecanismos de documentação do Estado em campos disciplinares. Neste sentido, saber que determinados documentos são obrigatórios, reclamar o acesso aos mesmos e identificar que não obedecem aos ritos dos próprios campos disciplinares, permite uma intervenção no sentido de limitar a ação do Estado através da revelação de suas próprias contradições, especialmente na busca de instâncias externas às “instituições totais”. (RIBEIRO, 2020, p. 263).

Por sua vez, Ingrid Lorena Leite e Camila Holanda Marinho (2020) também teceram importantes considerações sobre o grupo de mães e familiares do socioeducativo, por meio de uma pesquisa sociológica sobre uma rede de Familiares de Vítimas da Violência do Estado. Para as sociólogas, existe “uma teia de emoções e motivações associadas à ideia de luta por reconhecimento, memória e amor” que perpassam as lutas do coletivo de mães:

Já o Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo foi criado em 2013 para reunir mães e familiares de jovens que cumprem medida socioeducativa. Esse grupo também recebeu o apoio do CEDECA, instituição que acompanha juridicamente os casos e denúncias de torturas, maus tratos e homicídios ocorridos dentro dos centros educacionais de internação. A inclusão da pauta do sistema prisional ocorreu em 2018, na esteira de uma percepção das mães: quando seus filhos saíam dos centros educacionais não encontravam políticas eficazes para os egressos do sistema; com isso, eles poderiam se envolver com práticas criminosas e logo ingressaram no Sistema Prisional. Dessa forma, os grupos decidiram incluir a pauta do desencarceramento dos jovens, sobretudo negros, pois afirmavam que não havia políticas públicas que interrompessem a lógica do cárcere de jovens negros, pobres e residentes da periferia. [...] Uma dimensão que não estava propriamente ausente, mas que ganha destaque nesses tempos, especialmente por intermédio de “narrativas maternas” que ganham visibilidade nas denúncias e nos atos de violência contra seus filhos, assim como produzem força por meio de seus relatos sobre a dor e a indignação ao saberem que seus filhos são vítimas de múltiplas ações violentas. É nesse contexto que o processo de organização das mães se sedimenta em campos de disputas, de lutas, de emoções, de laços de solidariedade e acolhida. (LEITE e MARINHO, 2020, p. 354).

O Grupo de Mães é um coletivo articulado por muitas vozes e muitas histórias. Dentre tantas, gostaria de destacar uma em especial, momento que este grupo de mulheres ousou enfrentar o Estado na busca por justiça. Falo da entrega do “Troféu Tortura” ao então Secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social, Josbertini Clementino, no final de 2015. O titular da pasta iria receber um prêmio como um dos melhores secretários daquele ano na Assembleia Legislativa, mesmo diante da proliferação dos casos de tortura contra

adolescentes nas unidades de internação de Fortaleza. Indignadas, as mães construíram um “Troféu Tortura” para entregar no início da solenidade ao então Secretário, como forma de protesto à conivência com o que esses crimes eram cometidos e nada acontecia. Por meio de uma encenação que retratava a realidade cruel a que eram submetidos os adolescentes nas unidades e a violência policial praticada contra eles.

Ingrid Leite (2018) reflete sobre a guerra de significados que perpassa a concepção do que é ser uma mãe, bem como a utilização da maternidade como um unificador moral do coletivo. Em nome do amor que se possui pelo filho amado, motiva-se uma luta que é inerente à sua vida e ao seu amor materno:

Discursos, práticas, construção de narrativas e experiências formam e legitimam as “mães de luta”. Entretanto, esse termo reforça uma normalização para as mães. Aqui, as ideias de cuidado, amor incondicional ao filho, a luta por justiça e por direitos, o amor de mãe são elementos importantes para as mulheres que fazem parte do grupo⁷². “Em nome do amor que sinto pelo meu filho tô na luta”, “é meu direito de mãe lutar por ele”, essas afirmações destacadas pelas interlocutoras da pesquisa apontam para um conjunto de condicionantes que envolvem e materializam as “mães de luta” (LEITE, 2018, p. 106).

Além de lutar por suas histórias, o Grupo de Mães tem lutado pela história de seus filhos e familiares também. A história recente do sistema socioeducativo perpassa centenas de familiares que lutam por melhores condições nas unidades. Esta luta se expressa na porta da unidade, quando uma mãe sobe à sala da direção para perguntar: “quem bateu no meu filho? ele tá aqui para pagar o que fez, não é pra sofrer na mão de ninguém!”. A luta se expressa nas famílias que percorrem centenas de quilômetros para visitar seus filhos em dias de visita: “eu nunca vou abandonar meu filho”. O amor e as conexões familiares têm sido, portanto, um importante vetor de sociabilidades e disputas políticas no sistema socioeducativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA AVALIAÇÃO – O QUE SE NARRA E O QUE SE VIVE NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS DE FORTALEZA

Histórias, vozes, olhares, sentidos e sentimentos. Fragmentos de muitas vivências, histórias de muitas vidas. Agora é preciso buscar algum sentido a tudo o que foi narrado, extrair uma interpretação possível. Ao olhar tudo o que vivi junto ao sistema socioeducativo, posso afirmar que a maioria das histórias que perpassam às unidades de internação são marcadas por vivências que alternam entre a beleza do amor e o horror da violência. É a beleza do amor presente em tantas mães e avós que entregam tanto de si para tentar construir um futuro melhor para o filho que se encontra encarcerado; mas também é a dor da injustiça, quando um jovem é assassinado dentro das unidades de internação.

Durante todo o processo da pesquisa de campo, busquei captar dos meus interlocutores o que significava para as suas vidas a experiência que haviam tido com o sistema socioeducativo. Majoritariamente, as respostas eram de que tinha sido uma experiência muito marcante e radical. *“Eu tenho uma ansiedade que ainda carrego um pouco em mim”*, me disse uma profissional que trabalhou em períodos de crise no sistema socioeducativo, que me contou que em razão de ser uma mulher negra e periférica, tinha o sonho de ver aqueles adolescentes com que ela trabalhava em uma situação melhor fora do cárcere: ao lado de suas famílias, em momentos alegres e explorando suas potencialidades humanas de forma positiva e feliz.

Durante esta entrevista em específico, me vi tocado por suas palavras narrando os momentos duros e angustiantes que viveu, de modo que conclui o encontro pedindo que pudesse me narrar algum evento que tenha sido marcante, de modo positivo, para ela. Um momento feliz vivido na unidade. Assim, ela narrou um episódio que vivenciou em uma virada de ano, quando um outro agente socioeducador bastante religioso pediu para que todos no bloco – agentes e os adolescentes – pudessem fazer uma celebração religiosa ecumênica, pois mesmo em um ambiente indesejado e hostil, a fé deveria prevalecer naquele momento, junto com o sentimento de gratidão por mais um ano de vida. O momento foi tão emocionante que todos os internos choravam intensamente, muitos com saudade de suas famílias.

Ao mesmo tempo, em algumas entrevistas, determinadas perguntas tiveram respostas mais curtas, mas que a própria entonação da voz era capaz de transmitir uma mensagem muito direta, como quem diz num lamento que não deseja mais viver algo dessa natureza que é a

privação de liberdade: “*não quero isso mais pra minha vida nunca mais*”, me disse um jovem que havia cumprido medida de internação no Dom Bosco e em outras unidades de internação provisória.

Consigo visualizar, ainda no âmbito da pesquisa avaliativa realizada, que todas as três unidades pesquisadas possuem, de fato, uma história de vida, possuem suas trajetórias institucionais próprias (GUSSI, 2008). Não é uma linha do tempo perene, que caminha na mesma direção sucessivamente. Ao contrário, é uma história intensa e com muitas facetas, de maneira que é possível ser visualizada por muitos ângulos e perspectivas. Muitos são os personagens, e as histórias são contadas em muitas versões. Deste modo, avaliar situações dessa natureza só poderia ser feito a partir de uma perspectiva bastante multirreferencial e multidimensional, como sustenta a avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008, 2011), com ênfase nas trajetórias institucionais das unidades pesquisadas (GUSSI, 2008, 2014).

Nesse sentido, busco captar os movimentos do sistema socioeducativo não em tempo real, mas a partir de sua própria historicidade, através de seus próprios eventos e discursos que o permeiam. O fato de poder ter observado o funcionamento das unidades em tempo real também traz importantes contribuições para a pesquisa sob abordagem antropológica (GUSSI, 2014; OLIVEIRA, GUSSI, 2016). As dinâmicas institucionais de uma unidade só conseguem ser captadas a partir de sua vivência interna, buscando coletar aquilo que apenas os sentidos do pesquisador-avaliador conseguem transmitir com a experiência do programa (LEJANO, 2012), tais como: o clima tenso que revela rivalidades e sentimentos de injustiça; rostos cansados de profissionais que são obrigados a trabalhar em condições precárias de labor, com longas jornadas e injustas remunerações; adolescentes trancafiados que falam com tamanha intensidade sobre o que vivem que transmitem a ideia de que existe ali uma grande demanda por fala, que ali seria um local que eles não seriam devidamente ouvidos. Todas essas imagens e sons dizem muito sobre o sistema socioeducativo e como ele é vivenciado por seus sujeitos diariamente.

Nas entrevistas, busquei abordar em algum momento como o funcionamento do sistema socioeducativo era visto pelo entrevistado. Em todas as respostas, havia uma certa tensão ao falar do tema. Simultaneamente, também eram apresentados apontamentos de que o surgimento das facções nas unidades foi um evento muito drástico na realidade das unidades. Uma ex-agente socioeducadora disse: “*Foi horrível, eu fui obrigada a ver coisas horríveis*

naquela unidade. Rivalidades sem sentido, era comum ver casos de adolescentes que eram amigos de infância que se tornaram inimigos”.

A rotina das unidades muda, se transforma. Quando iniciei minhas incursões em unidades de internação, logo percebi que existia uma rígida regra entre os internos – que deveria ser respeitada também por todos os profissionais – que era de implacável respeito por todas as visitas familiares que chegavam em dias de visita. O dia de visita é sagrado, respeito máximo. Regra básica na ética do *proceder* (FELTRAN, 2018). Logo, muitos internos quando conversavam comigo e precisavam tratar do assunto dos familiares de outros internos, sempre falavam no diminutivo, como forma de respeito: “as *visitinhas* do rapaz da outra ala, com todo respeito”.

Tal cenário sofreu fortes abalos com a chegada das facções criminosas, em virtude, notadamente, do clima de rivalidade de facções criminosas rivais. Unidades que são localizadas em áreas de dominação de alguma facção acabam se tornando um grave risco às vidas dos familiares que são obrigadas a se deslocar em dias de visita. Ouvi reiteradas vezes de profissionais e familiares sobre tensos dias de visita, pois o encontro era realizado de modo coletivo, deixando brechas de segurança para ataques contra à vida de internos por razão das facções. Eventos que antigamente eram permeados de respeito, cuidado e significados de afeto e cuidado, se transformaram em momentos tensos e de risco.

“Nunca mais fui o mesmo”: o sistema socioeducativo é sempre visto por meus interlocutores como um evento muito marcante em suas trajetórias de vida: para os egressos, algo que se apresenta como traumático, que desejam que vire algo de um passado remoto; para os profissionais, é motivo de esperanças, vocação, mas também angústias e outros sentimentos negativos (“*eu sempre quis trabalhar com jovens*”; “*até hoje eu tenho uma ansiedade do tempo que eu trabalhei no socioeducativo*”); para as famílias, é um momento de bastante adversidade, em virtude de ver um ente amado ser submetido a um ambiente tão hostil e violento.

As trajetórias das unidades demonstram como estas possuem histórias mutantes e dinâmicas, transformando-se sucessivamente em um movimento ininterrupto – isto é, a mudança é a regra. Adolescentes constroem regras internas de sociabilidades, as quais são hegemonicamente influenciadas pelas éticas do mundo do crime que se constitui como um

marco discursivo para os internos (MALLART, 2014; FELTRAN, 2008), sobretudo após a chegada das facções criminosas nas unidades socioeducativas de Fortaleza.

Ao observar as dimensões avaliativas apresentadas, é possível perceber fragmentos das transformações incessantes que o sistema socioeducativo cearense tem passado nos últimos anos, com destaque para a criação da SEAS e para as transformações ocorridas em razão da atuação das facções criminosas no interior das unidades. A pesquisa não busca compreender as transformações empreendidas pela SEAS e a implementação do novo modelo de gestão (FRANCO, 2021), mas teve o objetivo de narrar as transformações ocorridas por meio das cobranças realizadas pela sociedade civil cearense, com destaque, portanto, ao trabalho de monitoramento do sistema socioeducativo realizado pelo CEDECA Ceará, pelo Fórum DCA Ceará e pelo Coletivo Vozes de Familiares do Sistema Socioeducativo (conhecido historicamente como o “grupo de mães do socioeducativo”).

Preciso destacar, ainda, que muitos interlocutores narram a criação da SEAS, ocorrida no ano de 2016, como um vetor de importantes transformações no sistema socioeducativo, trazendo importantes mudanças: a realização de seleções públicas para novos profissionais para trabalharem nas unidades socioeducativas, o que democratizou o acesso a estas modalidades de carreiras; o investimento em novos na redução dos conflitos internos das unidades, acarretando em condições mais dignas de funcionamento para as unidades.

Chegando ao fim deste trabalho, compreendo que ele acabou tomando uma forma de relato autobiográfico também, narrando acontecimentos da minha vida. Com meus interlocutores, sempre busquei construir uma relação de proximidade e transparência. Tinha o intuito que todos pudessem conhecer um pouco da minha história de vida, já que eles deixariam grande parte de suas histórias ali comigo, em uma simples conversa. A ideia do encontro era simples: conversar sobre a vida.

Uma de minhas paixões pessoais é ouvir e contar histórias e, desde criança, acabei cultivando certo apreço afetivo por livros e por histórias. Dentre meus livros favoritos, está o chamado *Memórias de um Sobrevivente*, relato autobiográfico de Luis Alberto Mendes (2009), que passou mais de trinta anos preso entre antigos reformatórios dos juizados de menores e prisões paulistas. Na obra, o escritor diz uma frase que inspirou bastante a etnografia: “*sou de opinião que os fatos, a vida, falam por si mesmos e não carecem de explicações, e sim, e tão somente, de narração acurada*” (MENDES, 2009, p. 410). Concordo

com o sobrevivente Luiz Alberto Mendes, de maneira que narrar as trajetórias de vida que perpassam o sistema socioeducativo acabou se tornando, afinal, o grande propósito da pesquisa.

A partir de então, acredito que a minha vida e a de meus personagens se cruzaram. Daí, sempre enxerguei um pouco da minha vida também na fala das pessoas que eu entrevistava. Nas falas das mães sobre seus filhos (e vice-versa), sempre vi um pouco do amor que minha mãe possui por mim e o que eu sinto por ela. Ao ver a fala rebelde dos adolescentes, me encontrava em meu jeito contestador, e por aí vai.

Esta avaliação, portanto, nunca teve o objetivo de atribuir um valor ao sistema socioeducativo, não se trata se ele é bom ou ruim. Não sei se ele – o sistema socioeducativo – é algo realmente necessário, importante ou é apenas um multiplicador de mais histórias de sofrimento de jovens e adultos que passam por lá. O intuito da pesquisa foi apenas contar as histórias presentes nessas unidades, dando uma interpretação sistemática ao que foi vivido, visto e ouvido.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALVAREZ, Marcos César; LOURENÇO, Luiz Cláudio; SANTOS, Mariana Chies. Jovens internados em São Paulo (1934-1950): notas para uma análise genealógica das instituições disciplinares e de controle social. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 175–199, 2021.
- ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou Como tratar Desigualmente os Desiguais. **Revista Dados**. v. 45, n.4, p. 677-704, Rio de Janeiro, 2002.
- AMORIM, Carlos. **CV-PCC: a irmandade do crime**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARAÚJO, Francimara Carneiro. “Juventude rebelada”: uma análise sobre o cárcere juvenil no Ceará. **42ª Encontro da ANPOCS**, 2019.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 7-9, São Paulo, 2003.
- AZEVEDO, Cinthya Rebecca Santos; AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. Adolescência e ato infracional: violência institucional e subjetividade em foco. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 579-594, 2017.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- BARBOSA, Mariana Reis. **Violência de Estado: dos discursos sociais às leituras individuais**. (Tese de doutorado). Universidade do Minho, Portugal, 2014.
- BOULLOSA, Rosana de Freitas; OLIVEIRA, Breyner Ricardo; ARAÚJO, Edigilson Tavares de; GUSSI, Alcides Fernando. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, n. 10 (1), 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmicas da pesquisa em Ciências Sociais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando uma vida é passível de luta?** Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.
- BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “O mal-estar da ética na antropologia prática”. In: VÍCTORA, Ceres et al. (orgs.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: ABA; EdUFF. p. 21-32, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Direitos legais e direitos efetivos: crianças, adolescentes e cidadania no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2007.

CARVALHO, Salo de. **Nas trincheiras de uma política criminal com derramamento de sangue: depoimento sobre os danos diretos e colaterais. Entre garantias de direitos e práticas libertárias**. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2013.

CEDECA, Ceará. **A política de saúde mental para crianças e adolescentes em Fortaleza**. 2021.

CRUZ, Danielle Maia. Enfoques contra-hegemônicos e pesquisa qualitativa: desafios da avaliação em profundidade em políticas públicas. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 1, n. 15, p. 160-173, jan./jun. 2019.

DANTAS, Lilianne Moreira. **Eu tô aqui pra que? Será que é pra aprender?: uma análise sobre o que se ensina e se aprende nas salas de aula do Centro Educacional Dom Bosco**. 2012. 136f. TCC (Especialização) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização, Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para professores do Sistema Prisional, Fortaleza (CE), 2012.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Educação & Sociedade**. v. 28, n. 100, pp. 1105-1128. 2007,

DÍAZ, Esther. **A Filosofia de Michel Foucault**. Tradução de César Candioto. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. “A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas”. **A política pública como campo multidisciplinar**. Organizado por Eduardo Marques e Carlos Aurélio Pimenta de Faria. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. In. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. vol. 20, n. 59, pp. 97-110, 2005.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: uma história do PCC**. Editora Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. São Paulo: Editora Pioneiro, 1960.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas ciências sociais. **Revista Mediações**. Londrina, v. 2, n. 1, pp. 47-56, janeiro/junho, 1997.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Revista Teoria e Cultura (Revista do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF)**. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, jan/fev, 2008.

FÓRUM DCA, **Monitoramento do Sistema Socioeducativo em Meio Fechado: diagnóstico da privação de liberdade de adolescentes no Ceará**, 2011.

FÓRUM DCA, **Relatório de Inspeções: unidades de internação no sistema socioeducativo do Ceará** (janeiro/fevereiro), 2016.

FÓRUM DCA, **Relatório de Inspeções: unidades de internação no sistema socioeducativo do Ceará** (abril/maio), 2016.

FÓRUM DCA, **4º Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo em Meio Fechado: meio fechado, meio aberto e sistema de justiça juvenil**, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 2. Ed. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e tradução de Roberto Machado. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramallete. 35 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FRANCO, Cássio Silveira. **Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará: perspectivas e possibilidades de um novo modelo de gestão**. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2021) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Joscelyne. 14. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. Ed. 13. Reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GROS, Denise. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Tese de Doutorado, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 2003.

GROS, Denise. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na Nova República. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, n. 54, São Paulo, 2004.

GONÇALVES, Alcília Ferreira. "Políticas públicas, etnografia e a construção dos Indicadores socioculturais". **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, n. 1(1), pp. 17-27, jan/jun., 2008.

GONÇALVES, Marco Antônio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 19-42, 2012.

GODOI, Rafael. CAMPELLO, Ricardo; MALLART, Fábio. O colapso é o ponto de partida: Entrevista com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro

sobre prisões e a Covid-19. **Revista Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia**, p. 1-15, 2020.

GUSSI, Alcides Fernando. OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. “Discutindo paradigmas contra hegemônicos de avaliação de políticas públicas”. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS**, n. 1, 2015, Brasília. Anais do Encontro, Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015.

GUSSI, Alcides Fernando. Políticas Públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 29-37, jan./jun. 2008.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. (Coleção Antropologia).

LAISNER, Regina Claudia *et al.* O reconhecimento a partir da diferença: olhares interseccionais para a construção de ferramentas de avaliação de políticas públicas. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, 2021.

LAVAL, Christian. DARDOT, Pierre. A prova política da pandemia. **Blog da Boitempo**, 2020.

LEITE, Ingrid Lorena Silva; BEZERRA, Leila Maria Passos Souza. Rebeliões, homicídios, centros educacionais:: inquietações e problematizações sobre o sistema socioeducativo cearense. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 9, n. 22, p. 60-78, 2019.

LEITE, Ingrid Lorena da Silva; e MARINHO, Camila Holanda. Redes de resistência e esperança. Narrativas de mães do Ceará que lutam por reconhecimento, memória e amor. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]**. n. 36, pp. 343-362. 2020.

LEITE, Ingrid Lorena da Silva. “É MEU DIREITO DE MÃE”: Narrativas de mulheres integrantes do grupo de mães do sistema socioeducativo de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE. 122 p, 2018.

LEJANO, Raul Perez. Postpositivism and the policy process. In: **Routledge handbook of public policy**. Routledge, 2012. p. 98-112.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez, 2009.

MALLART, Fábio. **Cadeias Dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e trajetórias de jovens internos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014.

MALVASI, Paulo. SALLA, Fernando. MALLART, Fábio. MELLO, Rodrigo. “Saberes da encruzilhada”: militância, pesquisa e política no sistema socioeducativo. **Etnográfica**. vol. 22, (1), p. 75-96, 2018.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro; SANTIAGO NETO, João Pedro de. PIRES, Artur de Freitas. Mercados Ilegais e Dinâmicas Criminais: Notas sobre as Transformações do Tráfico de Drogas nas Periferias de Fortaleza, Ceará. **Revista Tomo (Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC)**, n. 40 (2022), jan/jun, 2022.

MANSO, Bruno Paes. DIAS, Camila Nunes. **A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. Editora Todavia, São Paulo: 2018.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA, **Relatório de visitas ao Sistema Socioeducativo do Ceará**, 2015.

MENDES, Luis Alberto. **Memórias de um Sobrevivente**. Companhia das Letras, São Paulo: 2009.

MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2016.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.

MORAES, Reginaldo C. “Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade”. In. **Revista Educação e Sociedade**. [online]. 2002, vol. 23, n. 80, pp.13-24.

MOTTA, Ana Paula Costa. **As Garantias Processuais e o Direito Penal Juvenil como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

OLIVEIRA, Luciana Barroso de. **FEBEM/CE: Entre meninos e histórias - um resgate da memória da Fundação do Bem Estar do Menor do Ceará**. (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação). 88f. Universidade Federal do Ceará, 2007.

PAIVA, Luiz. Fábio. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza. **Revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (UFBA)**, Salvador, v. 32, n. 85, 2019.

PEDRINHA, Roberta Duboc. **Notas sobre a política criminal de drogas no Brasil: elementos para uma reflexão crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

PFDC/MPF, CNDH e CONANDA, **Relatório de Monitoramento das Medidas Cautelares 60-15 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) outorgadas em face de violações dos direitos humanos no sistema socioeducativo do Ceará**, 2017. Disponível em: www.cedecaceara.org.br Acesso em: 25 jul. 2022.

PINHEIRO, Ângela. **Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

PINHEIRO, Renan Santos. **Culpados por prazo determinado: presunção de inocência, internações provisórias e processos de apuração de atos infracionais no estado do Ceará**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza, 2018.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RIBEIRO, Dillyane de Sousa. Rebelião das mães. Ética do cuidado em coletivo face à necropolítica no encarceramento de adolescentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**. n. 36, pp. 255-274, 2020.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: editora Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. “Do pátrio poder ao pátrio dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil. In. PILOTTI, F.; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: AMAIS Livraria e Editora, 1995.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. **Educar em revista**, n. 15, 1999.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Por uma análise em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Aval**, v. 1, n.1, jan./jun. 2008.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n.16, março de 2011.

SANJURJO, Liliana; FELTRAN, Gabriel. Sobre lutos e lutas: violência de estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. **Cienc. Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 40-45, Junho 2015.

SANCHEZ, Alexandra *et al.* COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. 1-5, 2020.

SILVA, Ednaldo P. da S. A influência das facções criminosas no sistema socioeducativo do Ceará. **Revista Antinomias**, v. 1, n. 1, pp. 135-164, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias [online]**. n. 16 [Acessado 6 de julho de 2021], pp. 20-45, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SQUIRE, Corinne. O que é narrativa? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 272-284, 26 jun. 2014.

TELLO, Mariana. “Ética y antropología de la violencia.” In **Antropología e Ética: desafios para a regulamentação**. Organizado por Cynthia Sarti e Luiz Fernando Dias Duarte. Brasília: Editora ABA Publicações, 2013.

TORRES JR, Paulo Torres.; GUSSI, Alcides Fernando; SILVA, Paulo Júnior; NOGUEIRA, Thiago Amorim. Avaliar em Profundidade: Dimensões Epistemológicas, Metodológicas e Experiências Práticas de uma Nova Perspectiva de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 5, n. 2, ago./2020, pp. 147-170.

VASCONCELOS, Rejane Batista. **A Política de Assistência à Criança e ao Adolescente desenvolvida pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará: Passaporte para a cidadania ou dispositivo disciplinar?** 288 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

VINUTO, Juliana. **“O outro lado da moeda”**: O trabalho de agentes socioeducativos do estado do Rio de Janeiro. Tese (doutorado em sociologia e antropologia), PPGSA, UFRJ, 2019.

VINUTO, Juliana. Ecos da pandemia nos sistemas socioeducativos: Masculinidades caricatas e suas propagações securitárias. **Revista Dilemas**, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2020 – pp. 1-13, 2020.

VINUTO, Juliana. FRANCO, Túlio. M. “Porque isso aqui, queira ou não, é uma cadeia”: As instituições híbridas de interface com a prisão”. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, vol. 24, no 2, pp. 250-277, 2019.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, p. 157-170, 2009.

ZANELLA, Maria Nilvane. A implantação do menorismo na América Latina no início do século XX: tendências jurídicas e políticas para a contenção dos mais pobres. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.3, p. 1750–1766, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12761>. Acesso em: 8 maio. 2021.

“Adolescente é morto dentro de Centro Socioeducativo após conflito em Fortaleza”, **Jornal G1**, 24 de março de 2020. Disponível em <
<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/24/adolescente-e-morto-dentro-de-centro-socio-educativo-apos-conflito-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.

“Adolescente é morto durante confronto em dormitório de centro socioeducativo”, **Jornal O Povo [Fortaleza]**, 21 de outubro de 2019. Disponível em:
<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/10/21/adolescente-e-morto-durante-confro-nto-em-dormitorio-de-centro-socioeducativo.html>. Acesso em: 9 jul. 2021.

“Liminar interdita Centro Educacional Dom Bosco: Unidade não poderá receber novos adolescentes devido à superlotação e à estrutura precária”, **Jornal Diário do Nordeste [Fortaleza]**, Disponível em:
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/paywall-7.100?aId=1.1099490> Acesso em: 15 jul. 2021.

“Órgãos pedem a interdição do Centro Educacional Dom Bosco”, **Jornal Diário do Nordeste [Fortaleza]**, 23 de agosto de 2014. Disponível em:
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/orgaos-pedem-interdicao-do-centro-educacional-dom-bosco-1.1084914> Acesso em: 15 jul. 2021.

“Dezoito adolescentes fogem de Centro Educacional”, **Jornal o Diário do Nordeste [Fortaleza]**, 29 de abril de 2016. Disponível em:
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/18-adolescentes-fogem-de-centro-educacional-1.1540154> Acesso em: 03 jul. 2021.

“CECAL abriga 100 detentos a mais que deveria”, **Jornal Diário do Nordeste [Fortaleza]**, 19 de agosto de 2011. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/cecal-abriga-100-detentos-a-mais-do-que-deveria-1.672384> > Acesso em: 09 jul. 2021.

“Rebelião no CECAL tem grande incêndio e destruição de larga escala”, **Jornal Diário do Nordeste [Fortaleza]**, 20 de dezembro de 2015. Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/rebeliao-no-cecal-tem-grande-incendio-e-destruicao-em-larga-escala-1.1459159> > Acesso em: 15 jul. 2021.

“Dezoito adolescentes fogem de Centro Educacional”, **Jornal o Diário do Nordeste [Fortaleza]**, 29 de abril de 2016. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/18-adolescentes-fogem-de-centro-educacional-1.1540154> > Acesso em: 03 de jul. 2021.